UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

LUANA BEATRIZ PAES MAGALHÃES

A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO:

uma análise dos jornais feministas da imprensa alternativa Brasil Mulher (1975 - 1980) e Nós Mulheres (1976 - 1978)

Londrina
2025

Universidade Estadual de Londrina

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Magalhães, Luana.
A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO: : uma análise dos jornais feministas da imprensa alternativa Brasil Mulher (1975 - 1980) e Nós Mulheres (1976 - 1978) / Luana Magalhães. - Londrina, 2025.
134 f.

Orientador: Simone Burioli.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Tese. 2. Ditadura Civil-militar - Tese. 3. Imprensa Alternativa - Tese. 4. Mulheres - Tese. I. Burioli, Simone. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

LUANA BEATRIZ PAES MAGALHÃES

A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO:

uma análise dos jornais feministas da imprensa alternativa Brasil Mulher (1975 - 1980) e Nós Mulheres (1976 - 1978)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Burioli

Londrina
2025

LUANA BEATRIZ PAES MAGALHÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Simone Burioli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Michelle Castro Lima
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO:

uma análise dos jornais feministas da imprensa alternativa Brasil Mulher (1975 - 1980) e Nós Mulheres (1976 - 1978)

Londrina, _____de _____de _____.

Dedico este trabalho as incontáveis mulheres cuja liberdade fora cerceada enquanto lutavam para que outras fossem livres.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.ª Simone Burioli, que além de professora é uma amiga. Agradeço por todas as horas de orientações e conversas, assim como por sua humanidade que transparece em todas as suas atitudes. O cuidado com suas orientandas é admirável e você é sem dúvidas uma das minhas maiores inspirações, espero um dia ser parte do que você é.

À minha mãe, Aline e ao meu pai, Junior, que me criaram para ser uma mulher livre e independente, sou grata por sempre me apoiarem e estarem comigo nos momentos que precisei. Saibam que minha motivação diária é poder dar orgulho a vocês e um dia retornar o que já fizeram e ainda fazem por mim.

Ao meu companheiro, Gabriel, pelo apoio incondicional que me oferece todos os dias. Sem você, eu não seria capaz de escrever esta pesquisa. Nossa caminhada é marcada por momentos felizes, mas também por perdas inestimáveis e sou grata aos meus sogros, onde eles estiverem, por terem criado você. Agradeço por todo suporte.

Por último, sou grata a Universidade Estadual de Londrina, que ampliou meus horizontes a respeito da pesquisa e me possibilitou ocupar espaços que nunca imaginei.

Magalhães, Luana Beatriz Paes. **A representação da educação no período ditatorial brasileiro:** uma análise dos jornais feministas da imprensa alternativa Brasil Mulher (1975 - 1980) e Nós Mulheres (1976 - 1978). 2025. 134p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

RESUMO

A presente dissertação fora apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação UEL (PPEdu-UEL), na Linha 1 – Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais de Educação, núcleo 2, História, cultura, escola e ensino. Com objetivo de analisar de que forma a educação foi representada pela imprensa alternativa feminista e a importância desses jornais na construção de uma comunicação direcionada às mulheres acerca da educação no país, considerando o contexto ditatorial. A imprensa alternativa desempenhou um papel significativo na expressão popular e é uma fonte relevante para pesquisas sobre a história da educação e questões sociais. Por isso, para essa pesquisa, foram selecionados os jornais Brasil Mulher (1975-1980) e o Nós Mulheres (1976-1978), ambos atuantes durante o período ditatorial. O estudo desses jornais contribuiu para compreender como a educação foi representada além dos documentos oficiais, considerando a censura imposta durante o contexto da ditadura militar. O tema de pesquisa circunscreve-se, portanto, na representação da educação que aparecem nos jornais feministas que eram espaços de denúncia e luta por liberdade, autonomia, justiça, democracia e cidadania. Um espaço ocupado por mulheres que simbolizavam uma luta importante em meio a repressão: a libertação do sexo feminino durante a ditadura civil-militar. Para isso, questionamos de que maneira a imprensa alternativa feminista brasileira, aqui simbolizada pelos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, representou a educação durante o período ditatorial, considerando as repressões do governo e a censura contra os meios de comunicação no período. O período ditatorial foi caracterizado pelo cerceamento da liberdade e pelo uso da violência contra o povo. Um dos estopins para esses dias sombrios é atribuído à aprovação do ato institucional nº 5 (AI-5), no governo Costa e Silva, em 1968, que fecha o Congresso Nacional e intensifica a realização de cassações e prisões. Assim como o ano de 1969, quando Emílio Garrastazu Médici assume a presidência, dando continuidade às medidas iniciadas com a aprovação do AI-5. Como resposta a essas repressões, a imprensa alternativa, incluindo a feminista, surge como um movimento de resistência importante desse período, buscando dar voz ao povo, nesse caso as mulheres, e defender a democracia, as eleições diretas e o fim da violência e da opressão. Ao final, concluímos que o modo que a educação estava sendo representada pelos periódicos demonstrava um descontentamento com o ensino no período e consequentemente com as ações do governo em relação à educação.

Palavras-chave: Educação. Ditadura Civil-militar. Imprensa Alternativa. Mulheres.

Magalhães, Luana Beatriz Paes. **The representation of education during the Brazilian dictatorship:** an analysis of feminist newspapers in the alternative press. 2025. 134p. Dissertation (Master's degree in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

ABSTRACT

This dissertation was presented to the Graduate Program in Education at UEL (PPEdu-UEL), within Line 1 – Philosophical, Historical, Political, and Cultural Perspectives on Education, Core 2, History, Culture, School, and Teaching. The objective of this study is to analyze how education was represented by the feminist alternative press and the significance of these newspapers in shaping communication directed toward women regarding education in the country, considering the dictatorial context. The alternative press played a significant role in popular expression and constitutes a relevant source for research on the history of education and social issues. For this research, the newspapers *Brasil Mulher* (1975–1980) and *Nós Mulheres* (1976–1978) were selected, both of which were active during the dictatorial period. The study of these newspapers contributed to understanding how education was represented beyond official documents, taking into account the censorship imposed during the military dictatorship. The research topic is therefore circumscribed within the representation of education in feminist newspapers, which served as spaces for denunciation and advocacy for freedom, autonomy, justice, democracy, and citizenship. These newspapers provided a platform for women who symbolized an important struggle amid repression: the liberation of women during the civil-military dictatorship. To this end, we investigate how the Brazilian feminist alternative press, represented here by the newspapers *Brasil Mulher* and *Nós Mulheres*, portrayed education during the dictatorial period, considering the government's repressive measures and media censorship at the time. The dictatorship was characterized by restrictions on freedom and the use of violence against the population. One of the key turning points leading to this repressive era was the approval of Institutional Act No. 5 (AI-5) during the government of Costa e Silva in 1968, which resulted in the closure of the National Congress and intensified political purges and arrests. Similarly, in 1969, Emílio Garrastazu Médici assumed the presidency, continuing the measures initiated with the approval of AI-5. In response to these repressions, the alternative press, including the feminist press, emerged as an important resistance movement during this period, seeking to amplify the voices of the people, in this case, women, and advocating for democracy, direct elections, and an end to violence and oppression. Ultimately, this study concludes that the way education was represented in these newspapers reflected a broader dissatisfaction with the education system at the time and, consequently, with government actions concerning education.

Key-words: Education. Civil-military dictatorship. Alternative press. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da edição 0 do jornal Brasil Mulher 52
Figura 2 – Capa da edição 0001 do jornal Brasil Mulher 54
Figura 3 – Capa da edição 0002 do jornal Brasil Mulher 57
Figura 4 – Capa da edição 0003 do jornal Brasil Mulher 59
Figura 5 – Capa da edição 0004 do jornal Brasil Mulher ..... .62
Figura 6 – Capa da edição 0005 do jornal Brasil Mulher ..... .64
Figura 7 – Capa da edição 0006 do jornal Brasil Mulher ..... .66
Figura 8 – Capa da edição especial de 1977 do jornal Brasil Mulher ..... .68
Figura 9 – Capa da edição 0007 do jornal Brasil Mulher ..... .70
Figura 10 – Capa da edição 0009 do jornal Brasil Mulher ..... .73
Figura 11 – Capa da edição 0010 do jornal Brasil Mulher ..... .75
Figura 12 – Capa da edição 0011 do jornal Brasil Mulher ..... .77
Figura 13 – Capa da edição 0012 do jornal Brasil Mulher ..... .79
Figura 14 – Capa da edição 0013 do jornal Brasil Mulher ..... .81
Figura 15 – Capa da edição 0014 do jornal Brasil Mulher ..... .83
Figura 16 – Capa da edição especial de 1979 do jornal Brasil Mulher ..... .84
Figura 17 – Capa da edição 0015 do jornal Brasil Mulher ..... .86
Figura 18 – Capa da edição especial de 1980 do jornal Brasil Mulher ..... .88
Figura 19 – Capa da edição 0001 do jornal Nós Mulheres ..... .92
Figura 20 – Capa da edição 0002 do jornal Nós Mulheres ..... .96
Figura 21 – Capa da edição 0003 do jornal Nós Mulheres ..... .99
Figura 22 – Capa da edição 0005 do jornal Nós Mulheres 101
Figura 23 – Capa da edição 0006 do jornal Nós Mulheres 104
Figura 24 – Trecho da reportagem “Menina-mulher é ‘Cabra-Cega’ no jogo da educação” 111
Figura 25 – Trecho da reportagem “Mulher: um mito, até quando?” 112
Figura 26 – Trecho da reportagem “Crianças burras ... burras?” 115
Figura 27 – Trecho da reportagem “Menor abandonado: uma ameaça a segurança nacional?” 118
Figura 28 – Trecho da reportagem “Professor: mágico ou gênio?” 122
Figura 29 – Trecho da reportagem “Quando o apito da fábrica de tecido ... bem cedo vai pro trabalho” 124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Catalogação da edição 0001 de 1975 do jornal Brasil Mulher 54
Quadro 2 – Catalogação da edição 0002 de 1976 do jornal Brasil Mulher 57
Quadro 3 – Catalogação da edição 0003 de 1976 do jornal Brasil Mulher 59
Quadro 4 – Catalogação da edição 0004 de 1976 do jornal Brasil Mulher 62
Quadro 5 – Catalogação da edição 0005 de 1976 do jornal Brasil Mulher 65
Quadro 6 – Catalogação da edição 0006 de 1976 do jornal Brasil Mulher 66
Quadro 7 – Catalogação da edição especial de 1977 do jornal Brasil Mulher 69
Quadro 8 – Catalogação da edição 0007 de 1977 do jornal Brasil Mulher 71
Quadro 9 – Catalogação da edição 0009 de 1977 do jornal Brasil Mulher 74
Quadro 10 – Catalogação da edição 0010 de 1977 do jornal Brasil Mulher 76
Quadro 11 – Catalogação da edição 0011 de 1978 do jornal Brasil Mulher 77
Quadro 12 – Catalogação da edição 0012 de 1978 do jornal Brasil Mulher 79
Quadro 13 – Catalogação da edição 0013 de 1978 do jornal Brasil Mulher 82
Quadro 14 – Catalogação da edição 0014 de 1978 do jornal Brasil Mulher 83
Quadro 15 – Catalogação da edição especial de 1979 do jornal Brasil Mulher 85
Quadro 16 – Catalogação da edição 0015 de 1979 do jornal Brasil Mulher 86
Quadro 17 – Catalogação da edição especial de 1980 do jornal Brasil Mulher 88
Quadro 18 – Catalogação da edição 0001 de 1976 do jornal Nós Mulheres 93
Quadro 19 – Catalogação da edição 0002 de 1976 do jornal Nós Mulheres.....96
Quadro 20 – Catalogação da edição 0003 de 1976 do jornal Nós Mulheres.....99
Quadro 21 – Catalogação da edição 0005 de 1977 do jornal Nós Mulheres.....101
Quadro 22 – Catalogação da edição 0006 de 1977 do jornal Nós Mulheres.....105
Quadro 23 – Catalogação da edição 0008 de 1978 do jornal Nós Mulheres.....106
Quadro 24 – Matérias relacionadas a educação da família.....109
Quadro 25 – Matérias relacionadas a abertura de escolas e creches.....113
Quadro 26 – Matérias relacionadas ao mundo do trabalho.....120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Sistema Nacional de Informações
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
AI	Ato Institucional
CIE	Centro de Informações do Exército
DOI- CODI	O Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
CSBH	Centro Sérgio Buarque de Holanda
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DCE	Diretórios Centrais de Estudantes
APM	Associação de Pais e Mestres
CEBES	Centro de Estudos Brasileiros de Educação para a Saúde
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
BM	Brasil Mulher
NM	Nós Mulheres
N.P	Não Paginado
ET AL.	Et Alii

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 O USO DO JORNAL NAS PESQUISAS HISTÓRICAS 18

2.1 A Imprensa Alternativa Feminista Na Ditadura Civil-Militar Brasileira 27
2.2 Conceituação Da Pesquisa: Representação E Educação 31
2.3 Implicações Metodológicas No Trabalho Com O Jornal 38

3 O JORNAL BRASIL MULHER 45

3.1 Polifonia de autoras 47
3.2 Periodicidade e conteúdos publicados 51

4 O JORNAL NÓS MULHERES 90

4.1 Polifonia de autoras 91
4.2 Periodicidade e conteúdos publicados 91

5 A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS PERIÓDICOS 108

6 CONCLUSÃO 127

1 INTRODUÇÃO

A censura imposta durante os anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) restringiu significativamente a expressão de vozes dissidentes e limitou a divulgação de informações contrárias ao regime. Predominantemente, a narrativa oficial, elaborada e disseminada pelos militares ou seus apoiadores, prevaleceu, resultando em uma visão unilateral distorcida da compreensão coletiva desse período histórico. Dessa forma, para fugir da narrativa deturpada e mais recorrentemente divulgada, torna-se importante a valorização de fontes alternativas, cruciais para uma apreensão mais abrangente da história, desafiando a narrativa hegemônica e reconhecendo as vozes que persistiram sob a opressão. Destaca-se, nesse contexto, a importância da imprensa alternativa como uma resistência informativa, atuando como meios independentes que ofereceram perspectivas não alinhadas com o discurso oficial. Esses veículos documentaram abusos de poder e histórias de resistência popular, frequentemente negligenciadas nos registros convencionais.

A ditadura civil-militar no Brasil iniciou-se oficialmente no ano de 1964, quando os militares do Exército Brasileiro colocaram em prática um golpe de Estado, que fechou as portas da democracia brasileira. De acordo com Delgado (2010), o governo de Goulart estava sofrendo fortes críticas de três grandes grupos: da ala conservadora, que possuía investimentos nacionais e tinha preocupações quanto à economia do país; da ala reformista de seu próprio partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que ressoava as denúncias por parte dos sindicalistas; e, por último, dos próprios movimentos sindicais e populares, que ganharam força ao longo dos anos (Delgado, 2010). Jango tentou manter diálogo tanto com grupos de direita quanto com as organizações de esquerda, o que desagradou ambas as categorias e culminou no medo de que, a qualquer momento, Goulart estabeleceria uma ditadura para um dos lados (Motta, 2021).

Os setores conservadores “[...] passaram a acusar o governo Goulart de incompetência, improbidade administrativa e aproximação demagógica com os movimentos populares” (Delgado, 2010, p. 133). Em conjunto com a Guerra Fria e as preocupações da direita com o claro afastamento de Goulart dos Estados Unidos da América e a possibilidade de um alinhamento com a Rússia e Cuba (Motta, 2021), os conservadores ficaram cada vez mais alarmados. Até que, sob a justificativa de

preservar a liberdade do povo brasileiro, que supostamente estaria em ameaça se Jango continuasse no poder, devido a esse seu alinhamento com reivindicações populares, instaurou-se a ditadura civil-militar, que perdurou por 21 anos. De acordo com Motta (2021, p. 51 e 52),

> O argumento dominante dos atores que lideraram ou apoiaram a derrubada de Goulart foi a necessidade de derrotar a "ameaça" comunista. O anticomunismo operou como cimento da frente golpista, reunindo grupos díspares que não tinham propostas coesas sobre o que fazer após a conquista do poder, apenas a crença na necessidade de "limpar" o país - e o sistema político - de inimigos reais e imaginários.

De 1964 até 1985, período que compreende a ditadura civil-militar brasileira, houve cinco militares que operaram no comando do país. Da instauração do golpe até 1967, o general Humberto de Alencar Castelo Branco governou o país, seguido por Artur da Costa e Silva, de 1967 até 1969. Em seguida, Emílio Garrastazu Médici foi presidente de 1969 até 1974. Após, houve o governo de Ernesto Geisel, que iniciou em 1974 e durou até 1979, e, por último, o general João Figueiredo comandou a ditadura de 1979 até 1985. Durante todo esse período, o governo foi comandado por militares e "[...] romperam-se os espaços da democracia nacional e uma ditadura militar estruturada sobre os princípios da doutrina nacional estadunidense transformou a sociedade brasileira através da imposição do medo [...]" (Viola; Albuquerque, 2015, p. 78). Criaram-se também diversas ferramentas para manutenção do poder, como o Sistema Nacional de Informações (SNI), os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), o Centro de Informações do Exército (CIE) e outros órgãos oficiais que, ao longo dos anos, foram responsáveis por perseguir, espionar, censurar e torturar civis.

O medo de um inimigo que não existia fez com que os militares tomassem posse do país sem saber ao certo o que iriam fazer, ocasionando decisões tomadas visando o controle dos movimentos de esquerda e a extinção de grupos contrários ao governo militar. Em meio à repressão política e à constante censura, surgiram no país movimentos de resistência. "Resistir significava dar um passo além da oposição e rejeitar não apenas certas políticas, mas o sistema como um todo" (Motta, 2021, p. 159). Fosse os guerrilheiros, os grevistas, os estudantes, os filiados a partidos políticos, os artistas das mais diferentes áreas ou as pessoas da mídia, o fato é que, durante todo o período da ditadura civil-militar, houve grupos que resistiam

ao governo. Dentre os mais diferentes tipos de resistência, nos interessa focar na mídia, mais especificamente nos jornais alternativos.

A imprensa alternativa tornou-se um importante instrumento de resistência, proporcionando espaços para discutir temáticas que eram proibidas pelo governo militar. Consideramos a imprensa alternativa enquanto um espaço que, ao desvencilhar-se da grande mídia e do governo, tornava-se um espaço de resistência e expressão de lutas às quais o povo estava travando no período. Uma vez que "Durante a ditadura, esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição" (Araujo, 2000, p. 21). Como uma tentativa de romper com a censura que assombrava a mídia tradicional, dessa forma, os periódicos alternativos se tornam uma fonte e um objeto de estudo que possibilitam a disseminação de vozes que lutaram contra um sistema opressivo.

Dessa forma, com o objetivo de analisar de que forma a educação foi representada pela imprensa alternativa feminista e a importância desses jornais na construção de uma comunicação direcionada às mulheres acerca da educação no país, considerando o contexto ditatorial, elencamos os periódicos "Brasil Mulher" (1975-1980) e "Nós Mulheres" (1976-1978) como fonte e objeto de estudo. A escolha dos jornais se deu por sua relevância durante o período de redemocratização no Brasil. Eles foram os primeiros periódicos feministas de resistência a surgirem após o golpe militar de 1964 (Kucinski, 2018). O destaque dado às temáticas educacionais nos jornais também foi uma motivação para a escolha. Em uma análise prévia, foi possível observar a presença de diversas matérias relacionadas à educação nos periódicos.

Especificamente para o jornal "Brasil Mulher", a questão da regionalidade também foi pertinente nessa seleção, já que o periódico inaugurou e circulou por um tempo relevante na cidade de Londrina, no estado do Paraná, local onde se originou esta pesquisa. Enquanto o jornal "Nós Mulheres" circulou na capital de São Paulo, o que pode nos dar uma perspectiva diferente e até comparada, considerando que a ditadura e a censura afetaram diferentemente cada região. Motivo pelo qual optamos por, posteriormente, em conjunto com a análise dos periódicos, identificar essas relações. Por fim, o último motivo que nos levou a elencar estes

jornais foi a facilidade de acesso às fontes, que possuem edições disponíveis no acervo digital do Centro “Sérgio Buarque de Holanda” e edições presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Importante destacarmos que não desejamos nos alongar na historiografia da ditadura civil-militar, mesmo porque o número de trabalhos que já se propõem a isso é vasto. A ideia é contextualizar o período histórico em que os jornais que foram trabalhados encontravam-se, a fim de dar suporte às discussões estabelecidas nos periódicos “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”. Pois, entendemos que a análise do periódico não pode estar desprendida do seu contexto histórico, já que, tratando-se de uma produção humana, ela é constantemente influenciada pela sociedade em que está inserida. Compreendemos também que “[...] o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender” (Chartier, 2010, p. 14). Dessa forma, não podemos analisar os jornais sem considerar o momento em que eles foram produzidos, assim como por quem, para quem e por que foram colocados em circulação. Por isso, ao longo da pesquisa, não dedicamos um capítulo para essa discussão, pois ela será realizada em conjunto com a análise do periódico.

Quanto aos debates teóricos, podemos citar que os principais elencados foram os trabalhos de Chartier (1990, 1991, 1995 e 2010) para discutir temáticas ligadas à representação e à leitura; Fico (2002 e 2004) e Motta (2021) para tratar de questões específicas do período da ditadura civil-militar brasileira; Burke (2011), Chartier (1990) e Le Goff (1990) para falar da noção de documento que empregamos; assim como os de Kucinski (2018), Freitas (2018) e Tamião (2009) para falarmos da imprensa alternativa, imprensa alternativa feminista e, especificamente, dos jornais selecionados. Quanto às demais pesquisas disponíveis que tratam dos jornais “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, não foram encontrados trabalhos referentes à educação ou que se aproximem do proposto nesta pesquisa.

Nesta pesquisa, propomo-nos a responder de que maneira a imprensa alternativa feminista brasileira, aqui simbolizada pelos jornais “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, representou a educação durante o período ditatorial, considerando as repressões do governo e a censura contra os meios de comunicação no período. Entende-se que o questionamento pode auxiliar a compreender de que forma a educação vinha sendo discutida e quais eram as principais preocupações da

população. Em especial, ao considerarmos que, no período de circulação dos periódicos, entendido como redemocratização, os militares ainda se encontravam no controle do governo, portanto, mesmo que de forma mais branda, o país ainda passava por uma ditadura civil-militar. Dessa forma, o objetivo é, ao longo da pesquisa, realizarmos uma análise da representação da educação pela imprensa alternativa feminista e a importância desses jornais na construção de uma comunicação direcionada às mulheres acerca da educação no país, considerando o contexto ditatorial.

Realizamos a revisão de literatura por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a fim de entendermos o que os trabalhos já publicados a respeito dos periódicos estavam discutindo. Para isso, fizemos um recorte de análise que englobou os últimos 30 anos de pesquisas na pós-graduação brasileira, de 1994 a 2024, e limitamos as pesquisas às palavras-chave “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, apenas quando encontradas nessa exata grafia e somente quando no título da publicação.

2 O USO DO JORNAL NAS PESQUISAS HISTÓRICAS

A história pode ser contada e recontada de muitas maneiras, e aquele que se dedica à pesquisa histórica, ao selecionar um objeto e, consequentemente, uma fonte de estudo, escolhe o que contará, de quais fontes se valerá e como representará determinado fato ou acontecimento. Isso fortalece o que ficará registrado, assim como a memória que se conservará sobre o assunto. A escolha do documento de pesquisa é um passo importante para o pesquisador. Primariamente, é fundamental que dediquemos um espaço para definir o que se entende por documento. Para isso, optamos por nos apoiarmos nas discussões de Chartier (1990), Le Goff (1990) e Burke (2011).

Ao falarmos da definição de documento, é impraticável deixarmos de tratar da Nova História, pois foi a partir dela que se tornou possível pensar nos objetos e nas fontes históricas como fazemos atualmente. Burke (2011) aponta que definir a Nova História não é uma tarefa fácil e opta por categorizá-la em oposição ao que ela não é. Não sendo o objetivo central desta pesquisa se alongar nessa discussão, adotamos as considerações muito bem-postas de Burke. O autor elenca alguns pontos de diferenciação entre a Nova História e a história tradicional, entendida como as correntes historiográficas anteriores que divergiam da Nova História (Burke, 2011).

O autor destaca que a história tradicional se preocupava em estudar essencialmente a política, enquanto a Nova História “[...] começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana" (Burke, 2011, p. 11). Refere-se também ao pensar a história, atividade que, para os historiadores tradicionais, deve se concentrar puramente nas narrativas dos acontecimentos, contrastando com a Nova História, que se ocupa em pensar nas estruturas de determinado fato (Burke, 2011). Discorre também acerca das divergências quanto ao indivíduo histórico: no paradigma tradicional, a história é vista de cima, contada por grandes homens, contrastando com a Nova História, que observa a possibilidade de se estudar a história vista de baixo (Burke, 2011).

Um dos pontos de confronto estabelecidos pelo autor que mais nos interessa é o que diz respeito aos documentos. A história tradicional preocupava-se em utilizar documentos e registros oficiais, produzidos por governantes e autoridades

(Burke, 2011). Enquanto isso, a Nova História contribui para o entendimento de que “Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fontes" (Burke, 2011, p. 14). Isso colaborou para uma ampliação na classificação dos documentos, permitindo ao historiador trabalhar com um leque maior de fontes e objetos.

O último ponto levantado por Burke (2011) também merece destaque, pois discute uma questão central em nossa pesquisa. O autor evidencia que a história tradicional é essencialmente objetiva, sendo papel do historiador recontar os fatos exatamente da maneira como ocorreram (Burke, 2011). Enquanto para a Nova História a afirmação é de que “Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra" (Burke, 2011, p. 15-16). Sendo assim, os fatos em si não necessariamente dizem algo, mas sim as interpretações estabelecidas por determinado pesquisador. Podemos aproximar essa definição do conceito de representação estabelecido por Chartier (1990), discussão fulcral nesta pesquisa, que será realizada posteriormente.

A Nova História trouxe um novo entendimento sobre o que é o documento e seu uso dentro da pesquisa em história. É possível atribuir essa percepção às novas perspectivas aplicadas à escrita da história, conforme destaca Burke (2011). Como citado anteriormente, este trabalho não se dedicará a aprofundamentos acerca do surgimento da Nova História. Mas, entendendo a importância de explicitar nossa base teórica, optamos por falar brevemente sobre o movimento histórico. Não com o intuito de explorar os diversos estudos que podem ser estabelecidos acerca do tema, mas sim de delinear o caminho que nossa pesquisa tomará e explicitá-lo aos leitores. Tampouco objetivamos esgotar as discussões acerca da história do documento, mas compreendemos a importância de reservar um espaço para definir alguns conceitos que serão recorrentemente utilizados.

Retornando à discussão dos documentos, Le Goff (1990) estabelece um comparativo entre dois tipos de registros históricos, que ele define como documentos e monumentos. Para o autor, “[...] o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.” (Le Goff,

1990, p. 535). Esses monumentos podem ser obras arquitetônicas, esculturas dedicadas a alguém, monumentos funerários ou outros tipos de obra que objetivem a perpetuação da história e a conservação do poder (Le Goff, 1990). Dessa forma, o monumento pode ser entendido como um resgate da memória coletiva de um povo, suas lutas, derrotas e vitórias (Le Goff, 1990). Ainda em relação ao monumento, Le Goff (1990) destaca que uma história observada por meio dos monumentos pouco se volta aos testemunhos escritos, reservando espaço ínfimo para esse tipo de registro histórico.

A imprensa, assim como outras fontes, só passou a ser entendida como válida no sentido de fonte histórica a partir da “Revolução Documental”, termo cunhado por Le Goff (1990), momento em que o documento se destaca. Esse triunfo é atribuído à escola positivista, que, entre o fim do século XIX e o início do século XX, adotou o documento como fundamento dos acontecimentos históricos. O autor destaca que, a partir disso, “O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar” (Le Goff, 1990, p. 541). Quanto ao tratamento do documento nos estudos da história, o autor evidencia a necessidade de o historiador realizar uma crítica ao documento enquanto um monumento. Para ele,

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 1990, p. 545).

Portanto, é uma atribuição do pesquisador, realizar uma análise crítica do documento, já que ele se torna responsável pela seleção das fontes, pela representação da história que será conservada e pelo discurso que se findará sobre determinado período. Em vista disso, é importante entender que o documento sozinho não nos conta nada, ele só passa a nos dizer algo a partir das interrogações que fazemos a ele e da interpretação que realizamos das representações ali presentes. As relações que estão entranhadas na criação e na conservação de um documento são extremamente importantes para o pesquisador e não podem ser desconsideradas. Já que assim como o monumento, o documento é uma

representação construída por aqueles que detinham poder para tal feito. Dessa maneira,

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (Le Goff, 1990, p. 547)

O pesquisador deve buscar entender quem produziu aquele determinado documento e o porquê. Assim, podemos assumir que as possibilidades de análises dos documentos são diversas, visto que o sentido que será dado ao documento, muitas vezes, depende do próprio pesquisador, da pergunta que ele faz e da narrativa que ele constrói a partir do que a fonte lhe fornece de informação. Le Goff (1990) afirma que o historiador deve fazer papel de ingênuo, ao não atribuir uma verdade absoluta a um documento. Já que este tinha como objetivo a conservação de uma imagem específica de uma determinada época. Nas palavras de Chartier (1990, p. 16 e 17), "A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler". Ainda de acordo com o autor,

> [...] pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (Chartier, 1990, p. 19).

Entendendo que o trabalho do pesquisador é permeado por decisões e escolhas metodológicas, optamos por tomar o documento enquanto toda e qualquer produção humana que pode se tornar fonte e objeto de pesquisa, a depender das interpretações realizadas pelo pesquisador. Dessa forma, "O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais [...] deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica" (Le Goff, 1990, p. 549).

Entendendo que toda produção humana pode ser um documento histórico e que cabe ao pesquisador decidir qual memória conservará, optamos por trabalhar com os jornais nessa pesquisa, mais especificamente com os jornais alternativos e feministas. Essa decisão vem do fato de entendermos que o jornal é uma fonte que possibilita uma perspectiva única sobre determinado acontecimento

histórico, que outros documentos podem não oportunizar. Suas especificidades o tornam um meio de comunicação repleto de representações, com diferentes interpretações realizadas pelos agentes históricos que o compõem: os jornalistas, os editores, os donos e os leitores daquele jornal. Ao optarmos por trabalhar com os jornais, escolhemos conservar a memória desses agentes históricos.

Considerando suas peculiaridades, é importante que façamos alguns destaques relacionados aos periódicos e ao jornal em específico. Os periódicos podem ser definidos enquanto "[...] todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra" (Barros, 2023, p. 26). O jornal é o impresso que nos interessa nesse momento. E as principais diferenças entre o jornal e outros impressos, segundo Barros (2023), são sua periodicidade, o como e o para quem são disponibilizados e a forma impressa, estando esse último aspecto cada vez mais próximo de ser superado, visto que atualmente há um grande volume de periódicos que circulam exclusivamente em meios digitais.

A imprensa pode ser considerada uma fonte de pesquisa repleta de possibilidades e um objeto de estudo singular. É importante destacar que "É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideias, compromissos e interesses" (Capelato, 1988, p. 13). Dessa forma, trabalhar com o jornal em uma pesquisa implica na conservação da memória dos agentes históricos envolvidos na criação do periódico. O jornal, enquanto uma produção humana envolvida em um determinado contexto social e histórico, não é neutro. Seus textos, suas imagens e as escolhas do que noticiar revelam o posicionamento dos editores, dos jornalistas, dos donos e até dos leitores do periódico. Por isso, o jornal se mostra uma fonte de pesquisa única, que não pode ser comparada a nenhuma outra, justamente por suas inter-relações que coadunam em um documento ímpar.

Diferentemente dos documentos oficiais, o jornal pode expressar a opinião de diversos grupos, uma vez que é produzido por um conjunto de pessoas e que, quase sempre, objetiva a venda. Um jornal não se sustenta se ele não vender. Por isso, podemos dizer que os leitores fazem parte desse emaranhado de pessoas que compõem uma edição jornalística. É preciso conquistar o público, representar

suas lutas, desejos e anseios. Capelato (1988) descreve essa prática como uma luta pela conquista de corações e mentes, onde o jornal objetiva unir um público em prol da causa que ele anuncia. Sendo assim, o jornal não apenas possui diversas especificidades quanto à sua produção, considerando o vasto grupo que compõe a edição, como também possui particularidades ligadas à necessidade de vender-se.

Nem sempre é possível para o pesquisador acessar esse leitor, em especial quando se trabalha com jornais do século passado e que já se encontram fora de circulação há décadas. Por isso, muitas vezes, o único contato que um pesquisador tem com um leitor é por meio de cartas publicadas no jornal. Além disso, é possível conhecer o público-alvo de determinado periódico considerando os assuntos que o jornal aborda, seu local de circulação e até mesmo o valor pelo qual foi comercializado. À vista disso, voltamos a enfatizar que o trabalho com os periódicos não é uma tarefa fácil e, por conseguinte, exige certos cuidados do pesquisador. Cruz e Peixoto (2007, p. 258) evidenciam que

> Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição do social que esta relação propõe.

Dessa forma, ao optar por utilizar um periódico como fonte, o pesquisador escolhe também estar disposto a atentar-se aos diversos cuidados específicos que ele necessita. Discursos que colocam a imprensa enquanto fonte neutra, livre de ideologias e detentora da verdade são errôneos, os periódicos não estão desconexos de sua realidade, ou acima do mundo quando falam dele (Cruz; Peixoto, 2007). Os jornais são produtos de agentes permeados de discursos próprios e ideologias consolidadas. Por isso, o trabalho com o periódico implica em um cuidado especial quanto à análise do momento histórico em que ele foi produzido. E o estudo da época em que o jornal circulou não se traduz meramente na identificação do período cronológico. Mas sim no estabelecimento de relações entre os acontecimentos históricos, as influências que a população exerce sobre o jornal e as que o jornal exerce sobre o povo.

As autoras Cruz e Peixoto (2007) chamam a atenção para a falta de aprofundamento dos pesquisadores na análise das relações bilaterais estabelecidas entre os jornais e a sociedade. Elas sinalizam que “[...] não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mas ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado desses projetos" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258). Logo, há uma relação intrínseca entre imprensa e sociedade. Não só ambas estabelecem influências uma sobre a outra, como o próprio jornal pode se tornar um espaço para formação e difusão de opiniões.

Quanto a essa face da imprensa, de formar opiniões, Cruz e Peixoto (2007) descrevem que o jornal é uma força ativa na sociedade, atuando na cooperação, ou na falta dela, em determinados movimentos, na propagação de discursos, no desenvolvimento de informações homogêneas, na normalização de situações inusitadas que levam a conformação da população. Além disso, o jornal também colabora para o “[...] alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação da atualidade" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 259). Já que por meio do jornal podemos ter acesso a acontecimentos globais quase que em tempo real. Seguindo, as autoras também destacam que os periódicos atuam diretamente na formação do entendimento da realidade que nós temos do mundo e por último, servindo de vitrine, eles influenciam para a formação do consumidor, uma vez que expõem mercadorias e marcas (Cruz; Peixoto, 2007).

Inegavelmente, podemos observar que o jornal é um meio de comunicação significativo, que não apenas é moldado pelas relações sociais e culturais que o permeiam, como também molda opiniões e valores na sociedade. É importante que destaquemos essa relação para ir além do discurso de que o jornal não é uma fonte neutra, pois esta afirmação muitas vezes pode acabar inserindo os periódicos em uma posição passiva, onde ele apenas é afetado por quem os escreve. Entretanto, como vimos, o jornal não está em um contexto de passividade, ele atua ativamente na sociedade e no povo. Por isso, é preciso que o pesquisador tome cuidado para não acabar realizando uma análise rasa de um periódico, é preciso ter

em mente que “A análise crítica pressupõe o desvendamento das relações e formas de poder que permeiam o jornal" (Capelato, 1988, p. 69). Outra questão importante é que o uso do jornal nas pesquisas históricas não pode servir como mero ilustrativo ou apoio de um discurso, é necessário considerar as especificidades desse periódico e se atentar às análises e relações que ele exige.

Podemos dizer que essa análise crítica pressupõe que o pesquisador tenha um olhar atento para todas essas relações que permeiam o jornal. De acordo com Barros (2023, p. 23), “Ao ler as fontes jornalistas de um outro tempo, precisamos aprender a ler nas entrelinhas, perceber os seus silêncios, os seus entretidos e interditos. Precisamos compreender os autores sociais que estão por trás do texto, e é imprescindível nos apercebermos do que é dito voluntária e involuntariamente". Ou seja, essa criticidade exige que o pesquisador realize uma interpretação daquilo que foi dito e do que não foi. Veja não só as presenças no jornal, mas também as ausências. É necessário questionar o porquê determinado assunto foi debatido enquanto outro não e, o porquê de o debate ter sido estabelecido daquela forma e não de outra.

Entendemos que “O estudo da imprensa brasileira tem colaborado para o delineamento de um fecundo painel dos fatos e acontecimentos da história nacional [...]” (Pasquini; Toledo, 2014, p. 262). Reconhecemos que a imprensa é uma excelente fonte de pesquisa para questões sociais, motivo do aumento constante de seu uso, como objeto e fonte para as investigações, principalmente no campo da História da Educação. Pois, segundo Rodrigues (2010), o uso dos impressos auxilia os pesquisadores a acessarem diversas facetas de um mesmo problema, possibilitando que a pesquisa tenha maior profundidade. Permitindo então o acesso a diferentes perspectivas de mundo, evitando que o pesquisador esteja preso a um único documento. Esse movimento de interpretação e reflexão é fundamental nos estudos em História da Educação.

Pesquisar a representação da educação na imprensa permite o acesso a diferentes perspectivas de mundo, que muitas vezes podem divergir de documentos oficiais que circulavam em determinado período. Exigindo do pesquisador um movimento de interpretação e reflexão nos estudos em História da Educação que utilizem a imprensa enquanto fonte. Podemos afirmar que, “a imprensa periódica ou pedagógica traz, inscrita em suas páginas elementos históricos que,

seguramente, proporcionam o entendimento não só do processo educacional em si, mas dos debates havidos na sociedade em nome da realização de uma forma determinada de relação social e, na qual a educação desempenhou e desempenha papel relevante" (Pasquini; Toledo, 2014, p. 262). As particularidades da imprensa a fazem ideal para pesquisas no campo da história da educação, uma vez que facilita o alcance de discursos diversos sobre um mesmo debate.

Todas as disputas que permeiam a imprensa a fazem ideal para as pesquisas relacionadas à história da educação porque é identificando estas disputas que podemos analisar os acontecimentos de mais de uma perspectiva. Vidal (2008, p. 9) aponta que "[...] é através de uma análise mais aprofundada de um impresso que se torna possível conhecer o que os indivíduos ligados à educação pensavam ou inscreviam a respeito dos fatos e como as ideias eram mostradas aos seus leitores". Mesmo quando o jornal não se dedicava exclusivamente à educação, é possível que apesar de textos encontrados no impresso o pesquisador possa ter acesso a esses discursos. É importante observarmos que em muitos momentos da história a educação desperta interesses políticos, sendo vendida como moeda de transformação social, ou transformada em mantenedora das desigualdades sociais e conservação de poder. Dessa forma, a depender do jornal com o qual se trabalha, o pesquisador terá acesso a diferentes narrativas sendo reforçadas. De acordo com quem estava por trás daquele periódico e com qual discurso ele pretendia perpetuar. Se constituindo enquanto fonte ímpar para a pesquisa.

É por isso, que nesse trabalho nos propusemos a utilizar dois jornais para compreender como a educação estava sendo representada naquele momento. Objetivando uma análise crítica que dê conta das particularidades que os impressos exigem. Nosso entendimento de como uma pesquisa com um jornal deve ser conduzida está expressa desde a estruturação deste trabalho, uma vez que não iremos dedicar capítulos para a contextualização histórica que antecede a análise do periódico, por entendermos que o jornal não está aqui para ilustrar os acontecimentos no campo da educação durante a ditadura civil-militar. Mas sim que a pesquisa e a análise histórica só serão conduzidas a partir do que os periódicos nos oferecerem, para que não cheguemos a eles com discursos já elaborados e concretizados, buscando informações que apenas atestam a nossa narrativa, previamente

construída. Dessa forma, estabeleceremos mais a frente metodologias que possibilitem esta análise.

2.1 A Imprensa Alternativa Feminista na Ditadura Civil-Militar Brasileira

Em primeiro de abril de 1964, o Brasil sofreu um golpe militar, com Castelo Branco se instituindo presidente, dando início a um longo período de ditadura no país e ao que seriam 21 anos de repressão. A ditadura no país surge como "[...] um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da "utopia autoritária", segundo a qual seria possível eliminar o comunismo [...] a "subversão", a corrupção etc. [...]" (Fico, 2004, p. 36). Um dos estopins para esses dias sombrios é atribuído à aprovação do ato institucional 5 (AI-5), no governo Costa e Silva, em 1968, que fecha o Congresso Nacional e intensifica a realização de cassações e prisões. Assim como o ano de 1969, quando Emílio Garrastazu Médici assume a presidência, dando continuidade às medidas iniciadas com a aprovação do AI-5, de acordo com Fico, o próprio SNI "[...] de produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República, transformou-se, sob a chefia do general Emílio Garrastazu Médici, em cabeça de uma ampla rede de espionagem." (Fico, 2004, p. 36). O governo de Médici também ficou marcado pelas censuras, realizadas sob o respaldo do AI-5, assim como pela tortura e perseguição de civis.

No ano de 1974 o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, sendo considerado "moderado" por muitos, com um governo menos ofensivo quando em comparação ao presidente anterior e com a abertura política. Fato é que independente do adjetivo ou nomenclatura que lhe fosse dada, Geisel ainda estava presidindo um governo ditatorial. Ele era adepto a tortura e ao assassinato, considerando estas atitudes mero acontecimento inevitável (Fico, 2004). Quanto à censura, pode-se dizer que "Se, por um lado, não há dúvida de que a censura durante a ditadura de Geisel foi amena, se comparada com a existente durante a ditadura de Garrastazu Médici, é evidente que ela continuou existindo durante todo o seu governo." (Soares, 1989, p. 26). Mesmo com essas comprovações, considera-se que a partir de 1975 o Brasil entra em um período de redemocratização, que seria completado dez anos mais tarde, com Figueiredo que fica no governo de 1979 até 1985.

Tratando da educação, durante o período ditatorial, nas universidades há “[...] a nomeação de interventores leais ao novo modelo de Estado [...]” (Viola; Albuquerque, 2015, p. 82). Os currículos universitários se voltavam para uma educação utilitária, com discursos que visavam justificar e legitimar as repressões e o governo autoritário (Viola; Albuquerque, 2015). Todas as esferas sociais sofreram com a ditadura e o rompimento da democracia, não sendo diferente no âmbito educacional. É importante observarmos que a educação sempre foi interesse político, seja como moeda de transformação social, seja como mantenedora das desigualdades sociais e conservação de poder. Além das intervenções nas universidades, “[...] nas escolas, os conteúdos de sociologia e filosofia são substituídos pelas inefáveis propagandas de moral e civismo e a docilidade programada da organização social e política brasileira.” (Viola; Albuquerque, 2015, p. 82).

A censura afetou todas as esferas sociais no país, “Tudo passa a ser político, da música e do teatro ao cinema e às artes plásticas. Dos livros às salas de aula, das pesquisas às ações extensionistas. Tudo é suspeito, tudo é ameaça e pode oferecer riscos ao sistema [...]” (Viola; Albuquerque, 2015, p. 82). Outro meio afetado pela censura foi a imprensa, como um dos principais meios de comunicação disponíveis para o povo naquele momento, os jornais e revistas foram controlados pelo governo por um período considerável dentro desses 21 anos de ditadura. De acordo com Fico (2002, p. 258), “A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a instituição do “Sistema DOI-CODI”, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não.”. A censura era, portanto, só mais uma das ferramentas de controle e coerção da população, em prol da manutenção e conservação do governo militar.

Com esses movimentos de censura à mídia tradicional, surgem diversos periódicos da imprensa alternativa, que buscavam contornar as censuras sofridas pela mídia. De acordo com Freitas (2018, p. 21), “Nesses veículos estavam gritos por liberdade, autonomia e justiça, reconhecimento, democracia e cidadania.” Os jornais alternativos, podem ser definidos como um meio de comunicação utilizado por aqueles que enxergavam as injustiças sociais presentes na sociedade e queriam externalizar essa situação. É possível entender “[...] a ditadura militar como sendo o principal motivo de contestação por parte da imprensa alternativa, que, ligada aos movimentos ou partidos de esquerda, não tinha [...] representatividade, dentro do

senado ou do governo brasileiro.” (Mendes, 2011, p. 34) Sendo essa uma das poucas formas desses grupos se manifestarem, mesmo que a censura ainda fosse constante sob esses meios de comunicação. Ainda de acordo com Mendes (2011, p. 36), podemos resumir afirmando que,

> A imprensa alternativa não foi apenas instrumento político das esquerdas, representou muito mais do que isso, ela foi uma peça fundamental para os vários sujeitos sociais que ficaram à margem da sociedade, sujeitos que queriam ser vistos, conhecidos, ou melhor, reconhecidos; sujeitos que, além do reconhecimento, queriam ter seus direitos respeitados. Por conta disso, a imprensa alternativa também foi muito significativa para os grupos de minorias numéricas e políticas, como os negros, os homossexuais e as mulheres.

Seria engano pensarmos que nos movimentos pela democracia as mulheres também não precisam encarar opressões de gênero, a elas ainda era atribuído o papel de cuidadoras e protetoras do lar. Mas isso não significa que a presença das mulheres nas guerrilhas e demais organizações contra a ditadura não existisse, Priore (2020) destaca que havia diversas mulheres participando desses movimentos, com a diferença de que as lideranças eram quase sempre atribuídas aos homens, a essas mulheres cabiam apenas papéis secundários e pouco reconhecimento.

Subvertendo os valores do período, as mulheres ingressaram no mundo dos periódicos, por meio de jornais alternativos feministas, que não só buscavam a superação da ditadura civil-militar brasileira, mas também da opressão contra o sexo feminino. Os jornais alternativos procuravam defender a democracia e exigir a retomada das eleições diretas, para que o povo voltasse a escolher seus representantes. Em conjunto a isso, com a imprensa alternativa feminista, as mulheres lutavam por mais creches, o acesso a métodos contraceptivos e a inclusão de mulheres na política.

Sobre a imprensa alternativa, Kucinski (2018) destaca que “Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*” (Kucinski, 2018, p. 11). O uso do termo imprensa nanica exprime uma comparação com a grande imprensa, que seriam os jornais já consolidados, de grande circulação e lucro no país, colocando a imprensa alternativa como pequena e atribuindo a ela certa imaturidade (Kucinski, 2018). Motivo pelo qual optamos por não utilizar a

expressão imprensa nanica ao longo desta pesquisa, pois entendemos que imprensa alternativa transmite melhor seus ideais. Nos baseamos na definição dada pelo autor ao uso da palavra alternativa, para essa decisão. Kucinski (2018, p. 11) traz que,

> [...] o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação; e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

Podemos ainda dizer que a imprensa alternativa se diferencia da imprensa tradicional já que “Não tem a mesma sistematicidade, a mesma tiragem, tampouco o mesmo público. Não tem o mesmo padrão de notícias, nem a mesma forma de apresentação. Não se preocupa em cobrir os acontecimentos diários, nem dispõe da mesma estrutura financeira. Na sua especificidade, esse tipo de imprensa constitui uma fonte privilegiada para a história das mentalidades” (Araujo, 2000, p. 32). Dessa forma, estudar a imprensa alternativa pode trazer perspectivas ímpares sobre o período. A autora também destaca a imprensa alternativa feminista como uma das categorias mais ricas dentro dos jornais alternativos, com reivindicações não levantadas por nenhum outro tipo de periódico (Araujo, 2000).

Os periódicos feministas da imprensa alternativa aos poucos foram conquistando seu espaço em meio aos outros jornais da mídia alternativa que desafiavam a censura. De acordo com Freitas (2018), o movimento feminista vinha se reorganizando a partir da segunda metade de 1970, ganhando novos sentidos dentro da coletividade dos movimentos sociais. Freitas (2018, p. 23), destaca que “É nesta época que os jornais da imprensa feminista, cada um de acordo com sua perspectiva editorial, começam as tentativas de vocalizar estes debates há tanto deslegitimados e mantidos fora da arena pública”. Dessa forma, os periódicos feministas da imprensa alternativa constituem-se como um importante meio de comunicação, possibilitando que estas mulheres se expressassem e pudessem estabelecer uma comunicação direta com outras mulheres, as suas leitoras. Por isso, entendemos que eles podem ser um importante objeto de pesquisa e uma excelente fonte para entender questões educacionais a partir de uma perspectiva única, a das mulheres que estabeleciam uma luta diária contra as opressões da ditadura civil-militar.

Por esses motivos foram elencados dois periódicos alternativos feministas que irão fundamentar a pesquisa a ser realizada, são eles: o jornal Brasil Mulher (1976 - 1978) e o jornal Nós Mulheres (1976 - 1978). A escolha desses periódicos se deu por sua relevância durante o período ditatorial no Brasil. Também pela facilidade de acesso à fonte, já que eles estão disponíveis no acervo digital do Centro “Sérgio Buarque de Holanda” e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O objetivo não é traçar uma comparação entre os periódicos, mas compreender como ambos representavam a educação em suas perspectivas únicas, uma vez que circulavam em cidades e estados diferentes. Os periódicos serão trabalhados separadamente, no sentido de analisarmos eles em sua totalidade considerando seus espaços de circulação, suas trabalhadoras e seu público-alvo. Mas, eles serão trabalhados em conjunto no sentido de ambos servirem ao mesmo propósito, entender a representação da educação sob a perspectiva da mulher durante a ditadura civil-militar. Isso pois, entendemos que utilizar apenas um periódico pode não nos dar a visão que queremos, nos deixando fechadas a uma única ótica.

Temos como pretensão analisar a importância desses periódicos alternativos da imprensa feminista brasileira, para compreender de que maneira a educação estava sendo representada para além dos documentos oficiais naquele período. Em especial considerando a censura aos periódicos, situação recorrente ao longo da ditadura civil-militar, em especial após 1968, com a aprovação do AI-5. Para além das páginas censuradas e da perseguição política, é preciso que seja observado como os periódicos alternativos feministas resistiram bravamente à ditadura civil-militar, mantendo viva a chama da luta pela igualdade de gênero e pela educação de qualidade. Pois, mesmo que eles tenham circulado durante o período de redemocratização, ainda se tratava de uma ditadura civil-militar em vigência. Fosse esse momento mais brando ou não, é possível e faz-se necessário que analisemos de que forma a ditadura e a censura influíram nas representações acerca da educação nesses periódicos.

2.2 Conceituação Da Pesquisa: Representação E Educação

Um último conceito essencial para definirmos antes de entrarmos propriamente nos jornais selecionados é o de representação, para isso, nos

apoiaremos nas pesquisas de Chartier (1990, 2002 e 2003). Começaremos então destacando o porquê da escolha deste historiador como um dos principais suportes para esta pesquisa. Roger Chartier nasceu no ano de 1945 em Lyon, na França, entre 1964 e 1969 estudou na *École Normale Supérieure* de *Saint-Cloud* e na *Université Sorbonne*, onde se formou professor e historiador (Nascimento, 2018). Em relação a sua vida profissional, Chartier atuou como professor no *Lycée Louis-Le-Grand*, em Paris, foi assistente de história moderna na *Université de Paris*, esteve no cargo de mestre conferencista de Altos Estudos em Ciências Sociais e posteriormente, lecionou no *Collége de France* (Nascimento, 2018).

Quanto às suas pesquisas, podemos ver nas produções de Chartier trabalhos intimamente ligados às discussões referentes à leitura, perpassando por debates sobre o livro, o escritor e o leitor. De acordo com Nascimento (2018, p. 190), Chartier busca "[...] compreender a difusão e efeitos do livro das mais variadas origens, com um elo entre a história dos objetos de leitura e a dos usos para poder confrontar estratégias e táticas, seja de autores, editores, leitores ou de qualquer outro componente que se faz presente do universo do livro." Dentre essas pesquisas, o historiador estabelece discussões sobre práticas, apropriações e a representação. Quanto aos recortes de seus estudos, o historiador se concentra principalmente na Europa e trata desde a Antiguidade Clássica até os períodos atuais (Nascimento, 2018).

Chartier não é essencialmente um pesquisador da educação, ele se define como historiador, mas destaca, algumas vezes em seus trabalhos, a importância do diálogo entre disciplinas e de se estabelecer uma interação entre as ciências sociais (Magalhães, 2014). Dessa forma, apesar de não ser um pesquisador da educação, é possível encontrarmos textos em que o autor trata de aspectos relacionados à história da educação, mesmo que não seja seu foco central, ao realizar essa conversa entre disciplinas.

> Os primeiros estudos do historiador francês que se tornaram livros, se fizeram pensando a história da educação e realizados em coautoria, com enfoque nas comunidades de estudantes e instituição, fator que pode ter levado Chartier a refletir sobre a circulação e apropriação dos textos que se altera na diversidade das instituições educativas em todos os níveis e na variedade das peculiaridades locais (Nascimento, 2018, p. 192).

Além disso, a discussão amparada no conceito de representação, instituído pelo autor pode auxiliar, visto que identificar a representação da educação

nos periódicos pode expor a narrativa que estava sendo estabelecida por esses jornais, auxiliando a análise da educação para além dos discursos oficiais do período ditatorial.

Tratando diretamente da definição de representação, Chartier (1990, p. 20) estabelece dois sentidos, “[...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de algo ou de alguém, como apresentação pública de algo ou alguém”. Interessamo-nos em focar na primeira definição, entendendo que é a interpretação que mais se aproxima do que esta pesquisa objetiva. Quanto a este primeiro sentido, o autor destaca que “[...] a representação é um instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituir em memória e de o figurar como ele é” (Chartier, 1990, p. 20).

Dessa forma, nesta pesquisa, objetivamos reconstruir os discursos acerca da educação presentes nos periódicos, por entender eles como um meio de comunicação de uma parcela da população, que neste caso, se opunha ao governo vigente e pode oferecer um discurso único. Estaremos então reconstituindo uma narrativa divergente, que só pode ser encontrada dentro desses jornais. Quanto à definição de representação, Chartier (1990) também frisa que ela não deve ser fundida à imaginação

> A relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata [...] (Chartier, 1990, p. 22)

Podemos entender então que o trabalho com a representação de um objeto que não está mais disponível exige alguns cuidados, visando evitar a construção de um discurso falso, imaginário. É imprescindível considerar que as interpretações não são neutras, por isso, “A problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores [...]” (Chartier, 1990, p. 23 e 24). Muitas vezes Chartier utiliza o conceito de apropriação em conjunto com o de representação, mas não iremos adentrar rigorosamente nas definições da

apropriação, já que para Chartier (1990) este conceito refere-se à relação estabelecida entre leitor e texto e nesta pesquisa, não temos acesso aos leitores dos jornais. Dessa forma, não seria possível determinar as apropriações que os leitores realizaram dos textos presentes nos periódicos. Nas palavras do historiador,

> [...] observar quão insatisfatórias são as abordagens que consideram o acto de ler como relação transparente entre o texto - apresentado como uma abstração, reduzido ao seu conteúdo semântico, como se existisse fora dos objectos que o oferecem à decifração - e o leitor - também ele abstracto, como se as práticas através das quais ele se apropria do texto não fossem histórica e socialmente variáveis (Chartier, 1990, p. 24).

Ou seja, a leitura e a interpretação de um texto podem ser múltiplas, a variar de acordo com o contexto histórico e social do leitor, o texto não é algo em si, ele não existe sem o leitor e principalmente, sem as apropriações e interpretações que serão realizadas por esse leitor. E a leitura não é uma prática neutra, ao realizar essa ação, o leitor está carregando consigo influências sociais, culturais e históricas para a leitura desse texto, que resulta em diferentes apropriações. Consequentemente, de acordo com Chartier (1990, p. 24), podemos considerar que

> Os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. Considerar a leitura como um acto concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependentes dos dispositivos discursivos e formais [...]

Chartier (1995, p. 91, tradução nossa), ainda frisa que “As práticas captadas sempre são criadoras de usos ou de representações que de modo algum podem ser reduzidas as vontades dos produtores de discursos e de normas. De certo modo, o ato de leitura não pode, portanto, ser anulado no texto, nem os comportamentos vividos nas proibições e nos preceitos que tentam regulá-los”. Ou seja, a leitura de um texto pode não exprimir no leitor o mesmo significado que os escritores e editores anseiam, dessa forma, a representação de um objeto ou conceito estabelecido a partir da leitura de um texto irá variar de acordo com a apropriação realizada pelo pesquisador.

Por estas razões, consideramos que o uso do conceito da apropriação em conjunto com o da representação aparece frequentemente nas pesquisas que tomam Chartier como base teórica. Estes dois conceitos se entrelaçam e podem

culminar em resultados positivos nas pesquisas em história da educação, uma vez que é essencial que sejamos capazes de reconhecer os discursos e as narrativas que permearam a educação ao longo dos tempos. Dessa forma, identificar a representação da educação nesses jornais pode revelar perspectivas únicas, os anseios de uma parcela da população quanto às questões educacionais, entendendo o funcionamento de um jornal e as lutas que eram travadas nesse período, considerando o contexto ditatorial.

Outro destaque importante para realizarmos quanto a representação é a escolha do que é conservado. Chartier (1990, p. 17) traz que “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Ou seja, os discursos não são isentos e a conservação de determinadas narrativas está diretamente ligada às relações de poder. O historiador afirma que,

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (Chartier, 1990, p. 17)

Por isso, é crucial recuperarmos discursos originados nas vozes dissidentes dos grupos contrários à ditadura civil-militar. Entendendo a representação enquanto “[...] o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é” (Chartier, 1991, p. 184), suas relações intrínsecas com a apropriação e a importância do resgate dessas narrativas silenciadas, podemos então seguir propriamente para a análise dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, valendo-nos desses conceitos para cumprir com os objetivos previamente estabelecidos nessa pesquisa. Seguindo então para o estabelecimento de metodologias apropriadas para o trabalho com os impressos.

Na presente pesquisa, estamos especificamente analisando a representação da educação, por isso, é importante entendermos o que queremos

dizer com o uso do termo “educação”. Definir esse conceito não é simples, mesmo para pesquisadores das áreas da Pedagogia não há um consenso sobre o que é a educação. Ela pode ser adotada enquanto preparação para o mercado de trabalho, ferramenta para ascensão social ou até mesmo enquanto prática emancipadora, que empodera os estudantes. O ponto é, qual visão de educação será adotada nesta pesquisa?

Para respondermos essa questão, sumariamente, é importante lembrarmos que um dos objetivos da pesquisa é problematizar qual a educação estava sendo representada nos periódicos. Porém, um pesquisador não é neutro, suas percepções e concepções de mundo atravessam os estudos que ele produz, uma vez que a apropriação que realizamos de um determinado conteúdo se liga diretamente a nossa visão de mundo. Por isso, achamos importante destacar o que entendemos quando falamos sobre educação.

Nos apoiamos em Paulo Freire (2002) e Bell Hooks (2013) para discutirmos essa temática, uma vez que nosso ideal de educação converge com as ideias expostas em seus livros. Importante observarmos que Hooks possui muita influência dos estudos de Freire em suas escritas, a própria autora já afirmou isso em seus livros, entretanto, Hooks traz em seus escritos uma sensibilidade feminina e um ponto de vista de uma mulher negra que merece tanto destaque quanto o professor Freire. A educação é entendida por nós como prática para a liberdade, um meio para que os alunos conheçam o mundo e se empoderem, reconstruindo conhecimentos e reverberando novos modos de ver o mundo. A sala de aula é espaço de troca de conteúdos entre aluno e professor, ambos ensinando e aprendendo constantemente. Freire (2002, n.p), aponta que

> [...] embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem forrar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém.

Em conjunto a isso, Hooks (2013) destaca que o trabalho de ensinar e a educação em si se tornam processos mais simples quando entendemos que o trabalho de um professor não é apenas de repasse, é “[...] participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos” (Hooks, 2013, p. 25). Dessa forma, não

cabe a educação a visão do aluno como um quadro branco no qual o professor deva pintar. Transferir conhecimento não é educação. Educação, como o livro da Bell Hooks sugere, é transgredir. É transformar. É libertar. Freire (2002) traz que

> Pensar certo – e saber que ensinar não é transferir conhecimento é fundamentalmente pensar certo – é uma postura exigente, difícil, às vezes penosa, que temos de assumir diante dos outros e com os outros, em face do mundo e dos fatos, ante nós mesmos. É difícil, não porque pensar certo seja forma própria de pensar de santos e de anjos e a que nós arrogantemente aspirássemos. É difícil, entre outras coisas, pela vigilância constante que temor de exercer sobre nós próprios para evitar os simplismos as facilidades, as incoerências grosseiras (Freire, 2002, n.p).

A visão de uma educação transgressora e libertária, por mais enfadonha que possa ser, possibilita ao professor mediar formações emancipadoras, que permite aos alunos uma formação autônoma, para que sejam pessoas críticas, que saibam questionar e se defender de manipulações e falsas promessas de libertação por meio do acúmulo de capital, como a expectativa de uma educação para a ascensão social. E curiosos, no sentido de possuírem uma "[...] inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital" (Freire, 2002, n.p).

Assim como a educação deve proporcionar ao aluno uma expansão cultural, vivemos em um mundo multicultural, e por isso, a escola não pode oferecer uma visão de mundo unilateral, existem múltiplos modos de pensarmos e olharmos para determinada situação e é dever do professor ofertar uma educação multicultural (Hooks, 2013). Em resumo, para nós, a educação é espaço de libertação e expansão cultural. Educar é expor o aluno ao mundo diverso que vivemos e ajudá-lo a criar consciência para que saiba como apreciá-lo.

Na pesquisa, adotamos o uso do termo educação de maneira generalista, partindo da metodologia escolhida, que será aprofundada no próximo tópico. Já que nosso objetivo não é ir até os jornais tentando identificar textos que comprovem nossos ideais, mas sim, partir das matérias para a definição da representação da educação do período expressa nas páginas do impresso. Por isso, utilizamos aqui o termo educação de forma ampla, referindo-se a todo tipo de educação e a todos os seus agentes. Para que ao fim da análise dos periódicos possamos traçar essa noção de educação que estava sendo representada nos jornais. Entretanto, como já pontuado anteriormente, não existe pesquisar neutro, por isso,

enquanto pedagogas, consideramos essencial expor nosso ideal de educação, já que ao longo do trabalho essa concepção pode perpassar pelos escritos.

2.3 Implicações Metodológicas No Trabalho Com O Jornal

Toda fonte de pesquisa implica em uma metodologia específica de trabalho, que varia de acordo com as especificidades de cada fonte ou objeto escolhido, não sendo diferente em relação aos jornais. Quanto aos impressos, Cruz e Peixoto (2007, p. 256) destacam que “Quando estes materiais são utilizados como fontes em nossas atividades de pesquisa e ensino, na maioria das vezes, a sensação que fica é a de que aparecem como objetos mortos, descolados das tramas históricas que o constituem". As autoras tecem uma crítica a falta de metodologia nos trabalhos com os impressos. Assim como ao entendimento de que os periódicos servem como exemplificação de um discurso, uma vez que “Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quais mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 256).

Para não cairmos nesse caminho, levantamos então alguns dos tópicos destacados por Barros (2023) que servirão de base para a análise dos jornais. Visto que o autor se dedica a explicitar alguns aspectos a serem considerados na análise do jornal, abordando encaminhamentos metodológicos ao qual o pesquisador deve se atentar. Trabalhamos com os pontos elencados por Barros (2023) a fim de conduzir uma pesquisa que seja capaz de realizar uma análise crítica dos periódicos, contemplando-os em um todo. Barros (2023) destaca dez aspectos essenciais para atentar-se no trabalho com os periódicos. São eles a polifonia, as seções temáticas, o conteúdo, a periodicidade, a materialidade, a publicização, a recepção, os meios de impressão, o lugar de impressão e o lugar de produção (Barros, 2023). Utilizamos os estudos de Barros (2023) como guia e base para nossa pesquisa com os jornais, condensando estes aspectos em seis tópicos que serão discutidos, para definição das metodologias que serão empregadas na análise dos jornais posteriormente.

Estabelecer uma metodologia para o trabalho com os jornais é essencial, já que “Lidar com fontes textuais, para os historiadores, é ser crítico - é tentar decifrar os interesses que estão por trás do escrito, as visões de mundo e

posições sociais que o conformam, as demandas sociais, políticas e econômicas às quais eles se adequam, as possibilidades de sentido que os textos oferecem, e as diferentes interpretações que eles autorizam" (Barros, 2023, p. 19). É primordial trabalhar com os jornais a partir de metodologias que conduzam para o entendimento dessas questões. É necessário que o pesquisador desenvolva habilidades que o permitam realizar essas leituras dos jornais, utilizando principalmente a criticidade (Barros, 2023).

Mas de nada adianta um pensamento crítico se o pesquisador não souber como conduzir sua pesquisa. Por isso, vamos dedicar um espaço para debater seis tópicos que foram elencados por nós a partir dos dez aspectos enumerados por Barros (2023). Para que a partir dessas particularidades possamos pensar na metodologia que conduzirá a análise dos jornais posteriormente. Seguindo uma linha mais teórica neste tópico não tratamos especificamente dos periódicos selecionados, ao invés disso, faremos uma definição desses seis tópicos que serão vitais na pesquisa que se seguirá com os jornais. Os tópicos serão dedicados a tratar da periodicidade, da materialidade, do espaço de produção e circulação, dos conteúdos e seções temáticas da polifonia de textos e autores e das relações de poder. E a partir desses seis elementos esperamos que seja possível realizar a análise dos periódicos elencados para compor essa pesquisa, partindo da verificação dessas particularidades que serão expostas a seguir.

Antes, é importante adotarmos uma definição do periódico e especificamente do jornal. Barros (2023, p. 26) destaca que “Os periódicos, são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra”. Com destaque ao fato de que atualmente, com a mídia digital, para ser um periódico não é necessário que ele seja impresso (Barros, 2023). Quanto ao jornal, o autor define que há oito características essenciais para que um periódico seja considerado um jornal, são elas periodicidade, largo alcance, polifonia de textos, produção multiautoral, interação entre informação e discurso, busca de vários segmentos leitores, efeito de realidade e abrangência de assuntos (Barros, 2023).

Tratando das particularidades, a primeira que queremos tratar diz respeito à periodicidade. Barros (2023) destaca que os periódicos, desde o momento em que surgem, objetivam uma continuidade, buscando manter-se ativo por meio de

publicações que respeitam determinada periodicidade, seja diária, semanal ou mensal. Analisar a periodicidade do jornal, compreendendo não só o período entre sua primeira publicação e sua última, como também a temporalidade entre uma edição e outra, pode nos dar uma perspectiva ampla sobre determinado acontecimento, uma vez que essas edições culminam em uma continuidade de narrativas. Elencar a periodicidade como uma etapa metodológica no processo de análise do jornal pressupõe seguir um caminho de pesquisa que considera as relações externas que colaboram para a publicação de um periódico.

Sendo assim, “[...] através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica. Precisamos sempre nos aproximar desta história, pois não faz muito sentido analisar uma edição separada das outras que a precederam [...]” (Barros, 2023, p. 35). A análise dos jornais como um todo é um elemento essencial para que um estudo possa se desenvolver satisfatoriamente e considerar a periodicidade deste impresso faz parte desse processo de pesquisa. Se constituindo enquanto uma etapa metodológica fundamental que deve ser levada em consideração durante o estudo. Por essa razão, elencamos a periodicidade como um dos pontos centrais para análise do jornal.

Os espaços de produção e de circulação dos periódicos também são aspectos essenciais de análise no trabalho com os jornais. Entender o contexto social e cultural em que o periódico está inserido é uma das coisas mais importantes na análise dos jornais e essa questão se liga diretamente a compreender quais eram seus espaços de produção e circulação. Podemos partir do macro para o micro, é importante compreender em qual país, estado, cidade e até mesmo bairro, quando possível, determinado periódico foi produzido e vendido. É verossímil dizer que “Qualquer jornal antes de todas as questões mais específicas que devem ser consideradas, é produzido em uma época, no interior de uma sociedade, em um contexto histórico, a ser compreendido, sob certas circunstâncias, e a partir de determinadas possibilidades econômicas e materiais que sustentam o seu empreendimento”. (Barros, 2023, p. 51).

Além dessas questões, Barros (2023) também destaca que há uma relação intrínseca entre escritor e leitor, o que ele denomina enquanto “polo editor” e “polo leitor”. Ele liga esses conceitos ao espaço de produção do jornal, uma vez que são forças que atuam na editoração deste periódico (Barros, 2023). O autor não cita

diretamente essa questão, mas achamos válido evidenciar que o tipo de leitor que acessa o jornal também está diretamente conectado ao espaço em que esse jornal circula. Os leitores de um jornal publicado no interior de um estado não são os mesmos em comparação aos que residem nas capitais. As condições sociais, culturais e principalmente econômicas são completamente distintas. O autor ressalta que esse polo leitor pode inclusive ditar o que será escrito nos periódicos, já que o jornal depende que o público esteja interessado nos discursos que estão sendo vendidos (Barros, 2023). Ou seja, a depender de onde o jornal está inserido o interesse do público e, consequentemente, as narrativas do periódico podem mudar.

Ou seja, pode-se dizer que além dos editores, o leitor está diretamente ligado com os conteúdos e as seções temáticas apresentadas em um periódico. Elencamos esse aspecto como essencial na análise de um jornal por entender que aquilo que o periódico diz e o que deixa de dizer revelam questões centrais sobre os ideais dos editores e donos desse jornal. O conteúdo noticiado em um jornal nos apresenta diretamente quais são os discursos que querem que sejam mantidos. A imprensa não tem necessariamente obrigação com uma verdade absoluta, ela noticia o que é real do ponto de vista de quem comanda o editorial. Por isso, mesmo analisando jornais de uma mesma cidade é possível obter discursos e narrativas completamente diferentes. Quanto a isso, Barros afirma que,

> Os destaques dados a esta ou àquela notícia, as estratégias editoriais diversas, os modos como se busca comover, impactar, indignar ou direcionar os leitores, o posicionamento de uma notícia junto a outra, o tamanho calculado das letras, a escolha de fotos - existe aqui toda uma infinidade de recursos e procedimentos à disposição dos jornalistas que *ato contínuo*, precisam ser cuidadosamente decifrados pelos historiadores (2023, p. 45).

Por estes motivos a análise do conteúdo publicado pelo jornal é tão importante. Assim como a identificação das seções temáticas, em especial tratando da educação, que é a nossa área de foco, mesmo que o jornal não seja pedagógico. É importante questionarmos se ele dedica um espaço para tratar da educação, em caso afirmativo, é preciso analisar se essas são notícias pontuais ou se ele possui um espaço dedicado em cada edição para tratar da temática. Além de entender quais as intenções dele ao tratar desse assunto e qual discurso está sendo reforçado. Ou seja, o pesquisador precisa estar preparado para lidar com cada página e cada passo que aquele jornal deu até estar em suas mãos, suas relações sociais e culturais, sua

influência na sociedade, seus agentes históricos e até mesmo as escolhas destes agentes.

Outro aspecto para análise do jornal que elencamos para definir é a polifonia de textos e autores, que diz respeito à diversidade de tipos textuais e as edições multiautorais. Para Barros (2023, p. 101), “Analisar um jornal é pôr-se em contato com uma obra coletiva e polifônica, que pede que apuramos o ouvido para a escuta das diversas vozes que o percorrem”. Podemos perceber que o autor utiliza o termo “polifonia” se referindo ao sentido literal da palavra, enquanto uma pluralidade de vozes que formam uma canção harmônica. Entendendo o jornal como um produto que apesar de composto por diversas pessoas, ainda sim está em sintonia. Podemos atribuir isto ao fato de que, apesar de disporem de certa autonomia, os escritores ainda precisam estar atentos às questões já citadas anteriormente, como a necessidade de venda, que implica na escrita daquilo que o povo quer ler. Ainda assim, não é inexistente a presença de discordâncias ou choque de ideias entre os escritores ou editores, é o que Barros (2023) denomina de “polifonia conflitante”.

Para além da polifonia de autores, o jornal é composto por uma polifonia de gêneros jornalísticos, como editoriais, notícias, reportagens, resenhas, anúncios, cartas dos leitores e até mesmo elementos gráficos, como fotografias, charges e ilustrações. Barros (2023, p. 104) destaca que “Este é mais um aspecto polifônico dos jornais: o diálogo e interação entre diferentes tipos de linguagens”. Onde não apenas diversos tipos de textos escritos podem se conversar, como também o escritor pode optar pelo uso de imagens como suporte para uma argumentação. O que exige do pesquisador domínio de diferentes tipos de discursos e textos (Barros, 2023). De todo modo, analisar as relações presentes em meio a polifonia de textos e autores se mostra um trabalho de alta complexidade. Que assim como os outros aspectos para análise de um jornal, exigem atenção do pesquisador.

A última especificidade para análise dos jornais que queremos destacar são as relações de poder que permeiam a imprensa. Desvendar quem apoia determinado jornal e o porquê é de suma importância. Em especial, quando se analisa um periódico que circulou em períodos de conflitos políticos e sociais. A quem interessa ter controle sobre um dos maiores meios de comunicação da sociedade? Essa é uma questão que pode ser respondida quando voltamos a pensar no jornal enquanto artefato produtor e difusor de opiniões, que pode moldar a sociedade para

o convencimento acerca de determinados discursos e pregar a normalidade ou a estranheza sobre um assunto. No geral, tendemos a confiar no que é dito no jornal, pois, por muito tempo, a imprensa nos foi vendida enquanto detentora das verdades, meio confiável de informação. Então quem não se interessaria em estar por trás desse meio de comunicação?

Analisar essas questões, principalmente levando em conta que nossa fonte de pesquisa circulou durante o período da ditadura civil-militar brasileira, é crucial. Barros (2023, p. 115) frisa que “Seja perseguindo periódicos menores ligados a atividade sindical e a movimentos sociais diversos, seja pressionando ou enlevando jornais integrantes da chamada Grande Imprensa, o regime ditatorial militar que se instalou no Brasil a partir de 1964 logo percebeu a necessidade de lidar com a Imprensa como uma questão fundamental para a instalação e conservação da ordem que pretendia impor”. Ou seja, os jornais se constituem como um espaço de disputas ideológicas e políticas e entender quais são as relações de poder que perpassam o periódico que se analisa é importante para o pesquisador compreender que tipo de discurso o jornal ansiava reverberar.

Um último adendo que gostaríamos de fazer quanto a análise dos periódicos que se seguirá neste trabalho é que, apesar de optarmos por explicar esses aspectos separadamente, eles precisam ser analisados em conjunto em um jornal, pois estão diretamente ligados. Não é possível separá-los. Não há conteúdo sem autores ou leitores, não há relações de poder sem espaço de produção, enfim, todos estes aspectos estão interligados. Por isso, ainda que expostos aqui desassociados, durante a análise dos periódicos esses seis aspectos aparecerão correlacionados. Finalizado, é importante entendermos que a definição de uma metodologia e principalmente dos aspectos de análise que serão realizados com os jornais é o que pode diferenciar um trabalho supérfluo com os periódicos de uma análise crítica que trate esses jornais como produtos culturais e sociais, repletos de especificidades e que devem ser analisadas em conjunto com o todo.

Tratando especificamente dos procedimentos, para a utilização dos periódicos serão utilizados o site Centro “Sérgio Buarque de Holanda” e a hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional, por seu importante papel na digitalização de documentos, entre eles, os periódicos selecionados - Brasil Mulher e o Nós Mulheres. Objetiva-se analisar os periódicos por completo, de acordo com os aspectos

elencados anteriormente. Entretanto, também se faz necessário elencarmos alguns procedimentos técnicos que nos possibilitem realizar uma análise de algumas matérias específicas, nesse caso, aquelas relacionadas à educação. Optamos por trabalhar com palavras-chave “educação”, a fim de possibilitar essa análise considerando o tempo disponível para desenvolvimento desta pesquisa. Concomitante a leitura dos textos presentes nos periódicos e análise das imagens iremos elaborar quadros de cada ano de circulação dos jornais para catalogação de todas as produções que se relacionam com a educação.

Esses quadros serão compostos por quatro colunas para preenchimento de dados relativos às matérias localizadas, as informações serão: a edição, a página, o título e o gênero textual de cada uma dessas matérias. O título foi elencado por ser um elemento central na análise desses textos e no entendimento de suas relações sociais e culturais. Assim como o gênero textual, com destaque para o fato de que cada tipo de texto irá requerer uma análise específica, sendo imprescindível essa separação. Até o momento utilizamos o termo matéria ou texto para nos referirmos a essas produções, justamente por serem palavras genéricas que podem englobar todos os tipos de artigos que podem ser encontrados. Os gêneros textuais poderão nos apresentar a natureza dos textos e possibilitar agrupamentos. Já as informações relacionadas à edição e página são para permitir a localização destas matérias em caso de consultas posteriores. A partir desses quadros planejamos ter um panorama das matérias que se dedicam à educação, para então nos centrarmos diretamente nas análises.

A partir deste ponto, a pesquisa foi organizada com base na apresentação dos periódicos, explorando o processo de análise, a organização dos textos e a exposição das edições, bem como dos artigos relacionados à educação encontrados nos jornais. Cada jornal foi tratado de forma individual, considerando as relações dos periódicos com o contexto ditatorial. Em seguida, seguiu-se para um capítulo específico de análise da representação da educação nos impressos selecionados, encerrando, por fim, com as considerações finais.

3 O JORNAL BRASIL MULHER

No presente capítulo realizamos as análises do periódico Brasil Mulher, partindo dos conceitos elaborados por Barros (2023) a respeito do trabalho metodológico a partir da análise do lugar de produção, da polifonia, dos conteúdos e da periodicidade dos jornais. Aliados ao uso de definições de imprensa e jornais apontados pelo autor. A imprensa é um espaço plural, que dá voz a uma extensa gama de pessoas e possui apreciação garantida pelo povo. Em especial se tratando dos anos 70 e 80, quando os jornais e revistas eram um dos mais populares meios de informação da população.

Para tratarmos dos jornais, fizemos a escolha de limitar as teorias de Barros (2023) apresentadas nas implicações metodológicas a dois tópicos, primeiro, a polifonia de autoras, para observarmos como esse aspecto influencia na escrita e veiculação das matérias. Em seguida, a periodicidade e os conteúdos publicados, apresentando quantas edições cada jornal possui e com qual frequência elas eram publicadas e expormos as matérias ligadas à educação, classificando-as. A escolha desses tópicos vem de entendermos que considerando os objetivos desta pesquisa e principalmente as especificidades que o trabalho com os periódicos de maneira digital nos impõe, esses dois tópicos elencados foram suficientes para que consigamos chegar à finalização da pesquisa e concluir como se deu a representação da educação nos jornais.

Neste capítulo, vamos nos concentrar em falar propriamente do jornal e das matérias relacionadas à educação que podem ser encontradas nele. O Brasil Mulher, ele foi o primeiro periódico alternativo feminista pós ditadura civil-militar do país (Freitas, 2018). Fundado na cidade de Londrina, no Paraná, em 1975, o jornal era administrado pela jornalista Joana Lopes. Ela foi uma pesquisadora e arte-educadora, que integrou o quadro docente na Universidade Estadual de Londrina, onde criou projetos de teatro.

Sobre o jornal, de acordo com Tamião (2009, p. 26), “O primeiro editorial traz as principais idéias articuladas por suas idealizadoras e, por sua vez, não se fixa a uma luta específica [...]”, já que uma das idealizadoras do jornal, Therezinha Zerbine, se identificava enquanto cristã e buscava se afastar da esquerda e dos movimentos feministas. Quanto aos objetivos do jornal, segundo as autoras, “A idéia

principal era divulgar o movimento feminino pela anistia, que implicava também pensar o momento político em que o país estava inserido, a partir da visão de Zerbine, porém, Lopes inclui e amplia essa idéia para cunho feminista." (Tamião, 2009, p. 26).

Os anos 70 no Brasil foram um período de efervescência dos movimentos feministas, importados dos Estados Unidos da América, com cada dia mais mulheres se organizando em movimentos sociais (Priore, 2020). Ainda de acordo com a autora, nessas organizações "Algumas se diziam feministas, outras esposaram o Movimento de Libertação das Mulheres. Corpo feminino e prazer estavam na pauta. A recém-chegada da pílula anticoncepcional lhes garantia a separação entre procriação e sexualidade" (Priore, 2020, p. 226). Com isso, grupos de mulheres em prol de seus direitos começam a se tornar frequentes no país, em especial com a participação de mulheres jovens, brancas e de classe média, perfil majoritário nas organizações.

O primeiro grupo de mulheres do qual temos conhecimento foi formado em 1972, na cidade de São Paulo, composto por mulheres na faixa dos 30 anos, após viagens ao exterior que as inspiraram a trazer essas discussões ao país, já no Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves iniciou organizações coletivas de mulheres após viagens e estudos na cidade de Berkeley, Califórnia (Priore, 2020). A partir disso,

> Encontros em São Paulo e Rio de Janeiro deram início a núcleos como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira ou Centro da Mulher Brasileira. Entre outros objetivos, havia uma preocupação com o estudo, a reflexão, a pesquisa e a análise das questões da mulher e a criação de um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher. [...] Controlado por militantes do PCB, o CMB acaba se cindindo. Nasceu o Coletivo de Mulheres com pauta clara: aborto livre e gratuito, a democracia, liberdade para discutir sexualidade, ódio aos patrões (Priore, 2020, p. 227).

As mulheres estavam se organizando politicamente e ocupando espaços antes dominados por homens, com propostas cruciais para o sexo feminino. Desses espaços de luta, nasce o jornal Brasil Mulher. O periódico teve sua primeira edição publicada em dezembro de 1975, na cidade de Londrina, norte do Paraná, comandado por Joana Lopes e Therezinha Zerbine. De acordo com Kucinski (2018, p. 125), "O feminismo do Brasil Mulher foi fortemente influenciado pelo marxismo e em especial pelo maoismo voltado para a temática da pobreza e da miséria que no Brasil tem como subprodutos problemas femininos graves e específicos [...]".

Em 1976, há a primeira ruptura no editorial, Zerbine, que não se considerava uma feminista, abandona o jornal, no ano seguinte, Joana Lopes abandona o periódico quando “[...] sob hegemonia do PCdoB e liderada por Maria Amélia Machado e Rosalina Santa Cruz, decidiu orientar o jornal para mulheres das classes trabalhadoras, dentro de uma perspectiva de ampliação partidária” (Kucinski, 2018, p. 128). Por preferir como público mulheres da classe média, Joana sai do editorial, junto de outras feministas que o compunham e o jornal se encerra em 1977 (Kucinski, 2018).

O periódico perdurou por 20 edições, sendo 16 regulares e 4 edições especiais (Centro Sérgio Buarque de Holanda, 2020). Na presente pesquisa, tivemos acesso a 18 edições, 15 regulares e 3 especiais, delas, 14 regulares e 1 especial foram retiradas do site Centro Sérgio Buarque de Holanda, enquanto outras 2 edições especiais estavam disponíveis na hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional. A edição 0008, as edições publicadas entre abril de 1979 e março de 1980 e as edições após março de 80, não estão disponíveis em nenhum acervo público acessível para nossa consulta. Entretanto, a descontinuidade das edições em nossa análise não trará consequências para a pesquisa, pois utilizaremos os estudos de outros pesquisadores que trataram delas anteriormente.

3.1 Polifonia de autoras

Sendo o foco dessa pesquisa a análise dos periódicos como um todo, se torna crucial falarmos daquilo que possibilitou que esses jornais existissem: os sujeitos que o idealizaram e o tornaram real. Analisar a representação de determinado acontecimento implica na discussão sobre os sujeitos que o construíram, uma vez que “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (Chartier, 1990, p. 17).

Dessa forma, o estudo dos grupos que se encontram por trás dos jornais pode ampliar a visão das representações que serão obtidas em comparação à análise do produto de maneira isolada, sem considerar o contexto desses criadores.

Chartier (1990) propõe que conhecer quais são as percepções de mundo e sociedade dos grupos e do meio que se estuda é pauta indissociável para pesquisar as representações dentro da nova história. Por isso, objetivamos nesse tópico conhecer quem são os sujeitos por trás da idealização e criação do jornal Brasil Mulher, quais suas percepções de mundo e quais eram seus propósitos com o periódico.

A polifonia de autores é uma das especificidades de um jornal que não pode ser ignorada quando tratamos dos sujeitos. Um periódico é construído a partir de diversos sujeitos, desde investidores a escritores. Barros (2023) destaca que os jornais são polifônicos, uma vez que são formados por diversos textos e possuem diferentes vozes ressoando em suas páginas. Por isso, em um só jornal podemos ver opiniões que divergem e muitas vezes se confrontam, já que “Analisar um jornal é pôr-se em contato com uma obra coletiva e polifônica, que pede que apuremos o ouvido para a escuta das diversas vozes que o percorrem” (Barros, 2023, p. 101). O jornal Brasil Mulher era composto por diversas mulheres, “A diretora responsável era Laís Oreb, sendo Joana Lopes a editora. O conselho editorial compunha-se de Edezina de Lima Oliveira, Rosane de Lourdes Silva, Ethel Kasminski, Rose Mary Souza Serra, Therezinha Zerbini e Marina D'Andrea” (Araujo, 2000, p. 29).

Na presente pesquisa, escolhemos tratar de Joana Lopes e Therezinha Zerbine, pois não há um número relevantes de informações acerca das demais. A editora-chefe do periódico Joana D’Arc Bizzotto Lopes “[...] nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de abril de 1938. Cresceu em meio a uma família com traços da cultura brasileira: seu pai, Ary Lopes, era guarani e sua mãe, Helena Anita Bizzotto Lopes, filha da primeira geração de uma família de imigrantes italianos que se estabeleceu na capital mineira” (Debértolis, 2002, p. 34). Joana era essencialmente um artista, suas ocupações eram diversas, ela cantava, dançava, era teatrista, professora e escritora. Quanto a sua formação e atuação profissional, Joana Lopes

> Ingressou, em 1966, na Escola de Arte do Brasil, no Rio de Janeiro, onde ressalta que adquiriu "noções do valor da livre expressão e da auto expressão" e depois na Escola Nacional de Teatro, onde ficou por pouco tempo por conta da repressão. A experiência de Joana no campo da educação, sempre no sentido da educação pela arte, pelo teatro, como forma de consciência social, vai se aprofundar a partir da segundo metade dos anos 60. A sua atuação como arte educadora em São Paulo foi intensa. Desta época ela destaca o trabalho desenvolvido na Escola Experimental Vera Cruz e também na Escola Renovada Gabriela Mistral, tendo sempre como norteadora a teoria de Paulo Freire. Também. segundo Joana, foi de fundamental importância o trabalho que desenvolveu na Escolinha de Arte de São

> Paulo dirigida por Ana Mae Barbosa (Debértolis, 2002, p. 38).

Quanto a sua carreira no jornalismo, ela inicia escrevendo matérias eventuais para a revista carioca “Arte e Educação”, em seguida, sendo contratada como colunista do jornal “Folha de Londrina”, onde escrevia horóscopos, até que teve a oportunidade de apresentar um projeto sobre arte e comunicação ao jornal, que durou até 1978, último ano de Joana na editoração do periódico (Debértolis, 2002). Segundo a entrevista que Joana Lopes concedeu a Debértolis (2002) em sua dissertação, é possível afirmarmos que sua caminhada na Folha de Londrina não fora tranquila. Sendo diversas vezes impedida de publicar determinadas matérias por conta da repressão militar e ainda, sendo acompanhada de perto por um policial do DOPS, que tinha como objetivo vigiar o que Joana fazia durante sua estadia na cidade de Londrina (Debértolis, 2002).

Joana Lopes tinha uma opinião sólida sobre a ditadura civil-militar, que trouxe ao governo desagrado. Quando em conjunto com Therezinha Zerbini inicia a editoração do jornal Brasil Mulher, em 1975, não foi diferente. Desde a primeira página publicada do periódico, que veremos mais à frente, fica explícito o descontentamento de Joana ao governo e seu desprazer quanto a posição ocupada pelas mulheres naquele momento. Já em sua formação e atuação inicial, podemos identificar em Joana um anseio pela mudança, que teve como consequência a criação de um espaço dissidente que ecoasse as vozes das mulheres.

Já Therezinha Zerbini possuía objetivos diferentes. Nascida em 1928, ela se formou em direito no Vale do Paraíba e conta que ao frequentar um sanatório encarou as desigualdades sociais do país, o que despertou nela o desejo de transformação (Lucena, 2012, n.p). Ela é por muitos considerada como uma figura contraditória, já que apesar de defender fielmente a anistia feminina não se considerava uma mulher feminista. Therezinha enquanto

> Idealizadora do Movimento participou ativamente dos momentos de implantação. Esteve presente na condução política do MFPA, na fundação dos núcleos e influenciou na escolha de dirigentes, na organização de atos públicos e na redação de periódicos e documentos. Seu papel foi reconhecido pelos órgãos de repressão, à época, considerada “dos mais influentes e operosos articuladores do movimento pela anistia”, ao lado de nomes como da atriz e produtora cultural Ruth Escobar e do então deputado estadual paulista pelo MDB, Alberto Goldman (Duarte, 2016, p. 1).

Mesmo assim, a advogada não se fixava a luta feminista, Kucinski (2018) destaca ainda que Therezinha acreditava numa espécie de concessão de

direitos que excluíssem as mulheres consideradas terroristas, que naquela época nada mais eram que pessoas que se opunham ao governo ditatorial. Seja como for, ela representa um movimento de luta pelos direitos femininos. E é da aproximação de Joana Lopes ao MFPA e consequentemente a Therezinha que surge o Brasil Mulher.

De um lado temos Joana Lopes, declaradamente feminista e ativista pelos direitos femininos e de outro, Therezinha, cuja luta se vinculava a anistia feminina, como os principais nomes do jornal Brasil Mulher. Apesar de discordâncias quanto ao caminhar do jornal após seu primeiro ano entre as duas, o jornal mantém coberturas a respeito do movimento pela anistia feminina, demonstrando que ainda existiam conexões entre Therezinha e Joana (Tamião, 2009). Essa é uma das questões que podemos problematizar em um jornal quando tratamos da polifonia de autores, por isso, ao analisarmos um jornal é preciso tomar cuidado quando se leva uma fala como verdade absoluta, descontextualizada de outros documentos. A escrita do jornal depende do sujeito que o escreve.

Após sua saída do jornal, em 1976, Therezinha Zerbini continuou no MPFA e em 1977 cria o jornal “Maria Quitéria”, que deixava claro desde sua primeira edição não se tratar de um jornal feminista, mas sim de um jornal das mulheres (Tamião, 2009). A advogada participou da criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1979 e continuou se vinculando a lutas pelos direitos humanos, até falecer em 2015. Já Joana Lopes, deixa o jornal em 1977 e se muda de Londrina, morando por um período na sede do jornal em São Paulo, até tentar um novo projeto de mulheres escritoras, que nunca chegou a ser efetivamente ativado e então concentrar-se nas peças de teatro e em publicações periódicas em revistas e jornais (Debértolis, 2002). Após a saída de Joana Lopes do jornal a administração e a editoração do periódico foi de Rosalina Leite.

Importante também destacarmos que as matérias não são assinadas, por isso, não é possível reconhecer qual jornalista foi responsável por determinado texto. Bem como quando há entrevistadas, na maioria das vezes, elas são identificadas apenas pelo primeiro nome, sem citação de seus trabalhos ou demais informações. Sendo nossa hipótese que essa era uma forma de dificultarem os militares da censura de repreenderem as mulheres que contribuíam no jornal.

3.2 PERIODICIDADE E CONTEÚDOS PUBLICADOS

Outro tópico importante para pensarmos na análise dos jornais é a periodicidade, que é a frequência com qual o periódico é publicado. De acordo com Barros (2023, p. 35) essa periodicidade é importante pois "[...] através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica". Pesquisar um jornal levando em conta sua periocidade também pode auxiliar a compreender o alcance do periódico, já que um jornal diário ou semanal implica em muitas mais matérias escritas e em um investimento maior. Tratando do Brasil Mulher, suas publicações ocorriam a cada dois meses e eram impressas cerca de 10 mil tiragens, com distribuição nacional (Kucinski, 2018), motivo pelo qual a produção do jornal foi transferida para São Paulo, já que os produzir em Londrina dificultaria a distribuição nessa escala. De acordo com Lanza *et al.* (2024) a primeira edição do jornal Brasil Mulher que fora feita em Londrina teria sido transportada para São Paulo, capital.

Em conjunto com a periodicidade, trataremos dos conteúdos publicados, já que são correlacionados. Para fins de análise, separamos as matérias em cinco gêneros textuais presentes no jornal, são eles a carta do leitor, que são cartas enviadas ao jornal pelo público. O editorial, que são textos de opinião dos redatores. A notícia, que são fatos apresentados de maneira rápida. A reportagem, que é a notícia mais profunda, sem necessariamente a presença de fatos, podendo ser a versão do redator sobre determinado acontecimento. E a resenha, que é a opinião do redator sobre filmes, peças de teatro ou músicas.

Nesse primeiro momento nos reservamos o direito de realizar apenas uma exposição dos jornais, apresentando as capas de cada edição, observando a fotografia e seus destaques, os editoriais presentes na primeira página do periódico, onde as jornalistas falavam de temas gerais relacionados ao jornal ou a editoração e em sequência, traremos as matérias com a ocorrência do termo "educação" que foram encontradas em cada edição, optando apenas por uma exposição técnica do conteúdo, sem o teor analítico dos textos, já que essa análise será realizada posteriormente, no capítulo seguinte.

A edição 0 do jornal, publicada em outubro de 1975, não se encontra disponível no CSBH ou no acervo digital da Biblioteca Nacional, por isso, acessamos

ela apenas a partir da pesquisa de Debértolis (2002) e do site Opera Mundi (Estanislau e Angelo, 2017) que realizaram análises anteriores a edição. Por isso, não pudemos catalogar as matérias referentes a educação, já que esses estudos citados não tinham como objetivo tratar das questões educacionais. De qualquer forma, por ser a primeira edição do jornal, que lança o periódico no país consideramos válido pontuar algumas questões expostas nessas primeiras páginas.

A capa da primeira edição apresentada na “figura 1” ilustra alguns dos objetivos do jornal, “A imagem da menina grávida, negra, pobre, de pés descalços, rodopiando uma criança quase de seu tamanho é captada pelas lentes do fotógrafo londrinense Chico Rezende. O cenário era a Vila Fraternidade, um dos bairros mais pobres da cidade de Londrina” (Debértolis, 2002, p. 59). A imagem traz um impacto necessário, já que se tratando da primeira edição do jornal ele precisava captar o público e o uso do imagético em conjunto com a escrita dos assuntos de destaque da edição podem auxiliar a criar interesse na população.

Figura 1 – Capa da edição 0 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Estanislau e Angelo (2017)

Podemos observar a composição da capa com o destaque do nome do jornal servindo de legenda à fotografia, o destaque ao Brasil Mulher com uma representação precisa: a mulher brasileira. Debértolis (2002, p. 59) destaca que,

> A foto da capa sintetiza a intenção da jornalista Joana Lopes de fazer um jornal que revelasse o pensamento do feminismo "tupiniquim", "caboclo". Um jornal que trouxesse à luz a problemática da mulher brasileira inserida na obscuridade da ditadura militar. É essa mulher que Joana quer trazer para as páginas do jornal. A mulher excluída duplamente pela estrutura da sociedade patriarcal e pelo regime de exceção que cala as vozes democráticas. Joana Lopes imprime neste número zero a sua marca pessoal. Ela conta que mesmo elaborando o projeto do jornal em diálogo com outras mulheres produziu o número zero do Brasil Mulher sozinha. Desde a definição da pauta à redação das matérias que se resumem, na sua maioria, à compilação de textos já publicados passando pela edição, diagramação, impressão e o translado do jornal até São Paulo.

Dessa forma, a primeira edição do jornal foi uma aposta da Joana Lopes para se inserir na imprensa alternativa e por isso, a Debértolis (2002) destaca que fica perceptível as influências diretas da jornalista nas matérias encontradas no periódico. Quanto ao conteúdo, Debértolis (2002), traz que a principal discussão é o Movimento Feminino pela Anistia, com enfoque no trabalho de Therezinha Zerbini, além de destacar outras mulheres que estavam contribuindo para o movimento.

Na capa da edição 0001, destacam-se os assuntos relacionados à pílula anticoncepcional, salário-mínimo, à líder operária Domitila de Chungara e uma seção dedicada a opinião. A fotografia traz a Dona Gumercinda, que “[...] representa, por um lado, a força do povo brasileiro, sua resistência, persistência e, por outro, a exclusão da mulher pobre da terceira idade” (Debértolis, 2002, p. 69). Comparando com a edição 0 podemos ver dois opostos da mulher pobre, primeiro apresentando uma adolescente e uma criança, em seguida, uma mulher idosa, o que contribui para representatividade de um amplo possível público para o jornal.

Figura 2 – Capa da edição 0001 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1975

Joana inicia com um editorial comemorando o sucesso da edição 0, que segundo ela, pode “[...] contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos lêem” (Brasil Mulher, 1975, p. 2). Tratando diretamente das matérias com a ocorrência do termo “educação” encontramos cinco textos que tratam da temática, expostos no quadro abaixo.

Quadro 1 - Catalogação da edição 0001 de 1975 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0001	5	Não titulada	Notícia
0001	6 e 7	Pílulas …	Reportagem
0001	10 e 11	Domitila de Chungara	Reportagem
0001	12 e 13	O Brasileiro, Sobretudo um forte	Reportagem

0001	14	Crianças burras … burras?	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira ocorrência, trata-se de uma notícia não titulada informando que o então ministro da educação e cultura, Nei Braga, havia recebido um grupo de atores em Brasília e que na saída dos atores Elke Maravilha aconselhou que o ministro tivesse juízo (Brasil Mulher, 1975).

Em seguida, temos a reportagem intitulada “Pílulas ...” que apresenta uma discussão sobre o método contraceptivo feminino, apresentando dados e relatos pessoais sobre o uso da pílula. A ocorrência da palavra educação se dá em um relato de uma consumidora não identificada, que afirma que o uso das pílulas anticoncepcionais é essencial para controlar a quantidade de filhos que uma mulher deve ter, já que se tiver muitas crianças não irá sobrar tempo para educá-las.

A reportagem sobre Domitila de Chungara apresenta que “Objetivando analisar situações de nossa realidade latino-americana relacionadas com o problema de libertação do ser humano, homens e mulheres, Brasil Mulher traz o testemunho de uma mulher boliviana, suas lutas e experiências no seu país” (Brasil Mulher, 1975, p. 10). Se segue então uma apresentação de Domitila, com destaque ao seu trabalho na liderança de trabalhadoras bolivianas por melhores condições de trabalho as mulheres. O termo educação é citado quando Chungara afirma que seu país não investe na escolarização das mulheres, diferentemente do que faz com os homens, a ativista destaca que sabe que a educação não resolverá todos os problemas sociais das mulheres no país, mas que a educação dessas pode contribuir para a abertura de possibilidades para o sexo feminino (Brasil Mulher, 1975).

O penúltimo texto com ocorrência da palavra educação ocorre na reportagem “O Brasileiro, Sobretudo um forte”, frase que está estampada na parte inferior da capa da edição. Essa reportagem apresenta uma discussão sobre a atual economia no país e sobre as estratégias para sobrevivência da população pobre. A palavra educação surge logo no início, quando apresentam que o salário-mínimo oferecido ao povo é suficiente apenas para a alimentação básica e que a maioria da população se encontra com dívidas ligadas a compras de proteínas, vestimentas, ao pagamento de armazéns, aluguéis, bancos e a educação (Brasil Mulher, 1975).

Por último, em uma seção dedicada à discussão da educação, o jornal

traz uma entrevista com Ana Maria Poppovic, pedagoga argentina, a respeito da situação da educação no Brasil. Ela apresenta uma preocupação quanto ao baixo número de crianças frequentando o ensino, já que menos de 5% das crianças brasileiras de 3 a 6 anos de idade estavam na escola (Brasil Mulher, 1975). O título da matéria “Crianças burras ... burras?” se dá porque ao longo da reportagem Poppovic apresenta que ao atender jovens analfabetos percebe que as deficiências na leitura e escrita tinham causas que iam além do intelecto das crianças, mas quase sempre se ligavam a baixas condições sociais delas, sendo um problema amplo que precisava ser combatido sistematicamente pelo governo (Brasil Mulher, 1975).

A edição 0002, de 1976 traz em sua capa uma mulher adulta e de acordo com Debértolis (2002, p. 75), “A foto de capa remete à violência, ao abandono. A mulher flagrada estava perdida na rodoviária de Londrina e foi vista por Joana e Chico Rezende. Joana trabalha a informação da foto e da chamada principal da capa de forma ambígua referindo-se a censura a edição do jornal movimento [...]”. A escrita na capa “O movimento, das mulheres, foi proibido” (Brasil Mulher, 1976a) é o que permite realizarmos essa associação entre a imagem e a censura imposta ao jornal. Assim como o uso da frase “Mulher domesticada pelas leis brasileiras” (Brasil Mulher, 1976a) na parte inferior da capa também contribui para a associação de uma mulher perdida, sem rumo.

Figura 3 – Capa da edição 0002 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1976a

No editorial presente na primeira página o jornal faz uma provocação as leitoras, afirmando que as mulheres brasileiras não só são passivas, como optam por serem coniventes com a opressão feminina (Brasil Mulher, 1976a). Quanto às matérias sobre a educação, nessa edição foram encontrados três textos com a ocorrência do termo, apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2 - Catalogação da edição 0002 de 1976 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0002	5	O que a mulher faz na publicidade ou a publicidade faz da mulher	Reportagem
0002	6	Direito Civil: quem decide é o homem	Reportagem
0002	12 e 13	Menina-mulher é 'Cabra-Cega' no jogo da educação	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

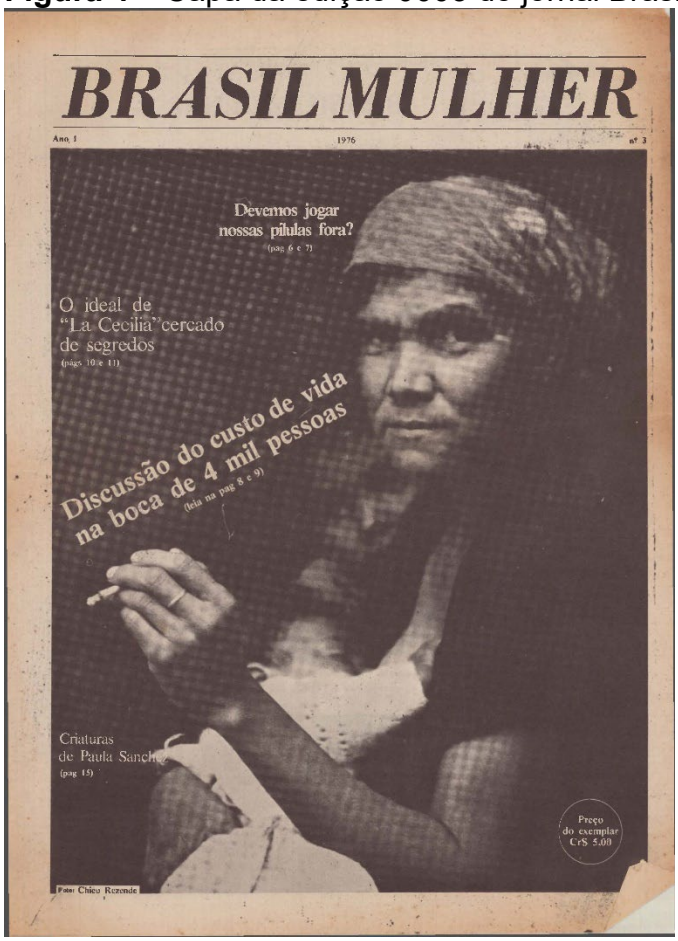
A primeira reportagem com ocorrência da palavra educação discute o uso da imagem da mulher nas publicidades e destacam que as mulheres eram utilizadas nas propagandas como objeto sexual, elemento decorativo, dona de casa ou mãe e uma pequena parcela dos anúncios mostravam a mulher enquanto profissional (Brasil Mulher, 1976a). No tocante à educação, discorrem sobre a falta de representatividade da mulher nos cenários em que sua importância era crescente, utilizando a educação dos filhos como exemplo (Brasil Mulher, 1976a).

A reportagem seguinte traz um debate sobre os direitos civis e como eles em sua maioria beneficiavam os homens, em especial tratando-se dos direitos relativos à criação dos filhos, destacando que "[...] se houver divergência entre os pais, prevalece a opinião do pai, mesmo que a da mulher seja a mais sensata" (Brasil Mulher, 1976a, p. 6). Na reportagem, discutem que apesar da educação das crianças ser de igual responsabilidade de ambos os sexos, é o pai quem dá o veredito final e caso a mulher discorde, pode procurar a justiça para tratar do assunto (Brasil Mulher, 1976a).

A última matéria, que também se trata de uma reportagem, vem da seção de educação presente no jornal. O texto intitulado "Menina-mulher é 'Cabra-Cega' no jogo da educação" apresenta uma discussão acerca da educação oferecida para as crianças pelas famílias, destacando que em algumas casas os homens optam por educarem seus filhos e não aceitam as opiniões de suas esposas, enquanto em outras casas ocorrem o inverso e em um terceiro modelo ambos educam em conjunto (Brasil Mulher, 1976a). Exploram também as diferenças entre a educação de meninos e meninas, apresentando relatos de pessoas que acreditam que a educação entre eles deve ser diferente (Brasil Mulher, 1976a).

A edição 0003 traz em sua capa a imagem de uma mãe com uma criança em seu colo e outra ao seu lado. As matérias destacadas trazem de volta a discussão sobre a pílula anticoncepcional, a análise de um filme, discussões sobre a economia e a apresentação de esculturas de Paula Sanchez (Brasil Mulher, 1976b).

Figura 4 – Capa da edição 0003 do jornal Brasil Mulher



Fonte: Brasil Mulher, 1976b

No editorial da primeira página as jornalistas tratam da questão do trabalho feminino. Destacando que as mulheres tiveram espaço no mercado de trabalho por necessidade econômica, já que as empresas precisavam de mão de obra, discutem também o porquê de as mulheres aceitarem baixas remunerações e poucos direitos, já que para a maioria delas o trabalho principal é o casamento e ele quem merece atenção (Brasil Mulher, 1976b). Na presente edição foram encontradas sete matérias com a ocorrência da palavra educação, apresentadas abaixo.

Quadro 3 - Catalogação da edição 0003 de 1976 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0003	3	Eleições um novo teste	Reportagem
0003	6 e 7	Pílula: uma solução ou problema?	Reportagem

0003	8 e 9	“A gente não precisa ser matemático ou universitário para entender o custo de vida”	Reportagem
0003	10	Não titulada	Reportagem
0003	11	La Cecilia: trabalho, ponto de união	Resenha
0003	12 e 13	Mulheres levantam questão: causa justa, forma legal	Reportagem
0003	13	Pedagogia Paulo Freire inspira teatro infantil alemão	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira reportagem que cita a educação trata das eleições municipais que ocorreriam naquele ano, destacando a importância da escolha consciente, já que a cidade enfrenta problemas relacionados ao esgoto, saúde, luz e a educação (Brasil Mulher, 1976b).

A próxima reportagem retoma as discussões sobre a pílula anticoncepcional, questionando se uma mulher deveria evitar ter filho e apresentando uma pesquisa a essa pergunta, onde “[...] o índice de sim esteve muito equilibrado em todas as classes consultadas. 75% das mulheres da classe A, 77% da classe B, 77% da C, e 61% da classe que eles classificaram como D, disseram que a mulher deve evitar filhos” (Brasil Mulher, 1976b, p. 7). Tratando da educação, seguindo nessa questão, um estudante diz que essa pergunta deve ser feita as pessoas sem considerar o financeiro, a segurança na velhice e questões relacionadas a educação.

Na terceira ocorrência temos uma reportagem acerca da história do Brasil, tratando de um local onde havia uma colônia anarquista entre 1890 e 1893, criada com a vinda de povos italianos para o país (Brasil Mulher, 1976b). Eles destacam que Rossi (não citam quem seria, mas considerando que mais há frente um personagem de um filme com esse nome, consideramos que seja uma das pessoas que vivia nessa colônia, ao que tudo indica o líder na comunidade.), “[...] transformava as várias experiências cotidianas em educação política, tendo-as como ponto de convergência e dando a seus ideais anarquistas o mais amplo significado para a arte e a educação” (Brasil Mulher, 1976b, p. 10).

Em seguida, o termo educação surge em uma resenha ao filme “La Cecilia”, que trata da chegada dos imigrantes ao Paraná e a criação da colônia

anarquista citada anteriormente (Brasil Mulher, 1976b). A ocorrência da palavra educação se dá a partir da apresentação de dois personagens do filme, são eles “[...] Rossi e Olímpia - na realidade Adele - que, entre todos os companheiros é a mais chegada ao líder - trocando idéias e conhecimentos e sendo, ao correr do filme, a porta-voz de suas teorias sobre socialismo libertador e o amor livre. Auto-educação passa a ser desafio diário para todos com Olímpia no papel de motivadora e dinamizadora da nova ordem social” (Brasil Mulher, 1976b, p. 11).

A penúltima reportagem se encontra na seção de educação do jornal e fala a respeito da construção de escolas na cidade de São Paulo (Brasil Mulher, 1976b). O jornal discorre sobre as falsas promessas do governo e da secretária de educação acerca da abertura dessas escolas, que vinha sendo uma luta das mulheres da zona sul de São Paulo há mais de 3 anos (Brasil Mulher, 1976b). Citam ainda que o governo cria falsas esperanças com discursos vazios onde afirmam que nenhuma criança ficará sem escola, enquanto na realidade faltam escolas e salas de aulas para atender a demanda (Brasil Mulher, 1976b).

Por último, a edição 0003 discute sobre a vinda de dois teatrólogos alemães ao Brasil para que falem sobre uma experiência que viveram em seu país com a criação de um teatro infantil que aplica as teorias de Paulo Freire (Brasil Mulher, 1976b). Os teatrólogos trazem que “Na peça, “Trummi Kaputt” se explica o relacionamento tenso por tradição entre pais e filhos mostrando também a vida de uma mãe proletária que trabalha na fábrica de brinquedos (trummi é um brinquedo) diante das preocupações com a educação de seu filho” (Brasil Mulher, 1976b, p. 13).

A edição 0004, também publicada no ano de 1976 apresenta em sua capa a silhueta de duas crianças, com destaque a frase “Os nossos estão sem terra”, conforme imagem apresentada abaixo. Também enfocam matérias sobre a contracepção, a falta de escolas, as discussões acerca da reforma agrária e da libertação feminina que aconteciam em Portugal e a necessidade desses debates no Brasil.

Figura 5 – Capa da edição 0004 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1976c

O editorial presente na primeira página discute as questões relativas as disputas pela terra e o uso desses espaços, que segundo o editorial estavam se concentrando cada vez mais na plantação de pastos para criação de bois e menos no cultivo de alimentos (Brasil Mulher, 1976c). Nessa edição foi possível encontrarmos cinco textos que tratem da educação, expostos abaixo.

Quadro 4 - Catalogação da edição 0004 de 1976 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0004	5	Melato vive sozinha no paraíso	Reportagem
0004	10 e 11	“Na sua voz há o campo e a lida”	Reportagem
0004	12	Um lugar para a mulher	Reportagem
0004	15	Nova tática torna censura obsoleta	Reportagem

0004	15	Livro uma arma que se desdobra	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira matéria é uma reportagem a respeito da atriz Mariangela Melato, que segundo o texto, não fazia sucesso no Brasil, porque seus filmes não eram exibidos aqui, por causa da censura (Brasil Mulher, 1976c). Melato afirma que não é uma atriz política e muito menos se considera feminista, cita ainda que a liberdade feminina não é uma questão para ela, pois já se vê como livre e destaca que as mulheres que não possuem liberdade é por nada mais que um problema de cultura e educação (Brasil Mulher, 1976c).

A reportagem seguinte trata da temática principal da edição, falando do trabalho no campo e das relações da mulher que trabalha nesse espaço, dando enfoque as questões discutidas em Portugal a partir de conversas com mulher portuguesas que trabalham no campo (Brasil Mulher, 1976c). A ocorrência da palavra educação vem de uma das entrevistadas ao afirmar que os patrões não querem pagar as mulheres que trabalham no campo porque precisam pagar primeiro aos homens e que os trabalhadores acreditam que as mulheres não devam receber por falta de esclarecimento político e educação por parte deles (Brasil Mulher, 1976c).

A terceira reportagem compõe a seção intitulada Movimento de Libertação da Mulher que questiona qual o espaço reservado a mulher na sociedade (Brasil Mulher, 1976c). O uso do termo educação parte de uma socióloga entrevistada para o texto que destaca que as mulheres de São Paulo que ela estava pesquisando apresentavam respostas contraditórias quanto ao espaço da mulher na sociedade, porque conseguem se imaginar sendo ativas na sociedade em questões sexuais, políticas e educacionais, mas não ampliam isso para o coletivo (Brasil Mulher, 1976c).

“Nova tática torna censura obsoleta” apresenta um projeto de lei que havia sido encaminhado ao congresso para regulamentação da profissão de artista, que acrescentaria diversas regras ao trabalho desses profissionais (Brasil Mulher, 1976c). A ocorrência da palavra educação vem do argumento apresentado pelo periódico de que o Ministério do Trabalho deveria ter papel nessa discussão e não somente o Ministério da Educação e da Cultura e a justiça (Brasil Mulher, 1976c).

A última reportagem discorre sobre a importância da inserção dos livros nas casas, apresentando uma editora francesa denominada “Edição das

Mulheres", apresentando alguns livros já publicados por eles, como "Du Cotê des Petites Filles[1]" que fala a respeito da educação das meninas (Brasil Mulher, 1976c).

A capa da edição 0005 traz a fotografia de uma mulher segurando uma criança, com destaque a frase "Elas são a metade do céu" (figura 6), Debértolis (2002) compara a imagem da criança com a representação de uma santa católica. Vemos também o destaque a matéria sobre as reinvindicações de creches e um relato de Alzira Vargas, conforme a figura.

Figura 6 – Capa da edição 0005 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1976d

No editorial as jornalistas comemoram um ano da publicação de número zero do periódico e anunciam a aberta da sede do jornal em São Paulo, "Com a sede, a Sociedade Brasil Mulher pretende intensificar suas realizações com a publicação de textos sobre a mulher e a Dupla Jornada de Trabalho, Discriminação Salarial, Sub-emprego, a mulher e os Direitos Humanos, enfim todas as questões que

[1] "Do lado das meninas pequenas" (tradução nossa)

possam demonstrar a nossa realidade" (Brasil Mulher, 1976d, p. 2). Nessa edição foram encontradas duas reportagens que utilizaram a palavra educação em seu texto, conforme exposto no quadro 5.

Quadro 5 - Catalogação da edição 0005 de 1976 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0005	4	"As mulheres são a metade do céu"	Reportagem
0005	15	Mulheres compositoras	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A reportagem que estampa a capa do jornal aborda a educação ao falar sobre a morte de Mao Tse Tung, ex-presidente da República Popular da China, destacando um artigo escrito por ele, onde Mao Tse Tung afirma que a produção agrícola, a ciência, a educação, a cultura e a higiene chinesas se desenvolverão de maneiras inimagináveis e atribui parte disso a inclusão ativa de mulheres na sociedade (Brasil Mulher, 1976d).

"Mulheres compositoras" traz uma reportagem, como o próprio título sugere, sobre mulheres da história mundial que trabalhavam com composição de músicas, para isso, apresentam um histórico da mulher na música e citam Fanny Mendelsohn, pianista, que segundo o jornal, recebeu uma primorosa educação musical (Brasil Mulher, 1976d).

Novamente uma imagem de uma mulher acompanhada de seu filho estampa a capa de uma das edições do jornal. De acordo com Debértolis (2002), a edição 0006 do jornal é especial, pois pela primeira vez abre espaço para discussões acerca dos movimentos feministas que percorrem o mundo, com textos que abordam as lutas das espanholas e italianas, conforme a figura 7 apresenta.

Figura 7 – Capa da edição 0006 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1976e

Em seu editorial, as jornalistas expõem que objetivam reafirmar seus ideais expressos na edição 0 e citam a educação ao destacar que “Um jornal feminista não é só aquele que tem como pauta exclusiva a mulher. O é, também, o jornal que tendo como objetivo a mulher, preocupa-se em não distanciá-la de um amplo programa de trabalho pela emancipação, incluindo em suas propostas oferecer informação sobre todos os campos, da política à educação” (Brasil Mulher, 1976e, p. 2).

Quadro 6 - Catalogação da edição 0006 de 1976 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0006	2	Brasil Mulher - Ano Dois	Editorial
0006	7	Professor: mágico ou gênio?	Reportagem
0006	7	Mulher, Universidade e Trabalho	Notícia

0006	11	Na Itália, as mulheres manifestam-se nas ruas	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A segunda ocorrência do termo educação vem da reportagem “Professor: mágico ou gênio?” onde expõem as dificuldades da profissão, destacando a evasão do profissional, a pouca gratificação, a má remuneração e a dupla jornada da mulher que é professora e dona de casa (Brasil Mulher, 1976e). Destacam ainda que a secretária da educação do Rio de Janeiro cai em contradição ao afirmar que a docência exige vocação e por isso, nem todos estão preparados para tal ação e questionam “Vocação para que? Para a fome? ou, para a magia?” (Brasil Mulher, 1976e, p. 7).

Em “Mulher, Universidade e Trabalho” as jornalistas falam da inserção da mulher nas faculdades, citando que faz pouco mais de 40 anos que a primeira mulher entrou na Faculdade de Medicina de São Paulo (Brasil Mulher, 1976e). Na notícia também comparam alguns índices acerca do número de mulheres matriculadas nas universidades, apresentando que houve uma baixa inserção do sexo feminino em cursos de engenharia, medicina e agronomia, mas uma enorme procura das mulheres por graduações em educação e profissões denominadas assistenciais, como psicologia e enfermagem, onde as mulheres são maioria (Brasil Mulher, 1976e).

A última ocorrência da edição está presente na reportagem que trata das manifestações femininas cada vez mais comuns nas ruas da Itália, com mulheres lutando por melhores oportunidades de emprego, remunerações justas além de temas ligados a conservação do meio ambiente (Brasil Mulher, 1976e). O uso da palavra educação ocorre ao apresentarem que um jornal europeu publicou um documento que pontua as diferenças entre os sexos destacando que “[...] tratando das diferenças de gênio, físico, sexualidade, psiquismo ou grau de inteligência, o semanário comprova as grandes qualidades da mulher, superando mesmo o homem, em muitos aspectos, para chegar à conclusão de que a chamada «inferioridade» apregoada da mulher, é um mero condicionamento social, de educação e ambiente” (Brasil Mulher, 1976e, p. 11).

A edição especial de 1977 foi realizada em conjunto com o Nós Mulheres, páginas especiais dedicadas ao dia internacional da mulher, sobre a capa, Debértolis (2002, p. 87) destaca que há “[...] uma senhora de cerca de 60 anos gesticulando, com o braço fazendo um grande arco, como se contasse algo numa situação cotidiana”. Destaca-se ainda a frase “Ou lutamos unidas ou morremos de fome” conforme a figura 8.

Figura 8 – Capa da edição especial de 1977 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1977a

No editorial apresentam um “comunicado conjunto dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres”, onde discutem sobre a invisibilidade do trabalho doméstico realizado pela mulher (Brasil Mulher, 1977a). Também discutem alguns pontos que consideram conquistas necessárias para as mulheres, como uma maior participação no trabalho ativo fora de casa, participação na luta por soluções dos problemas das suas comunidades, citando a educação como exemplo e por último, a participação na luta por soluções na comunidade num geral (Brasil Mulher, 1977a). Nessa edição foram encontradas quatro ocorrências da palavra educação.

Quadro 7 - Catalogação da edição especial de 1977 do jornal Brasil Mulher

especial	2	Comunicado conjunto dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres	Editorial
especial	3	Nos diversos estados as brasileiras discutem seus problemas	Reportagem
especial	5	A necessidade, a denúncia, o apoio	Notícia
especial	6	As mulheres da periferia no dia 8 de março	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A segunda ocorrência da palavra educação acontece na reportagem intitulada “Nos diversos estados as brasileiras discutem seus problemas” onde as jornalistas discutem quais são os movimentos realizados pelo Brasil no dia internacional das mulheres (Brasil Mulher, 1977a). Onde apresentam grupos de mulheres que se reuniram no Rio de Janeiro e em Minas Gerais para discutir sobre trabalho doméstico, abertura de creches, educação para ambos os sexos, sindicalização da mulher trabalhadora, igualdade de oportunidade de trabalhos e outras temáticas relativas ao sexo feminino (Brasil Mulher, 1977a).

Em “A necessidade, a denúncia, o apoio” o jornal discorre a respeito das funções do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), sendo “[...] uma entidade que pretende centralizar os esforços de todos aqueles que lutam pela emancipação da mulher, «luta esta que não pode ser separada da que se trava pela emancipação do ser humano em geral»” (Brasil Mulher, 1977ª, p. 5). Elas destacam a necessidade de unirem forças para que o CDMB possa ter maior representatividade no país, atuando na solução de problemas denunciados pelas mulheres, como no caso da notícia, a negação da nacionalidade aos filhos dos exilados e o despejo de um grupo de estudantes do interior que se abrigava na Casa Universitária (Brasil Mulher, 1977a).

A última matéria que cita a educação na edição especial de 1977 trata dos movimentos realizados por mulheres que vivem nas periferias de São Paulo e suas reivindicações (Brasil Mulher, 1977a). Elas citam um encontro feminino que

ocorreu em São Matheus, onde as mulheres debateram sobre os problemas em comum e pontuaram os principais: falta de comunicação entre a comunidade, falta de valorização dos maridos que consideram as mulheres inferiores por não possuírem educação, a não valorização do trabalho feminino, preconceitos, proibições dos maridos quanto ao trabalho fora de casa, falta de condições básicas de saneamento e higiene e falta de empregos (Brasil Mulher, 1977a).

A capa da edição 0007, apresenta uma mulher sozinha em sua cozinha lavando alguns pratos. Em destaque, conforme figura 9, observamos matérias relativas à luta de professores, estudantes e da comunidade para o acesso à educação, um projeto para reforma das leis presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que permitiria que as mulheres trabalhassem no período noturno e as denúncias relativas à vila operária Lar Nacional.

Figura 9 – Capa da edição 0007 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1977b

O editorial da edição afirma a necessidade da luta para solução dos problemas gerais da sociedade, que não podem ser desvinculados da luta pela liberdade da mulher, destacam que a sobrevivência nas cidades está cada dia mais difícil, “A situação que vivemos atualmente aumenta cada vez mais a insatisfação da grande maioria da população, cujas condições de vida e de trabalho estão cada vez piores” (Brasil Mulher, 1977b, p. 2). Acrescentam também que “Aos problemas como — crescente aumento do custo de vida, deficientes serviços públicos (saúde, transporte, saneamento, educação), desemprego, baixos salários e tantos outros, acrescentam-se as proibições a qualquer tipo de participação, seja através de leis e decretos, seja através de uma repressão mais direta” (Brasil Mulher, 1977b, p. 2). Quanto a ocorrência da palavra educação, foram catalogadas 5 matérias que citam o termo, conforme quadro 8 demonstra.

Quadro 8 - Catalogação da edição 0007 de 1977 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0007	2	Brasil Mulher	Editorial
0007	7	O planejamento familiar da miséria	Reportagem
0007	9	As manifestações estudantis	Reportagem
0007	12	“Somos pobres porque não temos estudo, não temos estudo porque somos pobres”	Reportagem
0007	14	Não titulada	Notícia

Fonte: A autora (2025)

Na reportagem “O planejamento familiar da miséria” as jornalistas apontam a crescente campanha a favor do uso da pílula anticoncepcional em famílias pobres, sobre o discurso de planejamento familiar (Brasil Mulher, 1977b). Elas apontam que “O planejamento familiar deveria ser centrado na educação e orientação da família, baseado no respeito aos direitos dos casais de decidirem o número de filhos que queiram ter” (Brasil Mulher, 1977b, p. 7). Entretanto, se transformou em uma necessidade de controle para as famílias pobres, a fim de evitar que aumentem o número de filhos, pois quanto mais crianças maior a miséria (Brasil Mulher, 1977b).

A terceira ocorrência da palavra educação acontece na reportagem

que trata dos movimentos estudantis que estavam ocorrendo no período, em que denunciavam as repressões militares impostas durante as ações (Brasil Mulher, 1977b). Onde destacam uma nota emitida pelo então ministro da educação, Ney Braga, em que afirmam que “Os encontros nacionais de estudantes «são ilegais» e portanto, «não podem ser permitidos»” (Brasil Mulher, 1977b, p. 9).

E seguida, a palavra educação surge na reportagem “Somos pobres porque não temos estudo, não temos estudo porque somos pobres”, eles apresentam um simpósio pelo ensino público e gratuito realizado pelos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e representantes de escolas de São Paulo (Brasil Mulher, 1977b). Na reportagem, apresentam que o objetivo desse simpósio era reunir pessoas para tratem de diversos problemas relacionados a educação, como a “[...] falta de verbas, falta de escolas nos bairros mais afastados, falta de vagas nas escolas públicas de todos os níveis, falta de professores, péssima qualidade de ensino, merenda escolar, pagamento de taxas e anuidades e outros problemas” (Brasil Mulher, 1977b, p. 12). Denunciam também a obrigatoriedade de contribuição para a Associação de Pais e Mestres (APM), que gera obrigação da mãe para com a escola quando não elas não possuem condições para contribuir, devendo ofertar dias de serviço gratuito a instituição de ensino (Brasil Mulher, 1977b).

Por último há uma notícia não titulada onde o BM afirma que estará disponível para receber perguntas da população acerca de leis trabalhistas, problemas jurídicos no geral, assim como informações sobre higiene, saúde e educação, para isso, bastaria enviar uma carta para a sede do jornal em São Paulo (Brasil Mulher, 1977b).

Não tivemos acesso à edição 0008 integralmente, por isso, não foi possível catalogar as matérias que tratem da educação, entretanto sabemos que “Esta é a última edição da qual o grupo de Joana participa. Na página dois, ao alto do lado esquerdo, é publicada una pequena nota informando que uma parte do grupo do Brasil Mulher desligou-se do jornal” (Debértolis, 2002, p. 91). A partir desse momento, Debértolis (2002) classifica que inicia o que ela denomina de segunda fase do jornal, devido as mudanças na estrutura editorial com a saída do grupo de Joana Lopes.

A capa da edição 0009, conforme figura 10, apresenta uma mulher realizando compras na feira, com o preço de um produto bem visível na lateral direita. Em destaque uma chamada sobre os custos de vida e inflação e ao lado uma

reportagem sobre a baixa participação das mulheres nas votações do sindicato, que sempre apresentam como resultado a eleição de homens como presidente (Brasil Mulher, 1977c).

Figura 10 – Capa da edição 0009 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1977c

O editorial destaca o projeto de lei para permissão do trabalho noturno para as mulheres, já debatido há algumas edições, onde as jornalistas destacam acreditar “[...] que a melhoria da situação da mulher no mercado de trabalho só poderá concretizar se quando ela própria assumir, através de sua participação efetiva, a luta por melhores condições de vida e de trabalho e pela construção de uma sociedade mais justa [...]” (Brasil Mulher, 1977c, p. 2). Foram encontradas três reportagens que citam a palavra educação, conforme quadro abaixo.

Quadro 9 - Catalogação da edição 0009 de 1977 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0009	6	Rosa dos ventos	Reportagem
0009	13	1ª Semana em defesa dos direitos da criança	Reportagem
0009	13	Declaração dos Direitos da Criança	Notícia

Fonte: A autora (2025)

A reportagem “Rosa dos ventos” apresenta um panorama sobre as discussões que vem sendo realizadas no mundo sobre a mulher e o feminismo, expondo que a imprensa da União Soviética tratou pela primeira vez do tema feminismo (Brasil Mulher, 1977c). Quanto ao Brasil, destacam que “A mulher na Sociedade e na Educação, foi o tema exposto sexta-feira, dia 11 de setembro, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. A palestra, que abriu o I Ciclo de Estudos Sobre a Mulher, foi feita por representantes do Brasil Mulher (Rosalina e Bia)” (Brasil Mulher, 1977c, p. 6).

Em “1ª Semana em defesa dos direitos da criança” as jornalistas apresentam a organização do evento paulista que irá debater sobre questões das crianças, destacando as problemáticas referentes ao acesso aos serviços de saúde, acesso à educação, direito a recreação e outras questões inerentes ao desenvolvimento das crianças (Brasil Mulher, 1977c).

Ainda dentro dessa temática, eles noticiam quais são os dez tópicos presentes na “Declaração dos Direitos da Criança”, sendo: o direito a não discriminação e distinção perante a lei, a proteção especial, direito ao nome e nacionalidade, previdência social, direito a educação e cuidados especiais quando necessário, direito a família, educação gratuita nas chamadas etapas elementares visando o favorecimento de sua cultura, direito a ser grupo prioritário em situações de emergência, proteção ao abandono e por último, proteção quanto a discriminação racial, religiosa ou qualquer outra (Brasil Mulher, 1977c).

A edição 0010 apresenta em sua capa “[...] uma mulher que se destaca, como se estivesse dando um grito, em meio a uma colagem de produtos doméstico, entre os quais. shampoo, cera, absorvente OB, adoçante etc. É a sociedade de consumo expressa ali” (Debértolis, 2002, p. 97). Em destaque as

chamadas expõem um questionamento, sobre quem seria Girse, tratam da sexualidade da mulher, o congresso das metalúrgicas e a legalização dos lotes em determinado bairro paulista, conforme apresenta a figura 11.

Figura 11 – Capa da edição 0010 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1977d

Em seu editorial as jornalistas comemoram a entrada no terceiro ano do periódico, destacando que “O jornal apareceu com o objetivo de propagandear essas lutas para o setor feminino da população, como uma iniciativa pioneira, dentro da imprensa independente e combativa do país. Embora ainda não tivesse consciência da problemática específica da mulher, a sua preocupação de mobilizar as mulheres para as questões gerais teve um caráter positivo” (Brasil Mulher, 1977d, p. 2). Conforme o quadro 10 apresenta, foram encontrados três textos que vieram a utilizar a palavra educação.

Quadro 10 - Catalogação da edição 0010 de 1977 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0010	8 e 9	Mulher: um mito, até quando?	Reportagem
0010	10 e 11	Quem sabe de mim sou eu, aquele abraço	Reportagem
0010	14	Não titulada	Notícia

Fonte: A autora (2025)

A primeira reportagem fala sobre o papel da mulher na sociedade, que até hoje está intimamente ligado a maternidade e ao cuidar dos filhos e como esse mito da dona de casa e mãe é reverberado (Brasil Mulher, 1977d). As jornalistas destacam que “[...] toda a educação da mulher é orientada no sentido de formar personalidade adaptadas à situação de dependência material e social. Desde menina ela já é condicionada: seus brinquedos, seu comportamento, suas atitudes estão voltadas para que ela cumpra esse papel” (Brasil Mulher, 1977d, p. 8). Ainda debatem sobre a negativa da sexualidade da mulher, que fica imbuída nesse mito da delicadeza e pureza que ronda o sexo feminino e que é agravado pela praticamente nula educação sexual ofertada as mulheres (Brasil Mulher, 1977d).

Em “Quem sabe de mim sou eu, aquele abraço” elas reportam o encontro de moradores do Rio de Janeiro que se reuniram para discutir problemas da comunidade carioca, como o transporte público, questões de saúde, moradia, educação, espaços de lazer e cultura e a vida comunitária (Brasil Mulher, 1977d).

Por último, temos uma notícia não titulada que mais uma vez anuncia que o BM se encontra aberto para receber cartas dos leitores com questões diversas (inclusive dúvidas a respeito de temáticas ligadas a educação), podendo enviá-las para a sede do jornal em São Paulo (Brasil Mulher, 1977d).

A capa da edição 0011, primeira de 1978 dá destaque ao 1º Congresso da Mulher Metalúrgica (figura 12), estampada por uma ilustração que remete a diversas pessoas de mãos dadas. Apresentam também chamadas para a matéria “A rainha do lar”, “Dia Internacional da Mulher” e “Mulher na oposição do Rio”.

Figura 12 – Capa da edição 0011 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1978a

O editorial da edição intitulado “Um dia de luta” trata da aprovação de novas leis para as mulheres que passarão a compor a CLT, que elas avaliam como prejudiciais para as trabalhadoras (Brasil Mulher, 1978a). Apontam também que nessa edição reportarão algumas falas que ocorreram pelas vozes femininas que participaram do congresso da mulher metalúrgica (Brasil Mulher, 1978a). Quanto a educação, foram encontradas três ocorrências do termo, apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 11 - Catalogação da edição 0011 de 1978 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0011	3	A mulher trabalhadora sindical e o movimento	Reportagem
0011	8	Ai vai depender da ignorância dele	Reportagem

0011	13	Não titulada	Notícia

Fonte: A autora (2025)

A primeira reportagem realiza um breve histórico das lutas e conquistas femininas, além de tratar dos movimentos grevistas realizados por mulheres sindicalizadas, onde destacam que nesses espaços a luta pela educação da mulher operária era constante (Brasil Mulher, 1978a). Afirmam ainda que a educação social e intelectual dessas trabalhadoras contribui positivamente para o enfrentamento de condições empregatícias precarizadas (Brasil Mulher, 1978a).

Em “Ai vai depender da ignorância dele” as jornalistas questionavam se as mulheres deveriam se casar virgens e terminam a reportagem alegando que “A repressão sexual é feita de várias formas, seja pela difusão da idéia de pecado, a ausência de informações, seja pela falta de educação sexual. Todos esses fatores criam o tabu da ligação entre sexo, casamento e maternidade” (Brasil Mulher, 1978a, p. 8).

Por último, apresentam uma notícia que destaca a luta das mulheres que ocupam a Casa Universitária que até o momento estavam lidando com uma ação de despejo, que desabrigaria diversas jovens do interior que resistiam nesse espaço para conseguir estudar em São Paulo (Brasil Mulher, 1978a). As estudantes afirmam que “[...] será mais um ano de luta na defesa da entidade que é, na verdade, a defesa da ampliação das condições de acesso à educação dos setores mais explorados da população” (Brasil Mulher, 1978a, p. 13).

A capa da edição 0012 se destaca, com um fundo vermelho e o “1º de maio” em destaque, em conjunto com dizeres a respeito das lutas dos trabalhadores (figura 13), que são chamadas para matérias do periódico. Debértolis (2002) alega que essa edição é bastante representativa a respeito de como estavam se dando as reorganizações sindicais no país. Em conjunto aos dizeres relacionados aos trabalhadores que estão em destaque podemos também observar uma chamada a respeito da pílula anticoncepcional, conforme a figura 13 apresenta.

Figura 13 – Capa da edição 0012 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1978b

Em seu editorial destacam que o Brasil Mulher está de cara nova, mas que manterá seu compromisso com os conteúdos comumente publicados anteriormente e realizam um breve resumo dos conteúdos debatidos na edição (Brasil Mulher, 1978b). A palavra educação pode ser encontrada em cinco textos nessa edição, conforme o quadro 12.

Quadro 12 - Catalogação da edição 0012 de 1978 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0012	3	Não titulada	Reportagem
0012	7	Cuba	Reportagem
0012	12	8 de março	Reportagem
0012	13	O jogral da zona leste	Reportagem

0012	15	Mulher, patrimônio social do Estado	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira ocorrência surge em uma reportagem não titulada que trata da Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista, um grupo de mulheres que discutiam melhorias para seu bairro (Brasil Mulher, 1978b). Segundo o jornal, o grupo também se ocupava a debater assuntos pertinentes a maternidade e ao sexo feminino, como se a educação das crianças deveria ser libertadora ou repressora e se a falta de prazer feminino vinha da educação que as colocava como inferiores aos homens (Brasil Mulher, 1978b).

Na reportagem “Cuba”, as jornalistas discorrem sobre os bordeis de Cuba e sua transformação após a revolução, acordo com o jornal, esses espaços passaram a ser utilizados como centros de educação para as mulheres que antes ali se prostituíam (Brasil Mulher, 1978b). Consideravam essa uma ação de reintegração dessas moças, antes consideradas vítimas do capitalismo, agora elas estavam recebendo instrução e eram acomodadas em outros empregos (Brasil Mulher, 1978b).

Em “8 de março” elas tratam um pouco de como foram as manifestações ocorridas no país no Dia Internacional da Mulher, a partir da entrevista dos grupos: “[...] o Movimento Feminino pela Anistia (MFA). o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo (DCE - Livre da USP), o Centro de Estudos Brasileiros de Educação para a Saúde (CEBES) e o jornal Nós Mulheres (NM)” (Brasil Mulher, 1978b, p. 12).

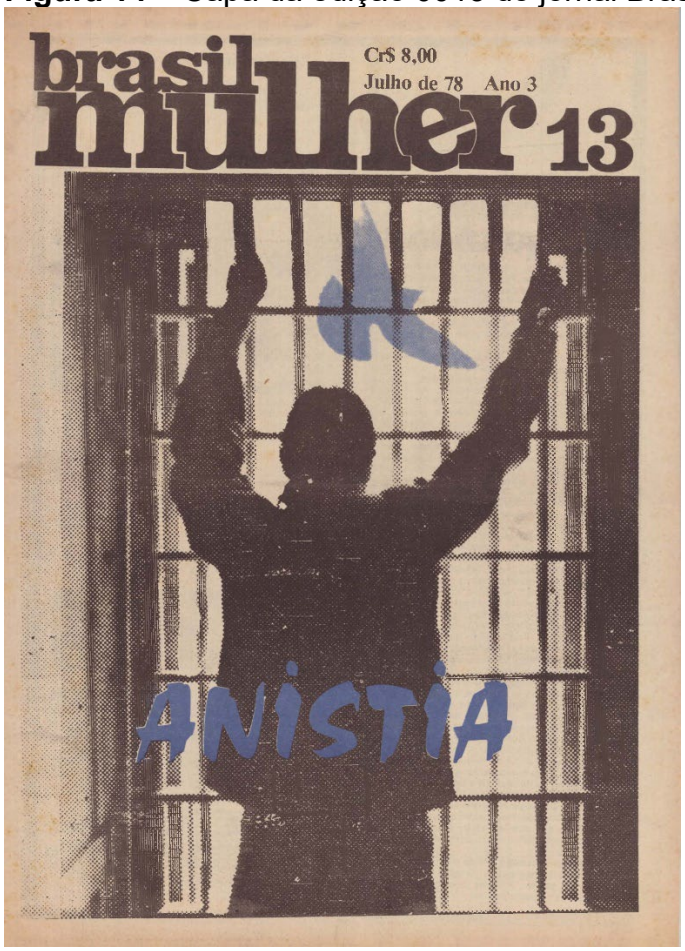
A reportagem seguinte, “O jogral da zona leste” como o nome sugere, apresenta um texto coletivo realizado por mulheres da zona leste de São Paulo, como comemoração do dia 8 de março, cujo título seria mulher tem valor (Brasil Mulher, 1978b). Nesse texto, uma das leitoras sugere a inclusão da frase “Toda a educação tem como finalidade reforçar as desigualdades entre os homens e as mulheres” (Brasil Mulher, 1978b, p. 13).

Por último, a reportagem “Mulher, patrimônio social do Estado” o jornal trata do avanço do controle de natalidade por parte do Estado por meio da imposição das pílulas anticoncepcionais às mulheres, para tentativa redução da população pobre (Brasil Mulher, 1978b). As jornalistas destacam que “Com o seu Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco, o governo não age no sentido de dar ao povo as

condições para que seus filhos possam nascer e crescer sadios; para que possam dispor de alimentação, educação e assistência médica adequadas" (Brasil Mulher, 1978b, p. 15).

A edição 0013 estampa em letras azuis a palavra anistia, com a imagem de uma mulher olhando através de grades a ilustração no mesmo tom de azul de uma pomba voando fora das grades (figura 14). Nessa edição, o foco principal são as discussões acerca da já conhecida luta pela anistia, que vem sendo pautada desde a edição 0 do jornal Brasil Mulher.

Figura 14 – Capa da edição 0013 do jornal Brasil Mulher



Fonte: Brasil Mulher, 1978c

O editorial dessa edição, intitulado "arrocho, até quando?" comemora uma conquista dos trabalhadores, o direito de realizar greves e o fim do arrocho salarial, com um reajuste imediato dos pagamentos (Brasil Mulher, 1978c). Conforme o quadro 13, nessa edição foram encontradas duas matérias que utilizam a palavra educação.

Quadro 13 - Catalogação da edição 0013 de 1978 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0013	5	As mulheres italianas legalizaram o aborto	Reportagem
0013	11	Da prisão:	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira reportagem encontrada trata da aprovação de uma lei na Itália que torna o aborto prática legal, além de que "[...] o governo fica obrigado, pela lei, a formar pessoal hospitalar e demais interessados em questões relativas à educação sexual e ao processo de gestação e parto, anticoncepcionais e técnicas de interrupção da gravidez" (Brasil Mulher, 1978c).

A reportagem seguinte, apresenta três presas políticas que ocupavam o presidio de Bangu, no Rio de Janeiro, para tratar de suas vidas na prisão e suas posições sobre a anistia (Brasil Mulher, 1978c). O jornal expõe um poema realizado por algumas dessas presas políticas, destacamos a seguinte parte

> Percorremos um longo caminho nos últimos 14 anos. Tudo nos foi tirado: a estabilidade no emprego, o direito de nos associarmos para defender e conquistar nossos interesses, um salário justo, a posse da terra, moradias, saúde e educação para todos. Nada nos foi poupado. Sugaram nosso suor, derramaram nosso sangue, nos acuaram, nos assassinaram, nos torturaram. Para que eles representassem a farsa de falar em nome do povo, forçaram-nos ao silêncio. Mas vamos nos livrando da mordaça e os primeiros sons, mal articulados ainda, escapam de nossas gargantas. Queremo-nos livres para falar em nosso próprio nome. Para exigir nossos direitos (Brasil Mulher, 1978c, p. 11).

A edição seguinte apresenta na capa a foto de uma assembleia realizada pelo Movimento do Custo de Vida, em São Paulo (Brasil Mulher, 1978d). Em destaque os temas são o movimento realizado pelas donas de casa, eleições, um caso de assassinato, uma passeata feminina, a história de uma pescadora e discussões sobre a sexualidade feminina (figura 15).

Figura 15 – Capa da edição 0014 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1978d

O editorial fala sobre as eleições e a importância do voto consciente, onde destacam a necessidade de fortalecer candidatos que estejam ao lado do povo e ouçam os pedidos da população (Brasil Mulher, 1978d). Quanto a ocorrência do termo educação, foram encontradas duas reportagens.

Quadro 14 - Catalogação da edição 0014 de 1978 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0014	9	As eleições	Reportagem
0014	13	A luta na oposição	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A reportagem “As eleições” fala sobre a participação dos candidatos indicados pelo povo e apresenta uma conversa realizada com quatro mulheres que trabalham nos comitês de candidatos populares e uma vereadora (Brasil Mulher, 1978d). Uma das trabalhadoras do comitê que mora no bairro Brasilândia destaca que

“Aqui no bairro, a nossa luta prioritária é por uma escola, mas hoje eu entendo que a luta por educação é a mesma luta por creches, loteamento clandestino, água, esgoto etc. A luta do povo é uma só” (Brasil Mulher, 1978d, p. 9).

Em “A luta na oposição” as jornalistas debatem com algumas operárias a importância dos sindicatos e uma das trabalhadoras destaca que algumas mulheres não participam dos sindicatos porque é difícil atingi-las pela educação que elas possuem, sendo dependentes dos homens em sua vida (Brasil Mulher, 1978d).

De acordo com Debértolis (2002, p. 107), “A edição deste número especial é em conjunto com outros grupos de mulheres e feministas, produzido especialmente para o I Congresso da Mulher Paulista. e pretende fazer um balanço da caminhada do movimento”. Na capa vemos a ilustração de três punhos levantados e o perfil de uma mulher.

Figura 16 – Capa da edição especial de 1979 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1979a

Por se tratar de uma edição especial não há editorial na primeira página. Assim como é uma versão mais curta, com apenas 8 páginas. Foram

encontradas duas reportagens que citam a educação, apresentadas no quadro 15.

Quadro 15 - Catalogação da edição especial de 1979 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
especial	3	Em busca da creche (e querendo chegar ainda mais longe)	Reportagem
especial	6 e 7	Sexo vamos falar disso?	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A reportagem “Em busca da creche (e querendo chegar ainda mais longe)” destaca a importância das creches e apresenta dois relatos de mulheres que residem em bairros de São Paulo que lutam pela abertura das instituições em suas comunidades, apresentando alguns dos movimentos realizados pelas mulheres (Brasil Mulher, 1979a). Uma das mulheres residentes no bairro paulista Jardim Miriam alega que a creche na comunidade poderia possibilitar educação para as crianças (Brasil Mulher, 1979a).

Em “Sexo vamos falar disso?” as jornalistas convidam três mulheres periféricas para discutir questões relativas ao sexo, como a contracepção e o orgasmo feminino (Brasil Mulher, 1979a). Em relação ao uso da palavra educação, uma das mulheres convidadas, em relação a contracepção, afirma: “Eu me sinto obrigada a tomar a pílula, porque não quero encher a casa de filhos. Não é cabível para mim trazer muitos filhos ao mundo para passar fome, marido que criar sem educação, criar mal vestido. O problema é que tudo gira em torno da masculinidade, tudo gira a favor do homem; de mulher, nunca” (Brasil Mulher, 1979a, p. 6).

A edição 0015 apresenta em sua capa uma mulher negra, com um lenço no cabelo (pode ser um turbante, mas não podemos afirmar com certeza), com um microfone em mãos e uma postura que indica que ela estava discursando (figura 17). Em destaque vemos as chamadas sobre o ano internacional da criança e a greve da Pirelli.

Figura 17 – Capa da edição 0015 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1979b

No editorial as jornalistas apresentam “[...] um resumo do Programa da Sociedade Brasil Mulher, aprovado na última Assembléia Geral da entidade, realizada em janeiro de 1979” (Brasil Mulher, 1979b, p. 2). Elas apresentam seus objetivos e suas preocupações principais (Brasil Mulher, 1979b). Foram catalogadas três reportagens que utilizam a palavra educação, conforme quadro 16.

Quadro 16 - Catalogação da edição 0015 de 1979 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0015	6 e 7	1979. Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE	Reportagem
0015	12	Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come	Reportagem
0015	13	Documento Oficial do 1° Congresso da Mulher Paulista	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

Na primeira reportagem as jornalistas voltam a discutir sobre a necessidade de abertura de creches em determinados locais de SP, apresentando depoimentos de moradores de quatro bairros e distritos paulistas, o Jardim Miriam, o Parque Bristol, a Cidade Ademar e São Carlos (Brasil Mulher, 1979b). Em determinado ponto da reportagem as surge o questionamento de se orientar a educação dos filhos seria subversão, isso porque, uma das moradoras da Cidade Ademar afirma que a creche do bairro em que mora havia um convenio com a prefeitura que foi cancelado, sob a afirmação de que o curso de orientação para a melhor educação das crianças que elas ofereciam aos pais era subversivo (Brasil Mulher, 1979b).

A reportagem “Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come” trata do 1º Congresso da Mulher Paulista que reuniu cerca de 900 mulheres para debater diversas temáticas relativas ao sexo feminino (Brasil Mulher, 1979b). A palavra educação é utilizada ao afirmarem que a educação ofertada as mulheres as conduzem a acreditar que o sexo é sujo ou um pecado, o que as afasta de receber prazer, por não quererem estar associadas a isso (Brasil Mulher, 1979b).

Na última reportagem catalogada no quadro 16 as jornalistas discorrem sobre o 1º Congresso da Mulher Paulista apresentando quais foram as pautas levantadas no encontro (Brasil Mulher, 1979b). São muitas as reivindicações do grupo e um dos tópicos levantados por elas é a luta “Peio fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos” (Brasil Mulher, 1979b).

A edição 0016 também não está disponível integralmente, por isso, não há catalogação da ocorrência do termo educação nessa publicação. Entretanto, a partir de Debértolis (2002, p. 109), podemos afirmar que a capa é composta por “[...] mulheres numa plateia batendo palmas e uma delas em primeiro plano com um cigarro no canto da boca numa atitude um tanto masculina para os padrões da época. Sob a foto, a chamada de capa ‘Metalúrgicas decidem’”.

Chegamos a última publicação do jornal Brasil Mulher, a edição especial, publicada no dia 8 março de 1980. Na capa, está estampada uma mulher trabalhando em uma fábrica têxtil. De acordo com Debértolis (2002) essa edição especial foi elaborada com auxílio de Joana Lopes. Dessa vez, não há chamadas destacadas na capa. Apenas o símbolo que representa o feminismo estampado no canto inferior direito (figura 18).

Figura 18 – Capa da edição especial de 1980 do jornal Brasil Mulher

Fonte: Brasil Mulher, 1980

Seguindo o padrão das edições especiais, a última publicação do jornal não possui editorial. Quanto a ocorrência do termo educação encontramos três textos que utilizam a palavra.

Quadro 17 - Catalogação da edição especial de 1980 do jornal Brasil Mulher

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
especial	2	A luta por creche tem muito a ver com a luta da mulher!	Reportagem
especial	3	O que está acontecendo com as mulheres do Rio?	Reportagem
especial	13	Não titulada	Notícia

Fonte: A autora (2025)

A primeira reportagem intitulada “A luta por creche tem muito a ver

com a luta da mulher!” mais uma vez debate sobre e necessidade da abertura de creches e a ligação dessa luta com a libertação da mulher (Brasil Mulher, 1980). Elas destacam que as mulheres necessitam de creches para terem tempo para si e para a educação das crianças, reforçam também que a educação ofertada para meninos e meninas deve ser a mesma e que a comunidade deve poder participar da instrução ofertada nas creches (Brasil Mulher, 1980).

Em seguida, na reportagem “O que está acontecendo com as mulheres do Rio?” as jornalistas apresentam algumas movimentações recentes realizadas pelas mulheres do Rio de Janeiro, como a criação de grupos feministas cariocas, a passeata das trabalhadoras da DE MILLUS e participações em demais movimentos (Brasil Mulher, 1980). Destacam que as discussões realizadas por essas mulheres nesses espaços perpassam pelo direito a creche, equiparação salarial, sexualidade, tarefas, educação dos filhos e outros (Brasil Mulher, 1980).

Por último, a notícia não titulada retoma a questão das mulheres que residem na Casa Universitária, informando que no dia 1º de abril seria realizado o julgamento da ação de despejo e afirmam que esse seria mais um ano de lutas por condições de acesso à educação (Brasil Mulher, 1980). E assim encerram-se não só as matérias que citam a educação no jornal como também o periódico em si, sendo essa a última edição do Brasil Mulher.

4 O JORNAL NÓS MULHERES

Seguindo o que foi elaborado no capítulo anterior, esse capítulo se concentra na análise das matérias do Jornal Nós Mulheres, a partir de Barros (2023). O jornal Nós Mulheres surge em 1976, na cidade de São Paulo, financiado por Ruth Escobar e organizado por um grupo de mulheres. De acordo com Freitas (2018, p. 133), “O Nós Mulheres não se restringia a temáticas de interesse exclusivo das mulheres. Os assuntos abordados tinham como objetivo fomentar o debate entre homens e mulheres, especificamente da classe trabalhadora [...]”, sendo um espaço amplo de discussões relacionadas à ditadura militar. Assim como o Brasil Mulher, Kucinski (2018) classifica o Nós Mulheres como um jornal predominantemente feminista, mesmo que o periódico abordasse frequentemente assuntos relacionados à classe. Isso porque as editoras realizavam essas discussões a partir da ótica da dupla opressão, classe-gênero, muitas vezes alcançando também as questões de raça.

O jornal surge “[...] tendo como jornalista responsável Anamárcia Vainsecher, e uma base de ativismo mais ampla do que a do Brasil Mulher, incluindo membros de clubes de mães engajadas em lutas por creches na zona sul de São Paulo” (Kucinski, 2018, p. 128). Em comparação ao BM, o Nós Mulheres possuiu um período de circulação menor, tendo sua primeira edição publicada em junho de 1976 e a última em junho/julho de 1978, quando completava dois anos.

O periódico era publicado pela Associação de Mulheres, movimento feminista ao qual o jornal era vinculado e financiado pela atriz Ruth Escobar, demonstrando que o Nós Mulheres era um instrumento de divulgação coletiva, que tratava de assuntos relativos as mulheres que a mídia tradicional não veiculava (Leite, 2003). Dessa forma, o periódico nasce com raízes em movimentos feministas e discussões que interessavam a esse grupo, em contraste com o BM, que em sua estreia se afastava das correntes feministas. O jornal Brasil Mulher já era conhecido por militantes exiladas que compunham o Círculo de Mulheres de Paris (Leite, 2003), um grupo para aquelas que havia sido expatriadas do Brasil, entretanto,

> As militantes que vão compor o coletivo do jornal Nós Mulheres, que voltam ao Brasil em meados de 1976, bem antes da Anistia, vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres. Preferiram garantir sua 'autonomia', fundando um jornal próprio, o Nós Mulheres, a se integrar no já

> existente Brasil Mulher, [...]. O Brasil Mulher, por sua vez, temia as feministas que chegavam com muitas críticas à linha que havia adotado (Leite, 2003, 236).

Podemos observar que o Nós Mulheres desde sua gênese é planejado a partir do coletivo e sobretudo, um coletivo feminista. Motivadas por discordâncias com as posições do BM, essas mulheres optam por lutar por um mesmo objetivo, mas isoladamente, o que não foi negativo, visto que a criação de outro jornal alternativo pôde abrir espaço para que mais coletivos sentissem a necessidade de terem seus periódicos, que é o que ocorre posteriormente. Então, desse grupo de mulheres exiladas, nasce o Nós Mulheres.

4.1 POLIFONIA DE AUTORAS

Os principais nomes que vemos surgir quando pesquisamos sobre o Nós Mulheres é o de Mariza Corrêa e Anamárcia Vainsecher, entretanto, diferente de Joana Lopes e Therezinha Zerbine os estudos que tratem delas são mais escassos. Sabemos apenas que “A equipe de colaboradoras chegou a somar quase trinta mulheres. Elas compunham o conselho editorial, a direção do jornal e eram responsáveis pela linha editorial, pela redação das matérias e pela venda do periódico nos espaços de militância feminista” (Martins; Nunes, 2019, n.p).

Dessa forma, devemos pensar no Nós Mulheres a partir de um coletivo, não sendo possível falar sobre as jornalistas individualmente, já que não há registros sobre essas mulheres. Entretanto, apesar disso, não podemos deixar de considerar que esse coletivo era composto por sujeitos diversos, as mulheres que compõem esse grupo contribuíram a partir de suas visões para a construção do jornal e é necessário que tenhamos isso em mente. Assim como no Brasil Mulher, as matérias não são assinadas.

4.2 PERIODICIDADE E CONTEÚDOS PUBLICADOS

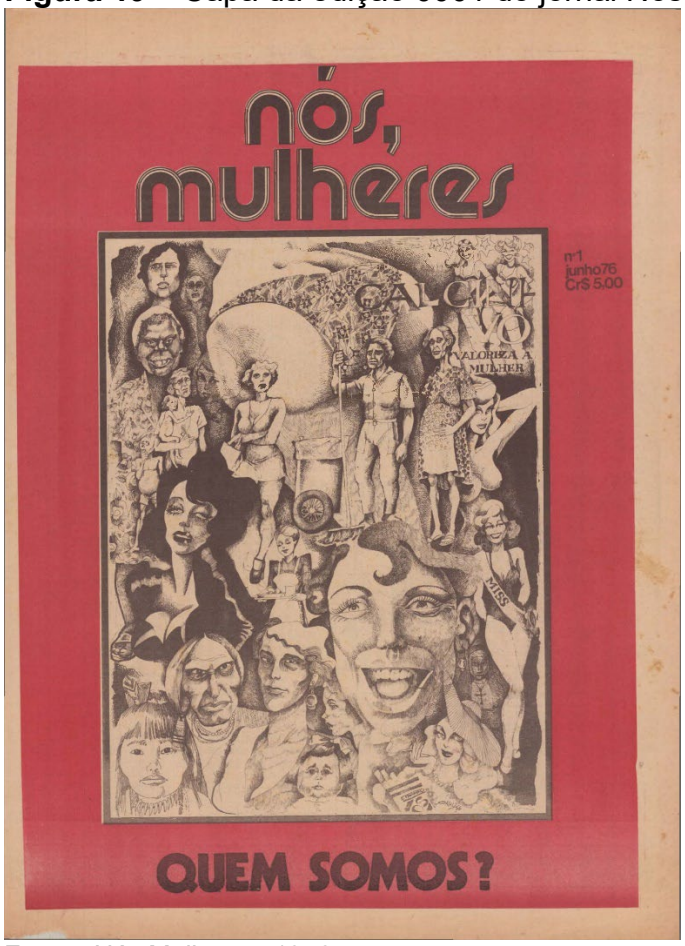
O jornal conta com oito edições publicadas, mas para essa pesquisa não tivemos acesso a edição 0007, havendo uma descontinuidade para o estudo. O periódico não possuía uma periodicidade definida, com publicações acontecendo em diferentes espaços ao longo dos dois anos de duração. Além disso, de acordo com

Kucinski (2018), as tiragens também não eram padrão, variando entre 2 mil e 10 mil cópias por edição.

Quanto à escrita, “[...] o Nós Mulheres não se preocupava em ter o cotidiano de tarefas e “regras” de um grande jornal. Sua produção parecia mais próxima da subjetividade de suas militantes, que estavam mais empenhadas em informar e debater [...]” (Martins; Nunes, 2019, n.p). E os conteúdos se ligavam a problemas do cotidiano na vida das mulheres, com debates acerca da opressão da mulher, da mulher negra, da mulher mãe e da mulher trabalhadora.

A edição 0001 traz em sua capa uma ilustração que se assemelha a uma colagem, com rostos de diversas mulheres. A capa apresenta as bordas em vermelho, com destaque a frase “Quem somos?” na parte inferior e o nome do jornal na parte superior (Figura 1).

Figura 19 – Capa da edição 0001 do jornal Nós Mulheres



Fonte: Nós Mulheres, 1976a

Em seu editorial, apresentam os objetivos do jornal e as lutas que elas

acreditam, destacam que “NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções” (Nós Mulheres, 1976a). Quanto à ocorrência da palavra educação nessa edição catalogamos nove matérias que utilizaram o termo, conforme quadro 18.

Quadro 18 - Catalogação da edição 0001 de 1976 do jornal Nós Mulheres

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0001	n.p	Não titulada	Carta do leitor
0001	n.p	Senhor prefeito, senhores vereadores,	Reportagem
0001	n.p	Daqui & Dali	Notícia
0001	n.p	Procura-se uma esposa	Editorial
0001	n.p	Quando o apito da fábrica de tecido … bem cedo vai pro trabalho	Reportagem
0001	n.p	Controle de natalidade ser ou não ser mãe?	Editorial
0001	n.p	Cartas	Carta do leitor
0001	n.p	Bate papo	Reportagem
0001	n.p	Essa nêga falou	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira ocorrência é uma carta do leitor não titulada do “Grupos de Mães do Setor Interlagos e Sociedades de Amigos” que pede ajuda ao jornal para a abertura da creche ou um parque infantil (Nós Mulheres, 1976a). O grupo destaca que “A nossa idéia é de ter um lugar onde as crianças se alimentem de um jeito certo, tenha higiene, que seja orientada por gente que entenda de criança e ajude elas crescerem de um jeito sadio, e que também nós, os pais, participemos dessa educação” (Nós Mulheres, 1976a, n.p). Reforçam ainda a necessidade de que os pais possam participar da educação das crianças nesses espaços e a obrigatoriedade do governo em prover educação, já que se trata de um direito dos cidadãos (Nós Mulheres, 1976a).

“Senhor prefeito, senhores vereadores,” é uma reportagem em que as

jornalistas discorrem sobre a carta apresentada acima, na tentativa de estabelecer um diálogo com o governo, para a construção dessa creche e comparam a situação com os movimentos realizados pelas funcionárias da USP, que após muita luta conseguiram a construção de uma creche na universidade (Nós Mulheres, 1976a).

Em “Daqui & Dali” as jornalistas noticiam alguns movimentos femininos que ocorreram ao redor do mundo e ao falarem da Espanha destacam uma marcha que reuniu mais de 2 mil mulheres em Madrid, pedindo por igualdade no trabalho, educação e cultura e o fim da discriminação, a ação foi dispersada pela polícia com o uso de gás lacrimogêneo (Nós Mulheres, 1976a).

O texto seguinte presente no quadro 18 trata-se de um editorial que reflete sobre o papel das esposas dentro dos lares, onde a escritora ironicamente esbraveja que também deseja ter uma esposa (Nós Mulheres, 1976a). Alguém que limpe sua casa, cuide de seus filhos, participe da educação das crianças, dê a elas vida social ofertando brincadeiras e levando para espaços culturais, que não se queixe, que cuide dela e muito mais, finaliza ainda questionando: “MEUS DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa?” (Nós Mulheres, 1976a, n.p).

A reportagem “Quando o apito da fábrica de tecido … bem cedo vai pro trabalho” é um texto extenso que fala um pouco da vida das operárias em uma fábrica têxtil, apresentando as falas de algumas dessas trabalhadoras sobre questões gerais das mulheres (Nós Mulheres, 1976a). O termo educação aparece na fala de duas operárias que estão discutindo sobre as proibições da vida de uma menina, onde destacam a educação oferecida as meninas que as força a serem submissas e sempre se preocupar com o que os outros vão pensar de suas atitudes (Nós Mulheres, 1976a).

Em “Controle de natalidade ser ou não ser mãe?” as jornalistas discorrem sobre métodos contraceptivos e o controle da sociedade nessa decisão, que deveria ser da mulher (Nós Mulheres, 1976a). Como tentativa de combate à pobreza e à miséria, o governo incentivava que homens e mulheres se esterilizassem para evitar a gravidez, destacando até mesmo que a população mundial (4 bilhões naquele período) não parava de crescer e isso era negativo (Nós Mulheres, 1976a). As jornalistas destacam então que o crescimento exacerbado da população não era causa da miséria, mas sim consequência dela e o que o desenvolvimento de um melhor padrão de vida, com distribuição justa de renda, planos de saneamento, acesso à saúde e educação de qualidade seriam capazes de ajustar o problema (Nós

Mulheres, 1976a).

Em seguida, temos a carta de uma leitora que se identifica como “Tânia Jamardo Faillacce”, de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, onde ela fala que não se pode culpar a mulher por sua passividade, que seria o mesmo que culpar um pobre por sua miséria, que dizer que a educação que ela recebe a faz um ser passivo é ser conveniente para se criar um estereótipo das características femininas (Nós Mulheres, 1976a).

No espaço dedicado ao bate papo no periódico as jornalistas debatem a situação das mulheres paulistas no trabalho, a partir de uma conversa com seis trabalhadoras de diferentes áreas (Nós Mulheres, 1976a). A palavra educação surge quando uma das mulheres, uma professora do primário, destaca que a exploração ocorre em trabalhos que passaram a ser majoritariamente femininos e não exigem qualificação, afirmando que se elas tivessem mais educação e trabalhassem com outras coisas não estariam passando por essas questões de desrespeito com os funcionários (Nós Mulheres, 1976a).

Por último, em “Essa nêga falou” temos uma reportagem sobre a situação da mulher negra no país, expondo o depoimento de Estela, uma datilografa de classe média, formada em Pedagogia, que foi uma das primeiras mulheres negras a ter um espaço de fala ao discursar em uma assembleia no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (Nós Mulheres, 1976a). Dentre sua fala, destaca-se o momento em que afirma que no Brasil eles tem de ser o negro bonzinho em grupos, que sua luta é individual e que refletir sobre sua submissão, a escravidão e os estereótipos exigem um trabalho de educação (Nós Mulheres, 1976a).

A capa da edição 0002, apresentada na figura 20, traz a ilustração de uma dona de casa segurando em seus braços várias outras pessoas, representando as mulheres que precisam “dar conta” de múltiplas tarefas em casa, com maridos e filhos, no estudo e no trabalho. Em destaque na parte inferior da capa vemos a frase “Dona de casa: qual o reino desta rainha?” e outras chamadas pra matérias relacionadas ao abandono de menor, creche, eleições, economia e direitos da mulher.

Figura 20 – Capa da edição 0002 do jornal Nós Mulheres

Fonte: Nós Mulheres, 1976b

O editorial dessa edição fala a respeito do aumento do custo de vida, que cada dia mais dificulta a sobrevivência com os baixos salários das famílias (Nós Mulheres, 1976b). Aproveitam o editorial para falar sobre a situação da mulher que convive com a dupla jornada em sua vida, administrando o trabalho fora de casa com o cuidado do lar (Nós Mulheres, 1976b). Quanto a ocorrência do termo educação, foi possível encontrar seis reportagens que utilizaram a palavra em seus textos, conforme quadro 19.

Quadro 19 - Catalogação da edição 0002 de 1976 do jornal Nós Mulheres

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0002	n.p	Dali	Notícia
0002	n.p	A rainha do lar não tem cetro nem coroa ...	Reportagem
0002	n.p	Creche com quem deixar nossos filhos	Reportagem

0002	n.p	Saudade da Amélia?	Reportagem
0002	n.p	Bate papo	Reportagem
0002	n.p	Menor abandonado: uma ameaça a segurança nacional?	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

Em “Dali” as jornalistas falam um pouco sobre acontecimentos mundiais e citam em determinado ponto a luta das mulheres peruanas para melhores condições de vida, com pedidos por condições de trabalho, melhorias de vida para os filhos, atenção aos maus tratos que sofrem por parte do marido e educação sexual (Nós Mulheres, 1976b).

A ocorrência seguinte acontece na reportagem que estampa a capa da edição, “A rainha do lar não tem cetro nem coroa ...”, elas tratam das condições de vida das donas de casa e suas dificuldades, a partir de uma conversa com algumas dessas mulheres (Nós Mulheres, 1976b). Uma das donas de casa que participam do diálogo destaca a importância da luta pelas creches, afirmando que a mulher é a única vista como a única responsável pela educação dos filhos, por isso, esses espaços se tornam importantes para as mulheres (Nós Mulheres, 1976b).

A discussão a respeito das creches volta a surgir na reportagem “Creche com quem deixar nossos filhos”, onde as jornalistas fazem um panorama geral de onde estão as creches de São Paulo e destacam questões legais relativas ao trabalho da mulher com filhos e da educação das crianças (Nós Mulheres, 1976b). Elas alegam que não há nenhuma lei que obrigue o Estado a fornecer educação para crianças entre 6 meses e 7 anos e que o problema é mais profundo, pois mesmo que a mãe consiga uma vaga nas concorridas creches da cidade ainda terá dificuldades para garantir a continuidade dos estudos pré-escolares (Nós Mulheres, 1976b). Aproveitam também o espaço para tratar da necessidade desses espaços não serem apenas depósitos de crianças, mas sim contribuírem para a formação e desenvolvimento dos mais jovens (Nós Mulheres, 1976b).

A reportagem “Saudade da Amélia?” apresenta um pouco da história da compositora e musicista Chiquinha Gonzaga, que elas apresentam como o vulto feminino da história da música popular brasileira, numa época em que a educação das jovens de classe alta se concentrava apenas as prendas domésticas, bordados,

piano e similares (Nós Mulheres, 1976b). A partir de Chiquinha as jornalistas destacam outras mulheres que participaram da música popular brasileira (Nós Mulheres, 1976b).

Na coluna de bate papo dessa edição a discussão é concentrada na possibilidade de um salário para a dona de casa, prática que estava sendo debatida por grupos feministas na Europa, para a conversa o jornal convidou algumas donas de casa a falarem (Nós Mulheres, 1976b). Uma delas se mostrava a favor do salário e outra não, a mulher contrária alega que uma creche onde pudesse deixar os filhos já seria suficiente, para que eles fossem educados, pois assim, já ganharia um pouco de tempo (Nós Mulheres, 1976b).

Por último, a reportagem “Menor abandonado: uma ameaça a segurança nacional?” discorre sobre o gigantesco número de menores abandonados no estado de São Paulo, que chega a 1.500.000 (Nós Mulheres, 1976b). As jornalistas sugerem a necessidade um projeto para lidar com essa situação, alegando que o recolhimento por parte da polícia só serve como entrada para o crime, destacam ainda que a origem do problema é a falta de assistência a essas crianças pobres desde seu nascimento (Nós Mulheres, 1976b). Elas afirmam que “A essa criança nunca se ofereceu educação. Como agora, de repente, a gente pode esperar uma transformação?” (Nós Mulheres, 1976b, n.p).

A capa da edição 0003 apresenta a ilustração de uma mulher ao fundo e dois punhos logo a sua frente se encontrando, em destaque as chamadas “História de um parto”, “Metalúrgicas na ordem do dia” e “Como se vive na periferia leste” (Figura 21) sugerem os assuntos que serão tratados na edição.

Figura 21 – Capa da edição 0003 do jornal Nós Mulheres

Fonte: Nós Mulheres, 1976c

O editorial trata da questão da democracia no país e a necessidade de o povo participar efetivamente da vida política, para eleger um governo representativo (Nós Mulheres, 1976c). Destacam a necessidade da liberdade de expressão para que a imprensa possa se transformar em um meio de informar o povo sobre questões relativas à política (Nós Mulheres, 1976c). Quanto a ocorrência da palavra educação, podemos observar no quadro 20 três reportagens que utilizaram a palavra educação.

Quadro 20 - Catalogação da edição 0003 de 1976 do jornal Nós Mulheres

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0003	n.p	Um momento de nossa história	Reportagem
0003	n.p	Eleições 76 eleições 76 eleições 76 eleições 76 eleições 76	Reportagem
0003	n.p	Declaração dos direitos da criança	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira reportagem, intitulada “Um momento de nossa história” fala a respeito da luta pela liberdade feminina e dos passos já dados pelo feminismo e pelas mulheres em direção a essa libertação (Nós Mulheres, 1976c). Citam Berta Lutz e sua jornada em prol da liberdade da mulher, como sua participação no Conselho Feminino Internacional e seu auxílio para criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Nós Mulheres, 1976c). Associação essa que dentre muitas coisas propunha a promoção da educação da mulher e a elevação do nível de instrução feminino (Nós Mulheres, 1976c).

A reportagem seguinte presente no quadro 20 trata das eleições que ocorreriam no dia 15 de novembro de 1976, as jornalistas destacam a importância de a população ir votar e conversam com algumas candidatas a vereadora (Nós Mulheres, 1976c). Destacam que as candidatas possuem programas de campanha que incluem melhoria dos meios de transporte, saneamento básico, acesso a saúde, ao lazer e a educação (Nós Mulheres, 1976c).

Por último, em “Declaração dos direitos da criança” as jornalistas destacam quais são os direitos que toda criança possui, como previdência social e educação (Nós Mulheres, 1976c). Não iremos destacar os direitos pois isso já foi feito na apresentação da edição 0009 de 1977 do jornal Brasil Mulher anteriormente.

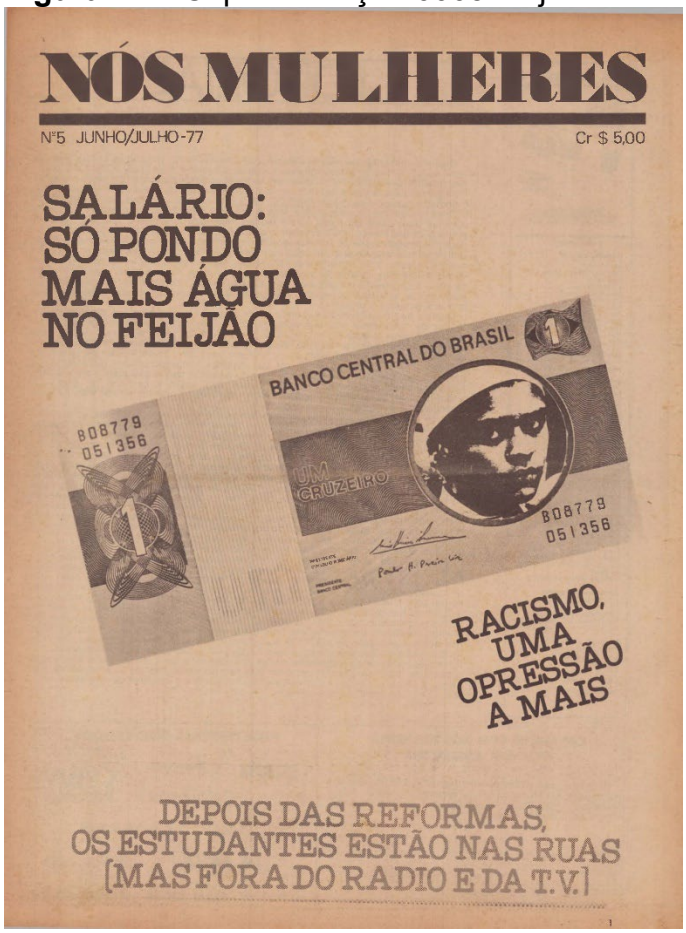
A edição 0004 de 1977 diferencia-se das outras ao ser a única em que encontramos apenas uma ocorrência do termo “educação”, por isso, considerando que o nosso objetivo principal é analisar a representação da educação, por mais que também realizemos o debate do jornal como um todo, optamos por não apresentar a capa da edição, para fazermos uma breve discussão acerca da edição, bem como não sentimentos necessidade da elaboração de um quadro.

A ocorrência trata-se de uma reportagem intitulada “Custo de vida às nossas custas”, disponível na página 11 do jornal, onde as jornalistas denunciam o aumento desenfreado do custo de produtos para condição básica de vida (Nós Mulheres, 1977a). Destacam que em um ano a educação ficou 35,1% mais cara e pontuam a dificuldade em cuidar das contas, realizar compras no mercado e arcar com a educação dos filhos nas condições atuais (Nós Mulheres, 1977a).

A edição 0005 (Figura 22) traz em sua capa uma nota de um cruzeiro, com a imagem de uma mulher negra estampada, com os dizeres “Salário: só pondo

mais água no feijão", "Racismo, uma opressão a mais" e "Depois das reformas os estudantes estão nas ruas (mas fora do rádio e da tv)" acompanhando a imagem.

Figura 22 – Capa da edição 0005 do jornal Nós Mulheres



Fonte: Nós Mulheres, 1977b

O editorial dessa edição comemora o primeiro ano do jornal, relembrando como fora o processo de criação do jornal e os objetivos desse grupo de mulher com o periódico, destacam ainda alguns acontecimentos do último ano e como se deu o crescimento do jornal (Nós Mulheres, 1977b). Em relação ao uso da palavra educação, tivemos sete ocorrências do termo, conforme exposto no quadro 21.

Quadro 21 - Catalogação da edição 0005 de 1977 do jornal Nós Mulheres

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0005	n.p	As francesas como elas são	Reportagem
0005	n.p	Trabalho-salário-traba	Reportagem

0005	n.p	O salário	Reportagem
0005	n.p	Morreu na contramão atrapalhando o trânsito	Reportagem
0005	n.p	Por meus filhos falo até com o presidente	Reportagem
0005	n.p	As doenças do centro de saúde	Reportagem
0005	n.p	Menino pode menina não	Editorial

Fonte: A autora (2025)

A reportagem “As francesas como elas são” trata da vida das mulheres trabalhadoras na França, expondo qual o salário no país e como está a procura por emprego por lá (Nós Mulheres, 1977b). Citam também que a Previdência Social na França arca com alguns custos a variar das condições da família, número de filhos e o trabalho que a mulher possui na educação das crianças (Nós Mulheres, 1977b).

Em “Trabalho-salário-traba” as jornalistas falam sobre a questão econômica brasileira e conversam com uma mulher sobre as condições de sua família e o trabalho doméstico que ela exerce (Nós Mulheres, 1977b). A mulher afirma que o marido não fala com ela sobre dinheiro, mal sabe quanto ele ganha, que para ele, ela é apenas uma empregada e que além de cuidar de casa ela apenas faz um curso sobre frigidez sexual e outro sobre a educação das crianças na Sociedade de Orientação Familiar (Nós Mulheres, 1977b).

Na reportagem “O salário” as jornalistas conversam com mulheres trabalhadoras para entender o que elas pensam sobre o salário-mínimo e as leis trabalhistas (Nós Mulheres, 1977b). Uma das trabalhadoras afirma que o salário-mínimo atual não leva em conta o valor dos produtos e serviços que o povo necessita, segundo ela “Outra razão para provar que o mínimo fixado não leva em conta as completas necessidades do trabalhador diz respeito aos gastos com educação e recreação, que não são cobertos pelo mínimo. Afinal, nem só de pão vive o homem, diz um velho ditado” (Nós Mulheres, 1977b).

A reportagem seguinte que utiliza o termo educação é “Morreu na contramão atrapalhando o trânsito”, que trata da música “Construção” de Chico Buarque que foi construída como o relato de um acidente sofrido por um trabalhador da construção civil (Nós Mulheres, 1977b). Elas citam a música para discutir sobre o

elevado número de acidentes trabalhistas que ocorrem no país, destacam a necessidade de fiscalização nos espaços de trabalho e ligam os acidentes, mesmo quando causados por distrações, à falta de alimentação adequada, habitação e educação dada aos trabalhadores (Nós Mulheres, 1977b).

Em “Por meus filhos falo até com o presidente” as jornalistas relatam um caso que ocorreu na periferia de São Paulo, quando um grupo de mães ao esperar seus filhos saírem do parque infantil ouvem que a diretora, mulher que praticamente fundou o espaço, seria demitida no dia seguinte (Nós Mulheres, 1977b). As mães, consternadas com a decisão, pensaram em duas possibilidades: falar com secretário de educação e não levar suas crianças para a instituição, sob a afirmação de que não entregariam seus filhos a qualquer uma (Nós Mulheres, 1977b). Após as possiblidades levantadas as mães elegeram uma representante para falar com o secretário e não levaram seus filhos no dia seguinte, só retornariam com a volta da diretora, que no próximo dia estava novamente trabalhando, o que segundo as jornalistas, estampa o quanto a educação é espaço de luta constante (Nós Mulheres, 1977b).

“As doenças do centro de saúde” é uma reportagem que fala a respeito das más condições dos centros de saúde paulistas, uma mãe destaca em um relato: “Espero de um centro de saúde mais que vacina e leite. Espero melhor atendimento um ano, pois é de lá que as mães deveríam receber noções de higiêne geral. Mas, ao invés disso, na maioria das vezes somos ridicularizadas e maltratadas»” (Nós Mulheres, 1977b, n.p). Segundo as jornalistas, os centros de saúde são espaços destinados à educação sanitária, enquanto trabalho de prevenção, que instrui as mães, entretanto, as más condições dos postos da periferia não cumprem com seu papel, enquanto os de bairros de classe média são postos modelos (Nós Mulheres, 1977b).

A última ocorrência da edição acontece no editorial “Menino pode menina não”, onde as jornalistas fazem um desabafo sobre as diferenças na educação de meninos e meninas desde a infância (Nós Mulheres, 1977b). Citam ainda que existe um modelo ideal de comportamento a ser seguido por mulher e homens, com uma educação específica para cada que reforça esse comportamento esperado (Nós Mulheres, 1977b).

A edição 0006 traz em sua capa duas mulheres, lado a lado, com os dizeres “Fabricar enceradeira não é mole!”, “Sexo também para nós”, “O divórcio

chegou e dai?", "Brinquedos, cada macaco no seu galho" e com maior destaque na parte inferior "Mulheres em cartaz" (Figura 23), anunciando quais serão os assuntos discutidos no periódico.

Figura 23 – Capa da edição 0006 do jornal Nós Mulheres

Fonte: Nós Mulheres, 1977c

O editorial fala a respeito do movimento feminista e das lutas das mulheres por melhores condições de vida, que muitas vezes é vista como negativa e rebatida com a ideia de que era preciso lutar pela emancipação do trabalhador (Nós Mulheres, 1977c). Questionam então onde ficaria a luta das mulheres nessa afirmativa, destacando que as mulheres constituíam metade da população brasileira e não poderiam mais ser excluídas dos movimentos, em especial, considerando que além das opressões sofridas pelos outros trabalhadores as mulheres possuíam especificidades, elas quem cuidavam da casa, quem eram responsáveis pela educação dos filhos, elas quem sofriam abusos sexuais constantes, enfim, por isso, o feminismo era urgente na sociedade (Nós Mulheres, 1977c). Conforme o quadro 22, foram encontrados oito textos que tratem da educação.

Quadro 22 - Catalogação da edição 0006 de 1977 do jornal Nós Mulheres

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0006	n.p	Editorial	Editorial
0006	n.p	Sexo e poder	Notícia
0006	n.p	Na CPI	Notícia
0006	n.p	“Isto é coisa de menina”	Editorial
0006	n.p	Mais uma vez: Creche!	Reportagem
0006	n.p	Rumo ao planejamento familiar	Reportagem
0006	n.p	Convocação	Notícia
0006	n.p	Assim é mais barato	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A segunda ocorrência acontece na notícia “Sexo e poder”, onde informam que nos Estados Unidos e Europa havia sido encontradas revistas pornográficas que estavam utilizando imagens de crianças e destacam um trecho da notícia original, publicada na Isto É, onde uma mulher explica que isso é um resultado lógico da educação machista que os homens recebem (Nós Mulheres, 1977c).

A notícia “Na CPI” fala sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito montada para tratar dos problemas e das discriminações realizadas contra as mulheres brasileiras (Nós Mulheres, 1977c). Informam que presidente da CPI convidou algumas associações, inclusive o BM e o NM para falarem sobre a situação da mulher e destacam que foram relatados problemas sobre a vida da mulher em casa, sua situação no trabalho, na vida social e na educação (Nós Mulheres, 1977c).

Em “Isto é coisa de menina” as jornalistas voltam a discutir as diferenças estabelecidas entre meninos e meninas e os estereótipos presentes até mesmo nas brincadeiras das crianças (Nós Mulheres, 1977c). Utilizam o termo educação ao referenciar uma fala de Fúlvia Rosemberg em “A discriminação contra a mulher e a educação informal” que foi realizada na CPI citada anteriormente, onde Fúlvia fala sobre como se dão os estereótipos (Nós Mulheres, 1977c).

A reportagem “Mais uma vez: Creche!” volta a debater a necessidade da abertura de creches, afirmando que o número de instituições é insuficiente para a

quantidade de criança que precisa de atendimento (Nós Mulheres, 1977c). Destacam que o país deveria tomar a educação das crianças como uma das maiores riquezas existentes e que por isso, o governo deveria assumir integralmente a educação daqueles que serão os futuros cidadãos do país (Nós Mulheres, 1977c).

Em “Rumo ao planejamento familiar” as jornalistas questionam se o plano de distribuição de pílulas anticoncepcionais gratuitas seria uma prática de planejamento familiar ou controle de natalidade, o governo defende é uma medida para salvar mães doentes sem condições de ter filhos (Nós Mulheres, 1977c). Além da distribuição das pílulas, o programa do governo visa também assistência médica a mãe, desde a gestação, a educação dessa mãe durante o pré-natal, a vacinação da gestante e a nutrição dessa futura mãe (Nós Mulheres, 1977c).

A notícia seguinte, come o próprio nome sugere, convoca professores para se reunir no Largo do Arouche para tratar dos problemas que enfrentam com os baixos salários, instabilidade nos empregos e ausência de sindicato, em conjunto, entregarão ao secretário de educação um memorial assinado com suas reivindicações (Nós Mulheres, 1977c).

Por último na edição, a reportagem “Assim é mais barato” as jornalistas falam sobre o cooperativismo, destacam que “[...] para cada necessidade, os trabalhadores se organizaram em cooperativas diferentes - de trabalho, de educação, de crédito etc., para que a produção e a repartição fossem organizadas socialmente, pois, cooperativismo, em língua de gente, é a maneira de fazer junto aquilo que não dá certo fazer sozinho” (Nós Mulheres, 1977c, n.p).

A edição 0008 não possui capa, se diferenciando das edições anteriores, o periódico inicia direto nas notícias e reportagens. Quanto à educação, há a ocorrência do termo em dois textos publicados no jornal, conforme o quadro 23.

Quadro 23 - Catalogação da edição 0008 de 1978 do jornal Nós Mulheres

Edição	Páginas	Título	Gênero textual
0008	n.p	Editorial	Editorial
0008	n.p	Cartas	Reportagem

Fonte: A autora (2025)

A primeira ocorrência acontece na coluna denominada “Editorial”, onde as jornalistas estão realizando uma reflexão sobre a percepção de um aumento no número de pessoas engajadas em lutas sociais e movimentos políticos no geral (Nós Mulheres, 1978). As jornalistas afirmam no editorial que “Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal” (Nós Mulheres, 1978, n.p). Destacam ainda que está cada dia mais comum discussões acerca da moral, da família, da sexualidade e da educação das crianças (Nós Mulheres, 1978).

Na coluna intitulada “Cartas” as jornalistas anunciam a criação de um grupo que faz parte do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, para debates (Nós Mulheres, 1978). Aproveitam para pontuar quais são os objetivos que pretendem discutir, sendo os mesmos pontuados em editoriais anteriores do jornal e dentre os vários tópicos citados a educação sexual surge, como um dos tabus que o NM aborda (Nós Mulheres, 1978). Assim, encerramos nosso segundo e último periódico.

5 A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS PERIÓDICOS

Retomando Chartier, discutir a representação é a tentativa do pesquisador de reconstruir determinado objeto do passado, nessa pesquisa, procuramos identificar de que forma a educação estava sendo construída nos periódicos. Entendemos que abordar a temática da educação em uma pesquisa implica na abertura para debates que vão além do ensino formal, se tratando dos jornais trabalhados na presente pesquisa, pudemos elencar três categorias em que a educação se destaca nas páginas dos periódicos, são elas: a educação da família, a abertura de escolas e creches e o mundo do trabalho.

Observamos que a educação representada nos jornais está mais ligada a esses tópicos e por isso, adotamos estas categorias para possibilitar a análise. As categorias foram pensadas a partir da análise das matérias anteriormente catalogadas, pensando no objetivo de organizar este capítulo final, que discorre acerca da educação nas páginas dos jornais. Sendo assim, alguns textos dos periódicos foram utilizados na construção deste debate final, para facilitar a compreensão do leitor acerca dos resultados obtidos. O objetivo não é ficar na exposição das matérias, pois isso já foi feito no capítulo anterior, mas sim dar força as análises com exemplos retirados dos jornais.

A primeira categoria elencada da qual tratamos é a educação da família, uma das temáticas mais recorrentes em ambos os periódicos. Ao pensarmos na educação da família é necessário destacarmos o papel que a mulher assumia diante desta responsabilidade que era atribuída majoritariamente ao sexo feminino. Apesar de nos referirmos a educação da família, a configuração que encontramos nos jornais é da educação das crianças pequenas ofertadas pelas mulheres da casa. A principal discussão levantada pelas mulheres nos jornais era a falta de tempo, dinheiro e de instrução para educarem suas crianças pequenas em casa. A fim de facilitar a visualização das matérias em cada categoria construímos um quadro considerando os textos que se encaixam nos grupos determinados, apresentando o jornal, ano, edição e o título da matéria, ordenado cronologicamente, como pode ser observado abaixo.

Quadro 24 – Matérias relacionadas a educação da família

Jornal	Ano	Edição	Título
Brasil Mulher	1975	0001	“Pilulas...”
Nós Mulheres	1976	0001	Procura-se uma esposa
Brasil Mulher	1976	0002	Menina-mulher é ‘Cabra-Cega’ no jogo da educação
Brasil Mulher	1977	0010	Mulher: um mito, até quando?

Fonte: A autora (2025)

Em diversas matérias as jornalistas destacavam que cada dia mais as mulheres estavam optando pelo uso da pílula anticoncepcional em decorrência dos gastos financeiros que uma criança exige e porque o ensino dessas crianças era de total responsabilidade da mãe. Bem como, o controle da natalidade era inteiramente de responsabilidade da mulher. Com o avanço das pílulas, foi reforçada a obrigação das mulheres em restringir o número de filhos, conforme a gente consegue observar na reportagem abaixo.

Em “Pilulas...” presente nas páginas 6 e 7, da edição 0001 de 1975 do jornal Brasil Mulher, as jornalistas discorrem sobre o uso indiscriminado da medicação e consultam uma mulher que supostamente estaria utilizando a medicação além do indicado, uma universitária de 29 anos que possuía três filhos. De acordo com ela, o uso das pílulas estaria se fazendo indispensável, pois se ela tivesse mais um filho não conseguiria dedicar tempo a educação das duas crianças que já possuía (Brasil Mulher, 1975b). A educação, entendida enquanto formação para criticidade, exige um profissional e para esse profissional existir é necessário o investimento em sua formação. Freire (2002, n.p) afirma que “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago”.

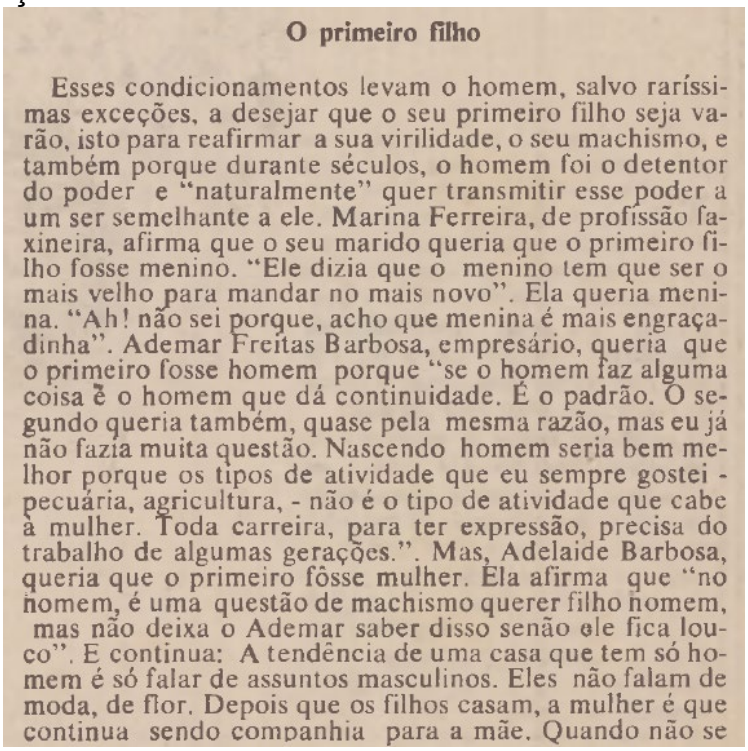
Dessa forma, a preocupação das mães em educarem seus filhos pode expressar a falta de compromisso do então governo em capacitar a figura docente, o qual deveria ser responsável pela educação formal dessas crianças. Precisamos ainda levar em conta que não só a falta de professores e instituições formais estavam

afetando essas mulheres, mas também a falta de recursos econômicos e de tempo para arcar com esse ensino. Não sendo possível nem mesmo que elas buscassem instrução para educar os filhos.

A reportagem ainda trata que a exigência sobre as mães de educarem seus filhos aumenta cada dia mais, forçando as mulheres a terem mais cuidado com a possibilidade de uma gravidez (Brasil Mulher, 1975b). Visto que, uma vez que parissem, a prole dependeria dessa mulher, observamos nas páginas de ambos os jornais a crescente discussão acerca do uso da pílula anticoncepcional e podemos perceber que a maioria dos relatos das mulheres não caminha no sentido de não desejar uma criança, mas sim de não querer criar um filho nas condições atuais, com um governo ditatorial que ao que as falas indicam, não se preocupava com a criação de escolas e com a formação docente.

O mesmo debate volta a aparecer na reportagem “Menina-mulher é ‘Cabra-Cega’ no jogo da educação”, em que as jornalistas apresentam a diferença na educação dos filhos em cada família, citando que a instrução pode estar a cargo do homem, da mulher ou de ambos (Brasil Mulher, 1976a). Citam ainda que essa educação da família ocorre de maneira diferente para os meninos e meninas, os pais preferem que os primeiros filhos sejam meninos, para ensiná-los a realizar tarefas ditas masculinas, como agricultura. Já as mães preferem ter filhas meninas, para que educar elas a auxiliar em tarefas domésticas e serem companhias para as mães (Brasil Mulher, 1976a). Conforme figura.

Figura 24 – Trecho da reportagem “Menina-mulher é ‘Cabra-Cega’ no jogo da educação”



O primeiro filho

Esses condicionamentos levam o homem, salvo raríssimas exceções, a desejar que o seu primeiro filho seja varão, isto para reafirmar a sua virilidade, o seu machismo, e também porque durante séculos, o homem foi o detentor do poder e “naturalmente” quer transmitir esse poder a um ser semelhante a ele. Marina Ferreira, de profissão faxineira, afirma que o seu marido queria que o primeiro filho fosse menino. “Ele dizia que o menino tem que ser o mais velho para mandar no mais novo”. Ela queria menina. “Ah! não sei porque, acho que menina é mais engraçadinha”. Ademar Freitas Barbosa, empresário, queria que o primeiro fosse homem porque “se o homem faz alguma coisa é o homem que dá continuidade. É o padrão. O segundo queria também, quase pela mesma razão, mas eu já não fazia muita questão. Nascendo homem seria bem melhor porque os tipos de atividade que eu sempre gostei - pecuária, agricultura, - não é o tipo de atividade que cabe à mulher. Toda carreira, para ter expressão, precisa do trabalho de algumas gerações.”. Mas, Adelaide Barbosa, queria que o primeiro fôsse mulher. Ela afirma que “no homem, é uma questão de machismo querer filho homem, mas não deixa o Ademar saber disso senão ele fica louco”. E continua: A tendência de uma casa que tem só homem é só falar de assuntos masculinos. Eles não falam de moda, de flor. Depois que os filhos casam, a mulher é que continua sendo companhia para a mãe. Quando não se

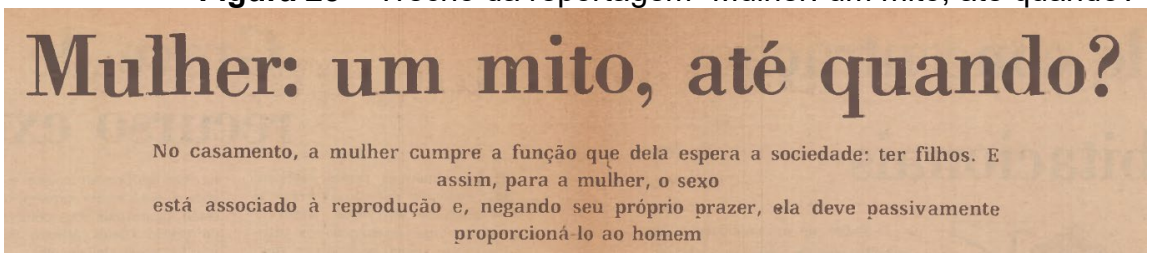
Fonte: Brasil Mulher, 1976a.

É possível relacionarmos esse relato com uma falta de instrução para os familiares sobre o que essas crianças deveriam aprender. Uma vez que fica a cargo do pai e da mãe decidir de que modo cada criança deve ser instruída.

Ao pensarmos nessas duas reportagens, podemos salientar que a educação da família era uma preocupação para o jornal, logo, também para as leitoras e leitores. As mulheres demonstravam ansiedade quanto à instrução de seus filhos, seja por falta de tempo ou dinheiro. A baixa remuneração das famílias e o excesso de carga horária de trabalho podem ser destacados como as maiores problemáticas que contribuíam para essa apreensão.

Mais à frente, o debate se volta para as expectativas da sociedade com o sexo feminino e a formação da família. Em “Mulher: um mito, até quando?” ao entrevistarem algumas leitoras, as jornalistas destacam que desde a infância as mulheres são educadas para cumprir com um papel específico: criar uma família, reforçam que a sexualidade da mulher é ignorada, uma vez que a ela não se reserva o prazer, mas sim a reprodução (Brasil Mulher, 1977d). Conforme podemos observar na chamada da reportagem apresentada na figura.

Figura 25 – Trecho da reportagem “Mulher: um mito, até quando?”



Mulher: um mito, até quando?

No casamento, a mulher cumpre a função que dela espera a sociedade: ter filhos. E assim, para a mulher, o sexo está associado à reprodução e, negando seu próprio prazer, ela deve passivamente proporcioná-lo ao homem

Fonte: Brasil Mulher, 1977a.

Ainda na reportagem, as jornalistas apresentam que “[...] toda a educação da mulher é orientada no sentido de formar personalidade adaptadas à situação de dependência material e social. Desde menina ela já é condicionada: seus brinquedos, seu comportamento, suas atitudes estão voltadas para que ela cumpra esse papel” (Brasil Mulher, 1976a, p. 8). O papel de construir uma família e ter filhos. Dessa forma, fica imbuído que a função da mulher na sociedade era casar-se, ter filhos e cuidar deles. Com a falta de escolas durante o período ditatorial, como já observado nas páginas dos jornais, a função de cuidar vinha acompanhada de educar.

Podemos então questionar o porquê essa função estava atribuída ao sexo feminino e relacionar as denúncias a incapacidade do governo civil-militar em prover a educação as crianças, mesmo que esse fosse um direito da infância. Transferindo essa reponsabilidade para as mulheres, ao reforçar a associação do cuidado ao sexo feminino.

No jornal Nós Mulheres essa mesma discussão se faz presente em diversos textos, em tom de sátira, o editorial “Procura-se uma esposa” discorre sobre as funções do sexo feminino dentro da família, uma vez que a mulher era responsável por cuidar de todas as tarefas domésticas e ainda dar conta da educação dos filhos a jornalista declara que também deseja ter uma esposa (Nós Mulheres, 1976a). Dessa forma, o jornal NM também apresenta a denúncia da educação das crianças estar intimamente ligada a mulher. Entretanto, a temática não se repete tanto quanto no jornal anterior, conforme pode ser observado no quadro 24.

Finalizando a categoria que discorre sobre a educação da família, há observações válidas que merecem ser pontuadas acerca da representação da educação no que tange à temática. Os jornais, com especial destaque ao Brasil Mulher, denunciam a partir dessas reclamações a falta de compromisso do governo ditatorial com as famílias e em especial, com as mulheres. Uma vez que o sexo feminino se demonstrava exausto das obrigações com a educação de seus filhos, por

falta de tempo, dinheiro e conhecimento. Bell Hooks (2013) traz em seu livro um relato pessoal que merece ser destacado. A autora fala sobre sua experiência na escola e o que a instituição representava para ela. Hooks (2013, p. 11) aponta que,

> Naquela época, ir à escola era pura alegria. Eu adorava ser aluna. Adorava aprender. A escola era o lugar do êxtase do prazer e do perigo. Ser transformada por novas ideias era puro prazer. Mas aprender ideias que contrariavam os valores e crenças aprendidos em casa era correr um risco, entrar na zona de perigo. Minha casa era o lugar onde eu era obrigada a me conformar à noção de outra pessoa acerca de quem e o que eu deveria ser. A escola era o lugar onde eu podia esquecer essa noção e me reinventar através das ideias.

Dessa forma, ao pensarmos no direito que muitas crianças não estavam tendo acesso ao serem educadas por suas mães, que não possuíam formação para tal, podemos questionar o que esses meninos e meninas estavam deixando de aprender e vivenciar. Era cômodo ao governo ditatorial que as crianças não tivessem acesso a uma educação emancipadora, que fossem convencidas a se conformar com o estado atual do país. Uma vez que durante sua primeira infância a educação estava a cargo da família e quando mais velhas, o ensino ofertado nas instituições os dirigia para a conformidade e aceitação.

Em suma, a representação da educação quanto à educação da família nos revela as preocupações das mulheres com a instrução de seus filhos, no período essas mães se viam desamparadas frente a essa responsabilidade, muitas vezes recorrendo a pílula anticoncepcional não pelo desejo de não ser mãe, mas sim pela angústia de que com as configurações atuais do governo, não conseguiriam cumprir com o que a sociedade esperava delas enquanto mães. Já que além de todas as especificidades da maternidade, ainda necessitavam educar seus filhos, pois não havia ninguém assumindo essa responsabilidade.

Em conjunto com a educação da família e aproveitando o relato de Hooks, podemos tratar da próxima categoria, a abertura de escolas e creches, que está intimamente ligada à educação da família ofertada por essas mulheres e mães. Quanto a temática, observamos as seguintes matérias:

Quadro 25 – Matérias relacionadas a abertura de escolas e creches

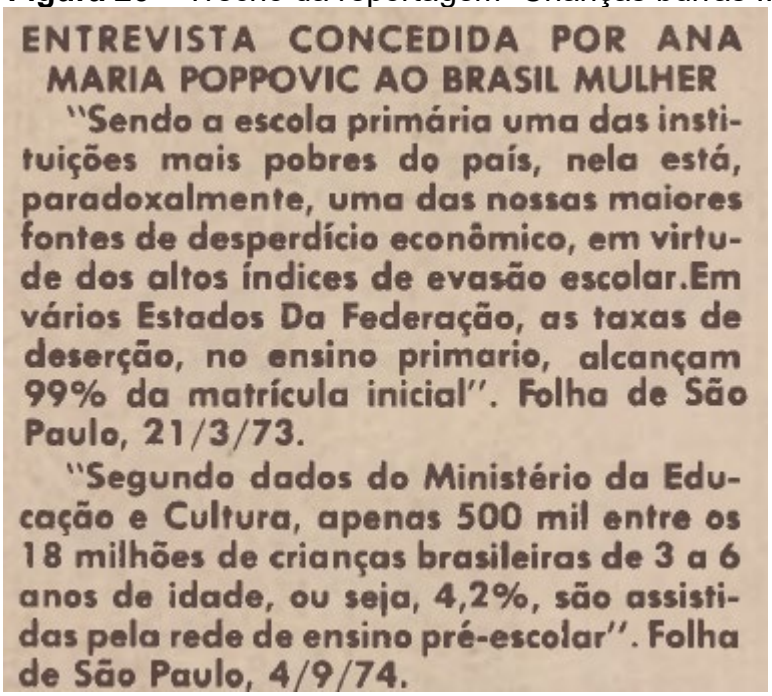
Jornal	Ano	Edição	Título
Brasil Mulher	1975	0001	“Crianças burras ... burras?”

Nós Mulheres	1976	0001	Não titulada
Nós Mulheres	1976	0001	Senhor prefeito, senhores vereadores,
Nós Mulheres	1976	0002	“A rainha do lar não tem cetro nem coroa ...”
Nós Mulheres	1976	0002	Creche com quem deixar nossos filhos
Nós Mulheres	1976	0002	Bate papo
Nós Mulheres	1976	0002	Menor abandonado: uma ameaça a segurança nacional?
Brasil Mulher	1976	0003	Mulheres levantam questão: causa justa, forma legal
Brasil Mulher	1977	Especial	“Nos diversos estados as brasileiras discutem seus problemas”
Nós Mulheres	1977	0006	Mais uma vez: Creche!
Brasil Mulher	1977	0007	“Somos pobres porque não temos estudo, não temos estudo porque somos pobres”
Brasil Mulher	1977	0010	“Quem sabe de mim sou eu, aquele abraço”
Brasil Mulher	1979	Especial	Em busca da creche (e querendo chegar ainda mais longe)
Brasil Mulher	1979	0015	1979. Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE
Brasil Mulher	1980	Especial	A luta por creche tem muito a ver com a luta da mulher!

Fonte: A autora (2025)

A educação das crianças pequenas fomentava diversos debates nos jornais, e uma das questões recorrentes levantadas pelas jornalistas e leitoras era a da criação de creches para que as mães tivessem uma instituição de ensino para seus filhos. É importante destacar aqui uma reportagem de 1975 do jornal Brasil Mulher, onde as jornalistas entrevistam a pedagoga argentina Ana Maria Poppovic e apresentam que menos de 5% das crianças brasileiras de 3 a 6 anos estavam frequentando a escola, segundo dados do governo (Brasil Mulher, 1975). Conforme trecho da matéria abaixo.

Figura 26 – Trecho da reportagem “Crianças burras ... burras?”



ENTREVISTA CONCEDIDA POR ANA MARIA POPPOVIC AO BRASIL MULHER

“Sendo a escola primária uma das instituições mais pobres do país, nela está, paradoxalmente, uma das nossas maiores fontes de desperdício econômico, em virtude dos altos índices de evasão escolar.Em vários Estados Da Federação, as taxas de deserção, no ensino primario, alcançam 99% da matrícula inicial”. Folha de São Paulo, 21/3/73.

“Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura, apenas 500 mil entre os 18 milhões de crianças brasileiras de 3 a 6 anos de idade, ou seja, 4,2%, são assistidas pela rede de ensino pré-escolar”. Folha de São Paulo, 4/9/74.

Fonte: Brasil Mulher, 1975.

Os dados apresentados pelo jornal são assustadores e expõe a falta de preocupação do governo com a instrução das crianças pequenas, bem como com a criação de creches para que esses meninos e meninas pudessem ter acesso ao ensino.

A partir da reportagem “Mulheres levantam questão: causa justa, forma legal”, nós podemos afirmar o que já era uma certeza, o discurso oficial do governo era de realizar a abertura de creches e escolas para que nenhuma criança ficasse sem estudar (Brasil Mulher, 1976b). Entretanto, a partir das páginas dos periódicos e da catalogação das matérias pudemos constatar que tais promessas não estavam se tornando realidade.

Nas reportagens “Nos diversos estados as brasileiras discutem seus problemas”, “Somos pobres porque não temos estudo, não temos estudo porque somos pobres” e “Quem sabe de mim sou eu, aquele abraço” presentes no BM, o jornal discorre acerca de encontros que foram realizados a fim de discutir diversas temáticas sobre a vida da mulher, com destaque a questão da necessidade de abertura de creches no país.

A discussão sobre as creches volta a ser tema central de uma matéria no BM novamente, em 1979 com a reportagem “Em busca da creche (e querendo

chegar ainda mais longe)", onde é realizada a denúncia sobre a falta de compromisso do governo com a abertura de creches, ficando a cargo das mães organizarem movimentos sociais para lutar por esse direito (Brasil Mulher, 1979a).

Fica evidente que o país estava sofrendo com a falta de instituições escolares, em especial nas periferias, o Estado estava sendo omisso em suas promessas para com a educação. Freire (2001) destaca que esse é um movimento perigoso, uma vez que os governantes podem estar transferindo suas responsabilidades para a comunidade, situação que vemos acontecendo recorrentemente nas páginas dos jornais. O autor afirma que, "Nada deve ser feito, portanto, no sentido de ajudar o Estado elitista a descartar-se de suas obrigações. Pelo contrário, dentro de suas escolas comunitárias ou dentro das escolas públicas, as classes populares precisam, aguerridas, de lutar para que o Estado cumpra com o seu dever" (Freire, 2001, n.p).

Ao tornar a educação tarefa das mulheres, como vimos anteriormente, e ignorar os anseios da população pela abertura dessas creches e escolas, o governo civil-militar se torna o principal responsável pelo baixo nível de instrução dessas crianças pequenas. A reportagem "1979. Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE" ainda acrescenta que a prefeitura da cidade de São Paulo não apenas não fornecia as instituições escolares adequadas as crianças, mas ainda cancelou o convênio que possuía com uma creche por considerar que as instruções ofertadas nela eram subversivas (Brasil Mulher, 1979b).

Não há maiores informações a respeito do porquê houve esse cancelamento e o que a prefeitura considerava "subversivo", mas considerando o período, podemos imaginar que essa atitude foi promovida pela censura que o país enfrentava. Ignorando a classe que dependia dessa creche, o governo reafirma seu poder, silenciando a população, com atitudes que travam o mínimo processo de emersão popular que ali pudera existir (Freire, 1967). Bem como impossibilita a emancipação da população, conforme as jornalistas apontaram na reportagem "A luta por creche tem muito a ver com a luta da mulher!", já que ao não serem abertos espaços destinados à educação das crianças, as mães precisam se ocupar desse ensino, inviabilizando que tenham tempo para se ocuparem com outras atividades que sejam voltadas para si.

No que tange as discussões acerca da abertura de creches e escolas,

o Jornal Nós Mulheres também realiza algumas denúncias. Na carta enviada por um grupo de mães podemos ver um pedido de ajuda ao jornal, para que o anseio dessas mulheres seja ouvido pelo governo e possa ser realizada a abertura de uma creche em seu bairro, reforçando que essa é uma obrigação do Estado que não está sendo cumprida (Nós Mulheres, 1976a). Mais à frente, as jornalistas comparam a situação aos esforços realizados pelas funcionárias da USP, ao lutarem pela abertura de uma creche na Universidade, na reportagem “Senhor prefeito, senhores vereadores” Vemos outra vez o esforço das mulheres defronte à omissão do Estado em cumprir com seu dever, de proporcionar educação as crianças do país.

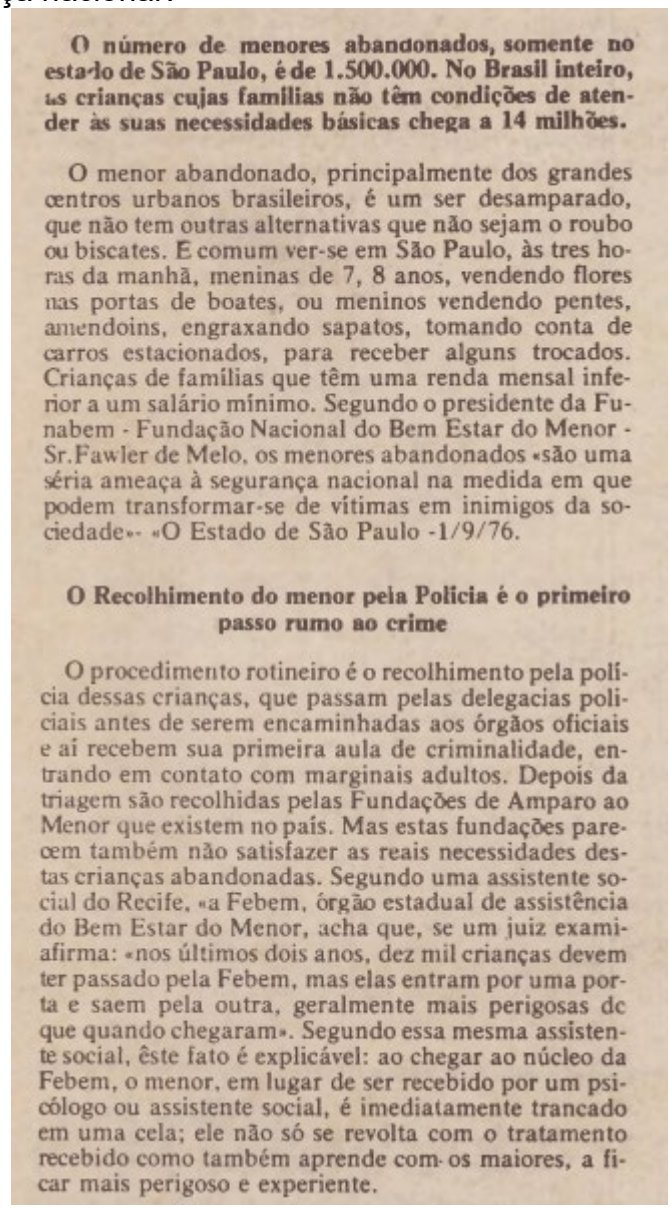
Essa discussão aparece em quase todas as edições do jornal NM, realizando um apanhado das principais questões observadas quanto a temática, tivemos como objetivo compreendermos a educação representada no periódico. Nas páginas do jornal, a discussão acerca da abertura de creches é tratada a partir da necessidade das mulheres de terem um espaço para deixarem seus filhos e poderem trabalhar, com atenção as especificidades das crianças, pois elas desejam um espaço que não seja apenas um depósito, onde deixam seus filhos por algumas horas, mas sim uma instituição que contribua para o desenvolvimento dessas crianças. Uma vez que, como destacado na reportagem “A rainha do lar não tem cetro nem coroa ...” o ensino das crianças é visto unicamente como reponsabilidade das mães, havendo a necessidade da abertura de creches para evitar a sobrecarga dessas mulheres.

Na reportagem “Creche com quem deixar nossos filhos” o jornal reconhece que não há nenhuma lei que obrigue o Estado a fornecer educação para crianças menores de 7 anos, esse direito foi conquistado mais de 10 anos depois, com a Constituição Federal de 1988, que previa o dever do país em ofertar atendimento pré-escolar para os menores de 6 anos (Brasil, 1988). Entretanto, entende-se o compromisso do Estado com as crianças, que possuíam o direito à educação, bem como com essas mães, que necessitavam das creches para poderem ofertar ensino e segurança para seus filhos, enquanto elas precisassem estar fora de casa. A necessidade era tanta que no espaço dedicado ao bate papo da edição 0002 do jornal, quando discutem sobre o estabelecimento de um salário para as donas de casa, uma das mulheres entrevistadas afirma que para ela, apenas a criação de uma creche em seu bairro já seria suficiente para auxiliá-la em seu dia a dia (Nós Mulheres, 1976b).

A questão da necessidade da creche está intimamente ligada às

condições econômicas das famílias, uma vez que cada dia se fazia mais necessário que as mulheres tivessem um trabalho, para auxiliar nas contas de casa. Na reportagem “Menor abandonado: uma ameaça à segurança nacional?” podemos ver claramente que há uma correlação entre o baixo poder econômico da família e a falta de acesso à educação. As jornalistas falam que existem mais de um milhão e quinhentas mil crianças abandonadas no Estado de São Paulo, destacando que a falta de acesso à educação contribui para que essas crianças estejam na rua e possivelmente que se envolvam no crime, conforme crescem (Nós Mulheres, 1976b).

Figura 27 – Trecho da reportagem “Menor abandonado: uma ameaça à segurança nacional?”



O número de menores abandonados, somente no estado de São Paulo, é de 1.500.000. No Brasil inteiro, as crianças cujas famílias não têm condições de atender às suas necessidades básicas chega a 14 milhões.

O menor abandonado, principalmente dos grandes centros urbanos brasileiros, é um ser desamparado, que não tem outras alternativas que não sejam o roubo ou biscates. É comum ver-se em São Paulo, às tres horas da manhã, meninas de 7, 8 anos, vendendo flores nas portas de boates, ou meninos vendendo pentes, amendoins, engraxando sapatos, tomando conta de carros estacionados, para receber alguns trocados. Crianças de famílias que têm uma renda mensal inferior a um salário mínimo. Segundo o presidente da Funabem - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - Sr. Fawler de Melo, os menores abandonados «são uma séria ameaça à segurança nacional na medida em que podem transformar-se de vítimas em inimigos da sociedade»- «O Estado de São Paulo -1/9/76.

O Recolhimento do menor pela Polícia é o primeiro passo rumo ao crime

O procedimento rotineiro é o recolhimento pela polícia dessas crianças, que passam pelas delegacias policiais antes de serem encaminhadas aos órgãos oficiais e aí recebem sua primeira aula de criminalidade, entrando em contato com marginais adultos. Depois da triagem são recolhidas pelas Fundações de Amparo ao Menor que existem no país. Mas estas fundações parecem também não satisfazer as reais necessidades destas crianças abandonadas. Segundo uma assistente social do Recife, «a Febem, órgão estadual de assistência do Bem Estar do Menor, acha que, se um juiz examiafirma: «nos últimos dois anos, dez mil crianças devem ter passado pela Febem, mas elas entram por uma porta e saem pela outra, geralmente mais perigosas dc que quando chegaram». Segundo essa mesma assistente social, êste fato é explicável: ao chegar ao núcleo da Febem, o menor, em lugar de ser recebido por um psicólogo ou assistente social, é imediatamente trancado em uma cela; ele não só se revolta com o tratamento recebido como também aprende com os maiores, a ficar mais perigoso e experiente.

Fonte: Brasil Mulher, 1975.

Dessa forma, fica visível que a falta de comprometimento do governo ditatorial com a educação afetava especialmente as famílias pobres, seja por mulheres que não conseguem tempo para trabalhar, por não terem onde deixar seus filhos, seja por crianças em situação de rua, que não possuem um espaço adequado para ao menos acessarem algum tipo de instrução. É verossímil afirmarmos que o Estado estava sendo omisso com a educação em todas em suas etapas, bem como ignorava as necessidades da população mais carente.

Essas alegações entram em conflito com o discurso oficial do governo na época, que vivia um suposto "milagre econômico", mas, com auxílio de Motta (2021), podemos afirmar que na realidade o crescimento econômico do país se dava para as classes mais abastadas, uma vez que,

> Além de terem maior acesso aos bens de consumo, as classes média e alta foram beneficiadas pelas políticas públicas, a exemplo do financiamento habitacional, que privilegiou imóveis mais caros. Na verdade, a concentração de renda era um elemento central do modelo econômico da ditadura, pois o incremento industrial foi impulsionado pelos achatamentos dos salários (Motta, 2021, p. 244).

Dessa forma, podemos compreender que o suposto milagre econômico, em linhas gerais, não passou de uma ferramenta de manipulação do governo, que concentrou as riquezas nas elites, maquiando a realidade do povo. Essa concentração de recursos ao nível federal também foi uma das responsáveis pela falta de educação nos níveis iniciais, uma vez que cabia aos municípios prover o ensino básico, mas sem o repasse de recursos, tornava-se inviável (Motta, 2021).

O número de instituições existentes para o atendimento de crianças era insuficiente, conforme as jornalistas afirmam na reportagem "Mais uma vez: Creche!" (Nós Mulheres, 1977c). Dessa forma, no que diz respeito à representação da educação relacionada a abertura de creches e escolas, podemos afirmar que a falta das instituições e sobrecarga das mães, que eram inteiramente responsáveis pela educação de seus filhos, era a realidade da situação da educação no país idealizado pelo governo civil-militar. As páginas dos jornais apresentavam uma situação de pobreza e abandono dessas famílias e em especial dessas mulheres, que precisavam se unir em grupos para lutar por condições mínimas de vida, que eram obrigações do Estado prover.

Em conjunto a isso, entramos na última categoria elencada quanto à representação da educação, o mundo do trabalho. Frente a escassez de recursos, as mulheres precisam cada vez mais duplicar ou triplicar suas jornadas, já que além de

cuidarem de suas casas e seus filhos, necessitavam trabalhar fora, para garantir a sobrevivência de sua família. A partir do quadro abaixo podemos observar as matérias relacionadas a temática.

Quadro 26 – Matérias relacionadas ao mundo do trabalho

Jornal	Ano	Edição	Título
Brasil Mulher	1975	0001	Domitila de Chungara
Nós Mulheres	1976	0001	“Quando o apito da fábrica de tecido … bem cedo vai pro trabalho”
Nós Mulheres	1976	0001	Bate papo
Nós Mulheres	1976	0002	Dali
Brasil Mulher	1976	0004	“Na sua voz há o campo e a lida”
Brasil Mulher	1976	0006	Professor: mágico ou gênio?
Brasil Mulher	1976	0006	Mulher, Universidade e Trabalho
Brasil Mulher	1976	0006	Na Itália, as mulheres manifestam-se nas ruas
Brasil Mulher	1977	Especial	As mulheres da periferia no dia 8 de março
Nós Mulheres	1977	0005	As francesas como elas são
Nós Mulheres	1977	0005	O salário
Nós Mulheres	1977	0005	“Morreu na contramão atrapalhando o trânsito
Nós Mulheres	1977	0006	Convocação
Nós Mulheres	1977	0006	Assim é mais barato
Brasil Mulher	1978	0011	A mulher trabalhadora sindical e o movimento
Brasil Mulher	1978	0014	A luta na oposição

Fonte: A autora (2025)

A reportagem intitulada “Domitila de Chungara”, apresenta uma entrevista à boliviana Domitila acerca de suas lutas em seu país no que diz respeito às condições de trabalho das mulheres, onde ela defende a oferta de educação para a mulheres poderem ter acesso a condições mais favoráveis (Brasil Mulher, 1975).

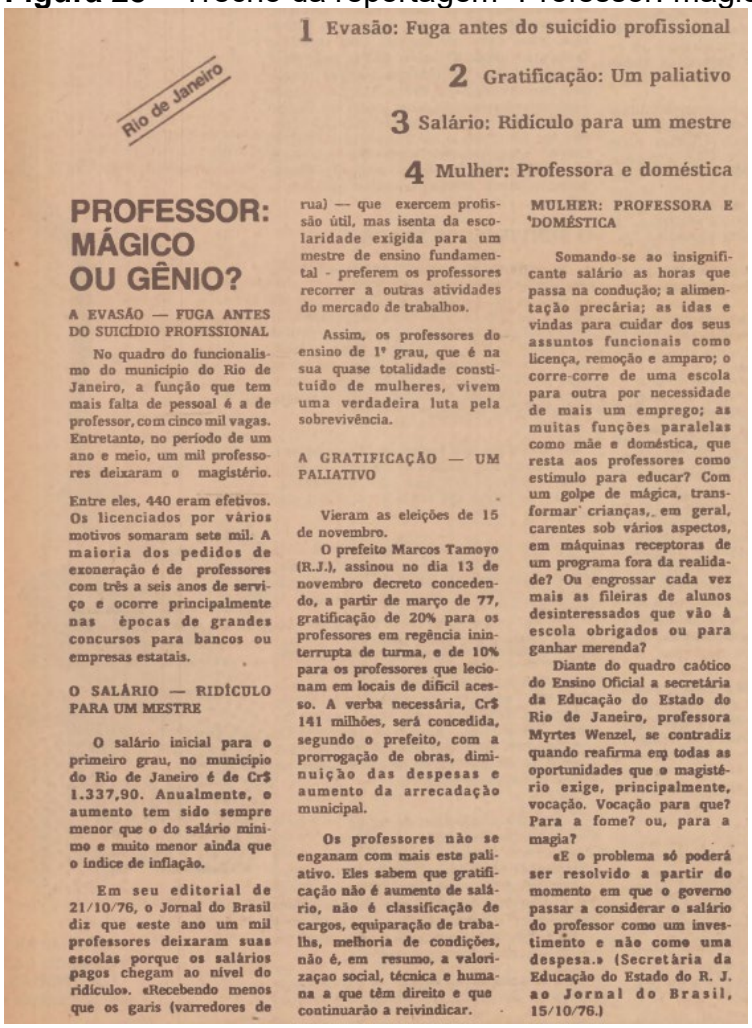
As reportagens e notícias do BM que tratam do mundo do trabalho, cuja palavra educação tenha sido empregada, seguem a mesma linha, discutindo a importância de as mulheres terem acesso ao ensino para que possuam condições melhores de trabalho e remuneração digna. É necessário entendermos que,

> A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (Hooks, 2013, p. 273).

Ou seja, a afirmação não é de que a educação transformaria a vida dessas trabalhadoras, mas sim de que daria oportunidade para elas refletirem sobre suas condições e ao indignarem-se poderem lutar para superar a então conjuntura em que se encontravam.

As demais matérias apresentam diversos trabalhos a partir desse mesmo pensamento de educarem as trabalhadoras, como em “Na sua voz há o campo e a lida”, onde as trabalhadoras denunciam a falta de valorização do trabalho da mulher, com a desculpa de que o sexo feminino não é devidamente instruído para suas ocupações. Em “Professor: mágico ou gênio?” há a discussão acerca da profissão docente, relatando as dificuldades que os professores enfrentam, com a falta de funcionários, gratificações paliativas, baixos salários e acúmulo de funções para as mulheres, que além de professoras são mães e donas de casa (Brasil Mulher, 1976e). Nesse caso, o destaque é as condições precárias de trabalho que a profissão docente vinha enfrentando no período.

Figura 28 – Trecho da reportagem “Professor: mágico ou gênio?”



1 Evasão: Fuga antes do suicídio profissional

2 Gratificação: Um paliativo

3 Salário: Ridículo para um mestre

4 Mulher: Professora e doméstica

Rio de Janeiro

PROFESSOR: MÁGICO OU GÊNIO?

A EVASÃO — FUGA ANTES DO SUICÍDIO PROFISSIONAL

No quadro do funcionalismo do município do Rio de Janeiro, a função que tem mais falta de pessoal é a de professor, com cinco mil vagas. Entretanto, no período de um ano e meio, um mil professores deixaram o magistério.

Entre eles, 440 eram efetivos. Os licenciados por vários motivos somaram sete mil. A maioria dos pedidos de exoneração é de professores com três a seis anos de serviço e ocorre principalmente nas épocas de grandes concursos para bancos ou empresas estatais.

O SALÁRIO — RIDÍCULO PARA UM MESTRE

O salário inicial para o primeiro grau, no município do Rio de Janeiro é de Cr$ 1.337,90. Anualmente, o aumento tem sido sempre menor que o do salário mínimo e muito menor ainda que o índice de inflação.

Em seu editorial de 21/10/76, o Jornal do Brasil diz que «este ano um mil professores deixaram suas escolas porque os salários pagos chegam ao nível do ridículo». «Recebendo menos que os garis (varredores de rua) — que exercem profissão útil, mas isenta da escolaridade exigida para um mestre de ensino fundamental - preferem os professores recorrer a outras atividades do mercado de trabalho».

Assim, os professores do ensino de 1º grau, que é na sua quase totalidade constituído de mulheres, vivem uma verdadeira luta pela sobrevivência.

A GRATIFICAÇÃO — UM PALIATIVO

Vieram as eleições de 15 de novembro.

O prefeito Marcos Tamoyo (R.J.), assinou no dia 13 de novembro decreto concedendo, a partir de março de 77, gratificação de 20% para os professores em regência ininterrupta de turma, e de 10% para os professores que lecionam em locais de difícil acesso. A verba necessária, Cr$ 141 milhões, será concedida, segundo o prefeito, com a prorrogação de obras, diminuição das despesas e aumento da arrecadação municipal.

Os professores não se enganam com mais este paliativo. Eles sabem que gratificação não é aumento de salário, não é classificação de cargos, equiparação de trabalhs, melhoria de condições, não é, em resumo, a valorizaçao social, técnica e humana a que têm direito e que continuarão a reivindicar.

MULHER: PROFESSORA E 'DOMÉSTICA

Somando-se ao insignificante salário as horas que passa na condução; a alimentação precária; as idas e vindas para cuidar dos seus assuntos funcionais como licença, remoção e amparo; o corre-corre de uma escola para outra por necessidade de mais um emprego; as muitas funções paralelas como mãe e doméstica, que resta aos professores como estímulo para educar? Com um golpe de mágica, transformar crianças, em geral, carentes sob vários aspectos, em máquinas receptoras de um programa fora da realidade? Ou engrossar cada vez mais as fileiras de alunos desinteressados que vão à escola obrigados ou para ganhar merenda?

Diante do quadro caótico do Ensino Oficial a secretária da Educação do Estado do Rio de Janeiro, professora Myrtes Wenzel, se contradiz quando reafirma em todas as oportunidades que o magistério exige, principalmente, vocação. Vocação para que? Para a fome? ou, para a magia?

«E o problema só poderá ser resolvido a partir do momento em que o governo passar a considerar o salário do professor como um investimento e não como uma despesa.» (Secretária da Educação do Estado do R. J. ao Jornal do Brasil, 15/10/76.)

Fonte: Brasil Mulher, 1976e.

É possível estabelecermos uma relação entre a reportagem acima e o texto “Mulher, Universidade e Trabalho”, presente na mesma edição. Onde há o relato da inserção da mulher na universidade, com especial destaque a sua presença nos cursos de educação, psicologia e enfermagem, enquanto nos cursos de prestígio, como medicina ou engenharias a procura era baixa (Brasil Mulher, 1976e). Ou seja, podemos ver que no mundo do trabalho estava se formando uma correlação entre os cursos majoritariamente femininos e os baixos salários, nos fazendo pensar no porquê as profissões ditas femininas eram mal remuneradas.

Nos textos “Na Itália, as mulheres manifestam-se nas ruas” e “As mulheres da periferia no dia 8 de março” as jornalistas destacam manifestações realizadas pelas mulheres, em diferentes locais, mas com o mesmo objetivo: lutar por

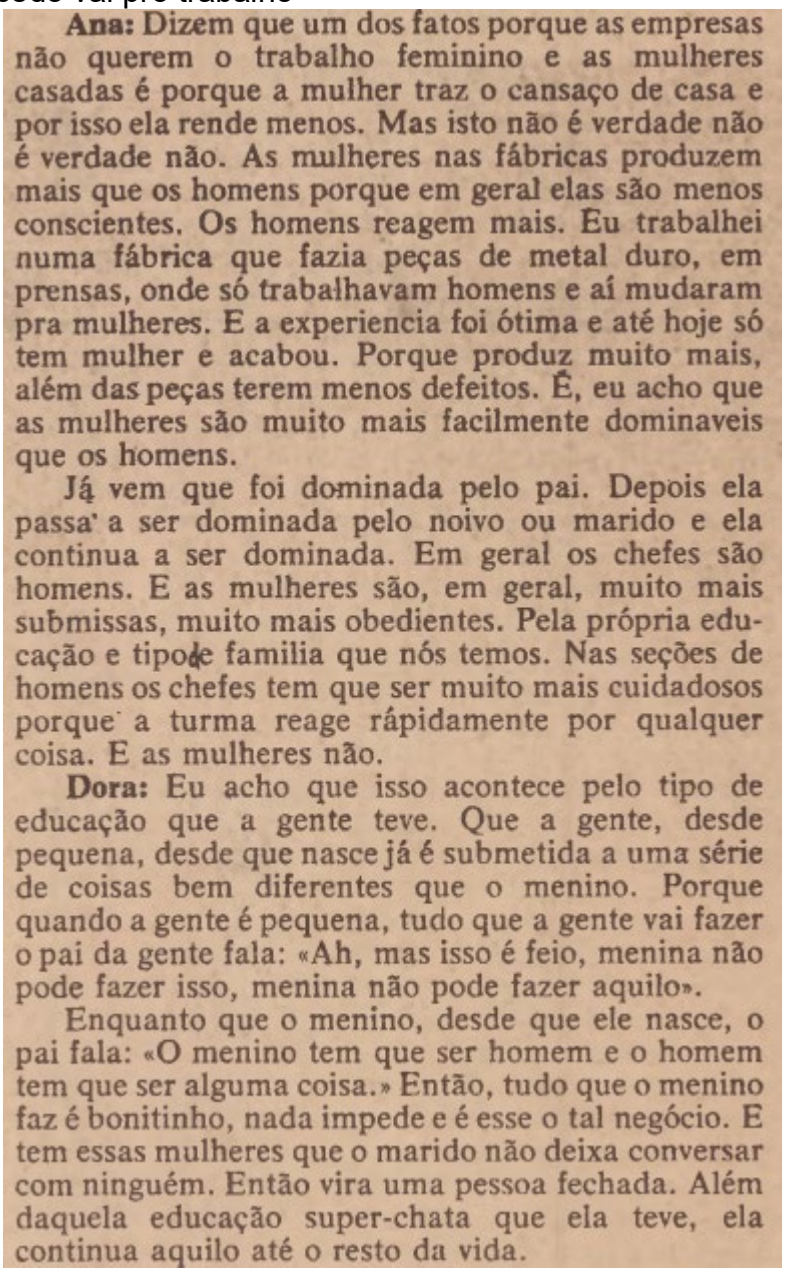
melhorias nas condições de trabalho e a educação do sexo feminino para o trabalho, para que possam ser valorizadas pela sociedade e tenham condições de receber tão bem quanto os homens já instruídos.

As questões relacionadas ao trabalho também aparecem com a reportagem “A mulher trabalhadora sindical e o movimento”. Onde elas realizam uma revisão das conquistas das mulheres em questão aos direitos trabalhistas, reforçando a força de grupos femininos grevistas que lutaram por condições de trabalho e pelo direito à educação para o sexo feminino (Brasil Mulher, 1978a). A discussão sobre as greves e conquistas trabalhistas segue por mais algumas edições, com destaque a necessidade da educação para essas trabalhadoras. Em “A luta na oposição” também é destacada a importância dos sindicatos e a necessidade das mulheres em estarem nesses espaços, amparadas.

Motta (2021) destaca que esses movimentos grevistas eram um ato de resistência à ditadura militar, citando algumas paralisações importantes, como as greves de 1968 em Contagem e Osasco e as de 1978, sendo essa a que de acordo com o autor, contribuiu para o declínio da ditadura. Ele destaca que “O marco inicial foi a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1978, que estimulou a eclosão de uma série de paralisações em diferentes setores da economia e também do serviço público” (Motta, 2021, p. 163). Ao pensarmos nos debates presentes nas páginas dos jornais, em conjunto com a afirmativa do autor, percebemos a importância desses grupos femininos grevistas que contribuíram para as paralisações e consequentes conquistas delas advindas.

No jornal Nós Mulheres, os debates sobre a educação e o mundo do trabalho continuam. Ao discutirem as vivências das operarias em uma fábrica têxtil, a reportagem “Quando o apito da fábrica de tecido … bem cedo vai pro trabalho” apresenta a importância da educação das mulheres, as afeta em seus empregos, uma vez que o ensino das mulheres é voltado para submissão, conforme observado por Ana e Dora, duas operárias de 27 e 29 anos respectivamente, que foram entrevistadas na matéria (Nós Mulheres, 1976a).

Figura 29 – Trecho da reportagem “Quando o apito da fábrica de tecido … bem cedo vai pro trabalho”



Ana: Dizem que um dos fatos porque as empresas não querem o trabalho feminino e as mulheres casadas é porque a mulher traz o cansaço de casa e por isso ela rende menos. Mas isto não é verdade não é verdade não. As mulheres nas fábricas produzem mais que os homens porque em geral elas são menos conscientes. Os homens reagem mais. Eu trabalhei numa fábrica que fazia peças de metal duro, em prensas, onde só trabalhavam homens e aí mudaram pra mulheres. E a experiencia foi ótima e até hoje só tem mulher e acabou. Porque produz muito mais, além das peças terem menos defeitos. E, eu acho que as mulheres são muito mais facilmente dominaveis que os homens.

Já vem que foi dominada pelo pai. Depois ela passa a ser dominada pelo noivo ou marido e ela continua a ser dominada. Em geral os chefes são homens. E as mulheres são, em geral, muito mais submissas, muito mais obedientes. Pela própria educação e tipo de familia que nós temos. Nas seções de homens os chefes tem que ser muito mais cuidadosos porque a turma reage rápidamente por qualquer coisa. E as mulheres não.

Dora: Eu acho que isso acontece pelo tipo de educação que a gente teve. Que a gente, desde pequena, desde que nasce já é submetida a uma série de coisas bem diferentes que o menino. Porque quando a gente é pequena, tudo que a gente vai fazer o pai da gente fala: «Ah, mas isso é feio, menina não pode fazer isso, menina não pode fazer aquilo».

Enquanto que o menino, desde que ele nasce, o pai fala: «O menino tem que ser homem e o homem tem que ser alguma coisa.» Então, tudo que o menino faz é bonitinho, nada impede e é esse o tal negócio. E tem essas mulheres que o marido não deixa conversar com ninguém. Então vira uma pessoa fechada. Além daquela educação super-chata que ela teve, ela continua aquilo até o resto da vida.

Fonte: Nós Mulheres, 1976a.

No espaço reservado ao bate papo, na edição 0001 de 1976 o jornal debate sobre o trabalho doméstico, que sobrecarrega as mulheres, especialmente por não haver remuneração ou reconhecimento de seus esforços, bem como o salário-mínimo já não é suficiente para arcar com as despesas familiares. Ambas as questões, em conjunto com as categorias tratadas anteriormente, da educação dos filhos e da falta de creche contribuem para o sentimento de solidão dessas mulheres, que se veem exaustas e sem uma solução para seus problemas.

As reportagens “Dali” e “As francesas como elas são” discutem respectivamente sobre as lutas e conquistas das mulheres peruanas e francesas, em busca de melhorias das condições trabalhistas, destacando que na França os há diversos benefícios para os trabalhadores. Na reportagem “O salário”, as jornalistas debatem acerca do salário-mínimo e consultam algumas trabalhadoras a respeito da opinião delas sobre o assunto, onde uma dessas mulheres afirma que o salário-mínimo estabelecido não é suficiente para cumprir com as despesas básicas no país, citando gastos como alimentação e educação dos filhos (Nós Mulheres, 1977b).

Em “Morreu na contramão atrapalhando o trânsito”, as jornalistas ao estabelecerem um paralelo com a música de Chico Buarque, destacam o os acidentes trabalhistas que ocorriam no país, ligando-os a falta de alimentação adequada e de instruções e ensino aos trabalhadores. A notícia “Convocação” convida os professores a se reunirem para discutir os problemas relacionados a profissão, como os baixos salários. Por último, em “Assim é mais barato” destacam a organização dos trabalhadores em cooperativas, possibilitando a diminuição de custos e a construção de movimentos sociais com objetivos em comum, como a educação.

Podemos destacar a falta de educação dada aos trabalhadores, que leva a diversos problemas no emprego, resultando até mesmo em acidentes. Já que não era do interesse do governo ditatorial exigir que as fabricas e demais empresas oferecessem a capacitação adequada dos profissionais. Eles eram apenas mão de obra substituível. Podemos observar que as questões relacionadas ao mundo do trabalho e a educação eram majoritariamente ligadas a falta de ensino para as trabalhadoras e trabalhadores.

A escolha por dividir em três categorias as matérias que tratavam da educação possibilitou termos uma visão ampliada das questões que estavam sendo levantadas nos jornais. Vimos que em comum, ressoavam denúncias sobre a pobreza e a omissão do Estado no provimento da educação. Resumindo o período ditatorial à falta de dinheiro, descomprometimento com as famílias, especialmente as mães, sobrecarga das mulheres e a exclusão da classe trabalhadora. Dessa forma, a educação que vemos sendo representada nos jornais era de fato, longe da idealizada pelo governo ditatorial, já que por mais que o discurso oficial demonstrasse preocupação com a educação, a realidade era outra.

No que diz respeito à educação das famílias, vimos a representação

da preocupação das mulheres em não darem conta de instruir seus filhos corretamente, bem como, o medo de não terem tempo a dedicar para o ensino de seus meninos e meninas. Quanto a abertura de creches e escolas pudemos observar ser representados novamente o desespero das mulheres que não tinham uma instituição adequada para deixarem seus filhos com a segurança de que eles estariam sendo educados por profissionais adequados. Por último, quanto ao mundo do trabalho, as páginas dos jornais estampam a omissão do Estado em educar seus trabalhadores, representando a falta de importância dessas mulheres e homens que batalhavam todos os dias por sua sobrevivência, mesmo que sem o mínimo de instrução.

6 CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, optamos por trabalhar com a imprensa, por seu potencial em reconstruir objetos do passado e permitir acesso a história por diferentes pontos de vistas. Em especial com a imprensa alternativa feminista, por seus ideais que, em linhas gerais, vão contra as ideologias do governo, por isso a denominação de alternativa, além do destaque às lutas femininas a partir da visão feminista do período, o que pode nos apresentar as opiniões de determinada parcela da sociedade acerca dos acontecimentos do período ditatorial.

Revisitarmos o período da ditadura civil-militar e estudar suas consequências é de suma importância para evitarmos discursos saudosistas que vangloriam o retrocesso que foi este período. Compreender o que realmente estava havendo no país pode colaborar para que o passado não se repita. Por isso, nosso anseio em investigar o cenário em que a educação se encontrava. Ao estabelecermos o objetivo de analisar a representação da educação pela imprensa alternativa feminista, bem como compreender a importância desses jornais na construção de uma comunicação direcionada às mulheres acerca da educação no país, considerando o contexto ditatorial, desejamos conhecer os percalços que nossas antepassadas enfrentaram, para que o mesmo não ocorra no futuro.

Em momentos de conflito, como já pudemos observar em outros contextos, não é improvável que determinados grupos percam alguns de seus direitos, sendo as minorias as primeiras a sofrerem as consequências. As mulheres e as crianças são uns dos principais grupos vulneráveis a essa desassistência. Por esse motivo surge a necessidade de entendermos de que modo essa população pode superar o momento. Ao elegermos a imprensa alternativa como fonte de estudo foi possível ultrapassar uma visão unilateral, que majoritariamente apresentava os feitos positivos do Estado ditatorial.

Retomando nosso problema de pesquisa, desejamos responder de que maneira a imprensa alternativa feminista brasileira, aqui simbolizada pelos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, representou a educação durante o período ditatorial, considerando as repressões do governo e a censura contra os meios de comunicação no período. Podemos concluir que o modo que a educação estava sendo representada pelos periódicos demonstrava um descontentamento com o ensino no

período e consequentemente com as ações do governo em relação à educação.

Nas páginas dos jornais pudemos observar leitores pedindo ajuda para mobilizar grupos em busca da abertura de creches e escolas em determinados bairros, mulheres reclamando da sobrecarga que cuidar da educação de seus filhos estava causando e do fardo de terem que aderir a pílula anticoncepcional para controle de natalidade, visto que se tivessem mais filhos carregariam a culpa de terem engravidado. Bem como da necessidade do sexo feminino de trabalhar, enquanto cuidavam de casa e suas crianças, para prover o mínimo de condições para sobrevivência de sua família. Bem como trabalhadores se unindo em paralisações em busca de saúde e educação. Ou seja, o suposto “milagre econômico” e a promessa de comprometimento com a educação no país foram juramentos que não atingiram a classe baixa, uma vez que essa ainda estava tendo de exigir e lutar por seus direitos.

Esperamos que essa pesquisa tenha contribuído para ampliar o entendimento das condições da sociedade e em especial, a situação em que a educação se encontrava, a partir da perspectiva popular feminina. Destacamos ainda que essa dissertação pode contribuir para estudos posteriores que se dediquem, por exemplo as duas possibilidades que parecem frutíferas nos jornais: a pesquisar movimentos estudantis que aconteceram durante o período civil-militar, a partir dos jornais, bem como um estudo com foco nas jornalistas, para compreender mais a fundo quem eram essas mulheres responsáveis pelos periódicos.

O modo como representaram a educação expõe a omissão do Estado ditatorial com o ensino e alguns dos principais problemas que a população estava enfrentando com os militares no poder. A pobreza e a falta de acesso à instrução sendo dois dos mais recorrentes. Finalizando, a compreensão de que o discurso oficial do governo era fictício e que a população clamava por mudanças, é possível que realizemos um contraponto aos nostálgicos admiradores de um dos momentos mais sombrios do país e que ainda ameaçam a segurança nacional, esperando por um golpe que até hoje objetiva espantar o suposto comunismo que assola o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada:** novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023

BEZERRA, Giovani Ferreira. Nos bastidores da pesquisa histórica: proposições sobre manipulação e tratamento documental de impressos periódicos. **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 22, e. 172, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/68207/35563>. Acesso em 27 de out. de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 jan. 2025.

BRASIL MULHER, Londrina, ed. 0, 9 out. 1975a.

_____., Londrina, ed. 0001, dez. 1975b.

_____., Londrina, ed. 0002, 1976a.

_____., Londrina, ed. 0003, 1976b.

_____., Londrina, ed. 0004, 1976c.

_____., Londrina, ed. 0005, 1976d.

_____., Londrina, ed. 0006, 1976e.

_____., Londrina, Edição Especial, abr. 1977a.

_____., Londrina, ed. 0007, jun. 1977b.

_____., Londrina, ed. 0008, ago. 1977c.

_____., São Paulo, ed. 0009, out. 1977d.

_____., São Paulo, ed. 0010, dez. 1977e.

_____., São Paulo, ed. 0011, mar. 1978a.

_____., São Paulo, ed. 0012, maio 1978b.

_____., São Paulo, ed. 0013, jul. 1978c.

_____., São Paulo, ed. 0014, nov. 1978d.

_____., São Paulo, Edição Especial, mar. de 1979 a.

_____., São Paulo, ed. 0015, abr. 1979b.

_____., São Paulo, ed. 0016, set. 1979c.

_____., São Paulo, Edição Especial, 8 mar. 1980a.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 06 - 30, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/XXcnm4BDqdhWWbB7bg7GnZC/?lang=pt#>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 19 de dez. de 2023.

_____. Textos, impressos, leituras. **Revista de História**, n. 132, p. 83 - 94, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18756>. Acesso em: 27 de dez. de 2023.

COLEÇÃO IAL - Imprensa Alternativa. **Centro Sérgio Buarque de Holanda**, 2020. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/imprensa-alternativa>. Acesso em: 10 de mai. de 2024.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 200. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher:** Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 131 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DELGADO, L. de A. N.. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 123–143, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/#>. Acesso em: 13 de out. de 2022.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Therezinha Zerbini: protagonismo e ação política na luta das mulheres contra a Ditadura. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, XIII., 2016, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos** [...] Porto Alegre: 2016. p. 1 – 17.

ESTANISLAU, Lucas; ANGELO, Tiago. Brasil Mulher: luta feminista por liberdade e anistia. **Opera Mundi**, dez. de 2017. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/brasil-mulher-luta-feminista-por-liberdade-e-anistia/>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251–286, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HK5PxXm9dSBk9NKvt7P9kJq/?lang=pt#>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29 - 60, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN>. Acesso em: 29 de out. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. São Paulo: Paz e terra, 1967.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira:** quatro décadas de lutas por direitos. Jundiai: Paco Editorial, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LANZA, F.; CAMPANHELI, L.; NEVES JÚNIOR, J. W. A.; PIOVANI, L. P.; NALLI, J. M. C. Guerra psicológica e a imprensa feminista: um estudo do Jornal Brasil Mulher em Londrina durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 6, p. e6751, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6751>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In:* _____. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535 - 552.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 234–241, jan. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>. Acesso em 10 de jul. de 2024.

LUCENA, Eleonora. Minha história - Therezinha Zerbini: A 'burguesona' que foi à luta. **Folha de São Paulo**, jul. de 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/07/1113275-minha-historia---therezinha-zerbini-a-burguesona-que-foi-a-luta.shtml>. Acesso em: 28 de jun. de 2024.

MAGALHÃES, Justino. Cinco questões a Roger Chartier. **Cadernos de História da Educação**, n. 2, v. 13, p. 419 - 422, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29082>. Acesso em: 09 de dez. de 2023.

MARTINS, Marina Solon Fernandes Torres; NUNES, Márcia Vidal. A Imprensa Alternativa e o Movimento Feminista Durante a Ditadura Militar no Brasil: A Relevância do Jornal Nós Mulheres. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, XII., 2019, Natal. **Anais Eletrônicos** [...] Natal, 2019. n.p.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A Imprensa Alternativa Durante A Ditadura Militar No Brasil (1964-1984): Um Olhar Historiográfico. **CONTRAPONTO** – Revista Eletrônica de História, n. 1, v. 1, p. 24 - 41, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3714/2133>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Aline de Jesus. Roger Chartier: contribuições e perspectivas gerais de suas obras. **Temática**, n. 5, p. 188 - 205. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/39941/20076>. Acesso em: 02 de dez. de 2023.

NÓS MULHERES, São Paulo, ed. 0001, jun. 1976a.

_____., São Paulo, ed. 0002, set/out. 1976b.

_____., São Paulo, ed. 0003, nov/dez. 1976c.

_____., São Paulo, ed. 0004, mar/abr. 1977a.

_____., São Paulo, ed. 0005, jun/jul. 1977b.

_____., São Paulo, ed. 0006, ago/set. 1977c.

_____., São Paulo, ed. 0008, jun/jul. 1978a.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, Cézar Alencar. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **EDUCAÇÃO**, v. 2, n. 3, p. 257–267, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1297>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

PRIORE, Mary del. **Sobreviventes e Guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

RODRIGUES, Elaine. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da educação. *In:* COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 311 - 325.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 21 - 43, 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas Feministas:** os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 142. 2009.

TREVISAN, Fabricio. O movimento guerrilheiro contra a ditadura militar brasileira: uma análise da dicotomia "urbano-rural". **Caminhos da História**, v. 21, n. 2, p. 138–160, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/1142>. Acesso em: 7 jun. 2024.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. O uso dos Impressos como Fonte e Objeto de Investigação para Estudos em História da Educação. V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9 a 12 de novembro de 2008, Aracaju. **Anais Eletrônicos**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008, p. 1 – 12.

VIOLA, Solon Eduardo Annes Albuquerque, Paulo Peixoto de. Ditadura e educação: conexões a serem ressignificadas. **Revista Reflexão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 78 - 96, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6224>. Acesso em: 12 de set. de 2023.